LENINE

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

LENINE

O ESTADO
E A
REVOLUÇÃO

Tradução de

J. FERREIRA

101 ENGELS ANTI-ESTADO

101-2 LENIN RUMO FUTURO
ANTI-ESTADO
LEI
NORMA DOGMA

109-10 EXTINÇÃO DO ESTADO
ABUNDÂNCIA

107 MARX SOBRE O "DIREITO"
"O DIREITO NUNCA PODE SER MAIS ELEVADO Q O ESTADO ECONÔMICO E Q O GRAU DE CIVILIZAÇÃO Q LHE CORRESPONDE"

O MEIO É A MENSAGEM!

112 LENIN SOCIAL.° > COMUN.°
"GRAUS DA MATURIDADE ECONÔMICA DO COMUNISMO"

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A questão do Estado reveste nos nossos dias uma importância particular quer sob o ponto de vista teórico quer sob o ponto de vista prático [1]. A guerra imperialista acelerou e acentuou consideràvelmente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa opressão das massas trabalhadoras pelo Estado, que cada vez mais se confunde com os agrupamentos capitalistas omnipotentes, afirma-se progressivamente. Os países avançados transformam-se — referimo-nos à sua «rectaguarda» — em desterros miiltares para os operários.

Os horrores e as calamidades sem nome da guerra, que se prolonga, tornam intolerável a situação das massas e aumentam a sua indignação. A revolução proletária internacional amadurece visìvelmente. A questão da sua atitude em relação ao Estado adquire uma importância prática.

Acumulados duratne dezenas de anos de evolução relativamente pacífica, os elementos oportunistas criaram uma corrente de social-chauvinismo que domina os partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Esta corrente (Plekanov, Potressov, Brechkovskaia, Roubanovitch, depois, sob uma forma a custo velada, os Srs. Tsereteli, Tchernov e aparentados na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros na Alemanha; Renaudel, Guesde, Vandervelde na França e na Bélgica, Hyndman e os fabianos [2] na Inglaterra, etc., etc.), esta corrente, socialista nas palavras e chauvinista na prática, caracteriza-se por uma cobarde e servil adaptação dos «chefes do socialismo» aos interesses não só da «sua» burguesia nacional mas mais precisamente do «seu» Estado, porque a maior parte do que nós designamos por grandes potências exploram e escravizam desde há muito um certo número de povos pequenos e fracos. A guerra imperialista é precisamente uma guerra para a partilha e para a redestribuição deste género de presa. A luta para roubar as massas

trabalhadoras à influência da burguesia em geral, e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao Estado.

Examinaremos primeiramente a doutrina de Marx e de Engels sobre o Estado e deter-nos-emos mais particularmente sobre os aspectos desta doutrina que foram esquecidos ou que o oportunismo deformou. Estudaremos a seguir, especialmente, o principal fautor destas deformações, Karl Kautsky, o chefe mais conhecido da II Internacional (1889-1914), que tão lamentàvelmente abriu falência durante a guerra actual. Por fim, extrairemos as principais lições da experiência das revoluções russas de 1905 e, sobretudo, da de 1917. Neste momento (começo de Agosto de 1917) esta última atinge notòriamente o fim da primeira fase do seu desenvolvimento; mas, de uma maneira geral, esta revolução não pode ser compeendida na sua totalidade se a não considerarmos como um elo da cadeia das revoluções proletárias socialistas provocadas pela guerra imperialista. Assim, a questão da atitude da revolução socialista do proletariado relativamente ao Estado não adquire apenas uma importância política prática; reveste um carácter de actualidade escaldante, porque se trata de esclarecer as massas acerca do que elas terão de fazer, a fim de se libertarem do jugo do Capital, num futuro muito próximo.

Agosto de 1917.

O autor

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta segunda edição é quase inteiramente conforme à primeira. Simplesmente se acrescentou o parágrafo 3 ao capítulo II.

Moscovo, 17 de Dezembro de 1918.

O autor

CAPÍTULO PRIMEIRO

A SOCIEDADE DE CLASSES E O ESTADO

1. *O Estado, produto de contradições de classes inconciliáveis*

Acontece hoje com a doutrina de Marx o que aconteceu mais de uma vez na história com as doutrinas dos pensadores revolucionários e dos dirigentes das classes oprimidas na luta pela sua emancipação. Enquanto vivos, as classes opressoras recompensam os grandes revolucionários com incessantes perseguições; acolhem as suas doutrinas com o ódio mais selvagem, com as mais furibundas campanhas de mentiras e de calúnias. Depois de mortos, procuram fazer deles ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercando o seu *nome* com uma certa auréola com o fim de «consolar» as classes oprimidas e de as mistificar; para isto, esvasia-se a sua doutrina revolucionária do respectivo *conteúdo,* aviltando-a e embotando-lhe o gume revolucionário. É nesta senda de «conciliar» o marxismo que hoje se juntam a burguesia e os oportunistas do movimento operário. Esquece-se, rejeita-se, altera-se o lado revolucionário da doutrina, o seu espírito revolucionário. Coloca-se no primeiro plano, exalta-se o que é ou parece ser aceitável pela burguesia. Todos os sociais-chauvinistas são hoje em dia «marxistas» — não vos riais! E os sábios burgueses alemães, ainda ontem especializados no extermínio do marxismo, falam cada vez mais de um Marx «nacional-alemão», que teria educado estas associações operárias tão admiràvelmente organizadas para a condução de uma guerra de rapina!

Perante esta situação, perante esta difusão inaudita das deformações do marxismo, a nossa tarefa é em primeiro lugar a de «estabelecer» a doutrina de Marx sobre o Estado. Para isso, é necessário fazer uma série de longas

citações das próprias obras de Marx e de Engels. Sem dúvida que estas longas citações tornarão pesada a exposição e em nada contribuirão para a tornar mais popular. Mas é absolutamente impossível dispensarmo-nos de o fazer. Todas as passagens, ou, pelo menos, todas as passagens decisivas das obras de Marx e Engels sobre o Estado devem ser reproduzidas tão completamente quanto possível a fim de que o leitor possa por si próprio representar-se o conjunto das concepções dos fundadores do socialismo científico e o desenvolvimento destas concepções, e também a fim de que a sua deformação pelo «kautskismo» hoje dominante seja demonstrada e posta em evidência, apoiando-nos em documentos.

Comecemos pela obra mais divulgada de Frederico Engels: «A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado», cuja sexta edição apareceu em Stuttgart em 1894. Temos de traduzir as citações a partir dos originais alemães, porque as traduções russas, embora muito numerosas, são na sua maior parte incompletas e muito defeituosas.

«O Estado, diz Engels, ao tirar as conclusões da sua análise histórica, não é pois um poder imposto do lado de fora à sociedade; não é também a «realidade da ideia moral», a «imagem e a realidade da razão», como pretende Hegel. Ele é, antes pelo contrário, um produto da sociedade em um estado determinado do seu desenvolvimento; é o testemunho de que esta sociedade se envolve numa contradição insolúvel com ela própria, tendo-se cindido em contradições inconciliáveis que não pode resolver. Mas a fim de que os antagonistas, as classes com interesses económicos opostos, não se destruam, a si e à sociedade numa luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado na aparência acima da sociedade, é chamado a atenuar o conflito, mantendo-o dentro dos limites da «ordem»; e este poder, nascido da sociedade, mas que se situa acima dela e se lhe torna cada

vez mais estranho, é o Estado» (pp. 177-178 da 6.ª edição alemã) [*].

Aqui se encontra expressa com toda a clareza a ideia fundamental do marxismo acerca do papel histórico da significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do facto de as contradições das classes serem *inconciliáveis*. O Estado aparece precisamente no momento e na medida em que, objectivamente, as contradições das classes *não podem* ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições das classes são inconciliáveis.

É precisamente acerca deste ponto essencial e capital que começa a deformação do marxismo, deformação que segue dois caminhos principais.

Por um lado, os ideólogos burgueses, e sobretudo pequeno-burgueses, obrigados, sob a pressão de factos históricos incontestáveis, a reconhecerem que o Estado só existe onde existem as contradições de classes e a luta das classes, «corrigem» Marx de tal maneira que o Estado aparece como um órgão de *conciliação* das classes. Segundo Marx, o Estado não poderia surgir, nem manter-se, se a conciliação das classes fosse possível. Segundo os professores e publicistas pequeno-burgueses e filistinos — que se referem abundantemente e complacentemente a Marx! — o papel do Estado é precisamente o de conciliar as classes. Segundo Marx, o Estado é um órgão de *dominação* de classe, um órgão de *opressão* de uma classe por outra, é a criação de uma «ordem» que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito das classes. Segundo a opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra; moderar o conflito é conciliar, e não retirar certos meios e processos de luta às classes oprimidas no combate pelo derrubamento dos opressores.

Assim, na revolução de 1917, quando o problema da significação e do papel do Estado se pôs em toda a sua amplitude, pràticamente, como um problema de acção imediata e, o que é mais, de acção de massas, os socialistas revolucionários e os mencheviques caíram todos, de roldão e sem qualquer reserva, na teoria pequeno-burgueses da «conciliação» das classes pelo «Estado». Há inumeráveis resoluções e artigos de políticos destes dois partidos totalmente impregnados desta teoria pequeno--burguesa e filistina da «conciliação». Que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe determinada que *não pode* ser conciliada com a sua antípoda (com a classe que se lhe opõe) é coisa que a democracia pequeno-burguesa nunca pode compreender. A atitude que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques tomam em relação ao Estado é uma das provas mais evidentes de que eles não são na realidade socialistas (o que nós, bolcheviques, sempre demonstramos) mas sim democratas pequenos-burgueses que adoptam uma fraseologia pseudo-socialista.

2) Por outro lado, existe uma deformação «kautskista» do marxismo que é muito mais subtil. «Teòricamente», não se contesta nem que o Estado seja um organismo de dominação de classe nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis. Mas perde-se de vista ou atenua-se o seguinte facto: se o Estado nasce pelo facto das contradições das classes serem inconciliáveis, se ele é um poder que se situa *acima* da sociedade e que «se lhe torna *cada vez mais estranho*», é evidente que a emancipação da classe oprimida é impossível, não só sem uma revolução violenta, *mas ainda sem a supressão* do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante e no qual se materializou aquele carácter «estranho». Esta conclusão, teòricamente clara por si própria, foi formulada por Marx com uma precisão perfeita, como veremos mais adiante, a partir da análise histórica concreta das tarefas da revolução. E é precisamente esta conclusão que Kautsky — como mostraremos

(Marx)

em pormenor no decorrer da nossa exposição — «esqueceu» e desnaturou.

2. *Destacamentos especiais de homens armados, prisão, etc.*

«...Em relação à antiga organização gentílica, continua Engels, o Estado caracteriza-se em primeiro lugar pela repartição da sua jurisdição *segundo o território*...»

Esta repartição afigura-se-nos «natural», mas ela foi o produto de uma longa luta contra a antiga organização das tribos ou das clãs.

«Em segundo lugar, aparece a instituição de uma *força pública* que já não coincide directamente com a população organizada ela própria em força armada. Esta força pública especial é necessária, porque depois da divisão em classes, se tornou impossível uma organização armada e autónoma da população... Esta força pública existe em qualquer Estado; ela não se compõe apenas de homens armados mas também de anexos materiais, de prisões e de estabelecimentos penitenciários de toda a espécie, desconhecidos da sociedade gentílica...»

Engels desenvolve a noção desta «força» que se chama Estado, força saída da sociedade, mas situada acima dela e tornando-se-lhe cada vez mais estranha. Essa força em que consiste principalmente? Em destacamentos especiais de homens armados dispondo de prisões, etc.

Nós podemos falar em destacamentos especiais de homens armados, porque a força pública peculiar de qualquer Estado «não coincide já directamente» com a população armada, com a «organização armada e autónoma da população».

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels teve o cuidado de chamar a atenção dos operários

conscientes precisamente para aquilo que o filistinismo dominante entendia ser o menos digno de atenção, o mais corriqueiro e consagrado, por preconceitos não só tenazes, mas, pode mesmo dizer-se, petrificados. O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder do Estado: mas como poderia ser de outra forma?

Para a imensa maioria dos europeus do final do século XIX, aos quais Engels se dirigia, que nunca tinham vivido ou observado de perto uma única grande revolução, não podia ser de outra forma. Eles não faziam a menor ideia do que é «a organização armada e autónima da população». Ao problema de saber por que surgiu a necessidade de destacamentos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), colocados acima da sociedade e tornando-se-lhes estranhos, os filisteus dos países da Europa ocidental e da Rússia propendem a responder com duas ou três frases tomadas de Spencer ou de Mikhaïlovski, lembrando a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções, etc....

Esta advertência tem uma aparência «científica»: ilude admiràvelmente o vulgar, camuflando o principal, o essencial: a divisão da sociedade em classes irremediàvelmente hostis. Sem esta divisão, a «organização armada e autónoma da população» distinguir-se-ia pela sua complexidade, pelo nível elevado da sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos munidos de paus, ou da de homens primitivos ou associados em clãs, mas tal organização seria possível.

Ela é todavia impossível porque a sociedade civilizada se encontra cindida em classes hostis e, o que é mais, irremediàvelmente hostis, cujo armamento «autónomo» conduziria a uma luta armada entre elas. O Estado forma-se; cria-se uma força especial, destacamentos especiais de homens armados; e qualquer revolução, ao destruir o aparelho estatal, mostra-nos com toda a evidência como a classe dominante se esforça para reconstituir os destacamentos especiais de homens armados que a serviam

e como a classe oprimida se esforça para criar uma nova organização do mesmo género, capaz de servir, não os exploradores, mas os explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teòricamente o problema que qualquer grande revolução coloca pràticamente, concretamente, e à escala de uma acção de massas, a saber: o problema das relações entre os destacamentos «especiais» de homens armados e a «organização armada e autónoma da população». Havemos de ver como este problema é esclarecido concretamente pela experiência das revoluções europeias e russas.

Voltemos porém à exposição de Engels.

Nela se mostra que, às vezes, em certas regiões da América do Norte, por exemplo, esta força pública é fraca (trata-se, — excepção muito rara na sociedade capitalista — daquelas regiões da Améica do Norte em que, no período pré-imperialista, predominava o colono livre), mas que, de uma forma geral, ela se reforça:

«Ela reforça-se à medida que as contradições das classes se acentuam no interior do Estado e que os Estados limítrofes se tornam maioes e mais populosos; consideremos em primeiro lugar a nossa Europa actual onde a luta das classes e a rivalidade das conquistas fizeram crescer a tal ponto a força pública que ela ameaça devorar a sociedade inteira e até mesmo o Estado».

Estas linhas foram escritas, o mais tarde, no começo da década de 90. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de Junho de 1891. Nesta época, a viragem para o imperialismo — dominação absoluta dos trustes, poder dos grandes bancos, larga política colonial, etc. — lançava os primeiros tentáculos em França, manifestando-se apenas na América do Norte e na Alemanha. Depois, a «rivalidade de conquista» deu um salto de gigante, de tal forma que, pouco após 1910, o globo encontrava-se

definitivamente partilhado entre esses «conquistadores rivais», isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos militares e navais cresceram desmesuradamente a partir de então, e, durante a guerra de rapina de 1914-1918 para o predomínio da Inglaterra ou da Alemanha no mundo, e para a partilha dos despojos, um poder estatal rapace «devorou» todas as forças da sociedade em tal medida que nos encontramos no limiar de uma catástrofe total.

Engels soube evidenciar, desde 1891, que a «rivalidade de conquista» era um dos principais traços distintos da política externa das grandes potências, ao passo que, em 1914-1918, na altura em que aquela mesma rivalidade, agravada ao extremo, engendrou a guerra imperialista, os sabujos do social-chauvinismo camuflam a defesa dos interesses espoliadores da «sua» burguesia com a fraseologia sobre a «defesa da pátria», a «defesa da república e da revolução», etc.!

3. *O Estado, instrumento de exploração contra a classe oprimida*

Para manter uma força pública especial, colocada acima da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública.

«Dispondo da força pública e do direito de perceber os impostos, escreve — Engels, os funcionários, como órgãos da sociedade, situam-se *acima* dela.

O livre assentimento dado voluntàriamente aos órgãos da organização gentílica não lhes bastaria, admitindo mesmo que eles pudessem usufruir de tal assentimento... Torna-se necessário assegurar-lhes a autoridade por meio de leis de excepção, graças às quais eles gozam de uma santidade e de uma inviolabilidade especiais. O mais

vil polícia... tem mais «autoridade» que todos os organismos juntos da sociedade gentílica; mas o maior chefe militar dos povos civilizados invejaria a estima espontânea e incontestada de que usufruía o mais humilde chefe gentílico...»

Assim se acha posto o problema da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder do Estado. O essencial é saber aquilo que os situa *acima* da sociedade Veremos como esta questão teórica foi resolvida na prática pela Comuna de Paris em 1871 e escamoteada com um sentido reaccionário por Kautsky em 1912.

«...Como o Estado nasce da necessidade de reprimir as contradições das classes, mas como nasce, ao mesmo tempo, no seio do conflito dessas mesmas classes, ele é, em regra, o estado da classe mais poderosa, da classe que domine econòmicamente e que, com a ajuda dele, se torna também a classe polìticamente dominante, adquirindo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida...» Assim como o Estado antigo e o Estado feudal foram os órgãos da exploração contra os escravos e contra os servos, também o «Estado representativo moderno é o instrumento da exploração do trabalho assalariado pelo capital. Excepcionalmente, surgem no entanto períodos em que as classes em luta estão tão perto do equilíbrio que o poder estatal, como pseudo-medianeiro, conserva durante algum tempo uma certa independência frente a elas...» Assim aconteceu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, com o bonapartismo do 1.º e do 2.º Império, na França, e com Bismark, na Alemanha.

Assim acontece, acrescentamos nós, com o governo de Kerenski na Rússia republicana, após ter começado a

reprimir o proletariado revolucionário no momento em que os Sovietes, (porque são dirigidos por democratas pequeno-burgueses) são *já* impotentes, do mesmo passo que a burguesia *ainda* não é suficientemente forte para os dissolver pura e simplesmente.

Na república democrática, continua Engels, «a riqueza exerce o poder por uma forma indirecta, mas todavia mais segura», a saber: primeiramente, através da «corrupção directa dos funcionários» (América); depois, pela «aliança do governo com a Banca» (França e América).

Hoje, nas repúblicas democráticas, sejam elas quais forem, o imperialismo e o domínio dos bancos «desenvolveram», até torná-los numa arte pouco comum, esses dois meios de defender e de fazer progredir a omnipotência da riqueza. Se, por exemplo, desde os primeiros meses da república democrática na Rússia, durante a lua de mel (poder-se-ia dizer) do casamento dos «socialistas» — socialistas-revolucionários e mencheviques — com a burguesia, no seio do governo de coligação, M. Paltchinski sabotou todas as medidas que visavam jugular os capitalistas, refrear-lhes os apetites e impedir-lhes a pilhagem do Tesouro através do «falso» dos fornecimentos militares; e se, após M. Paltchinski ter saído do ministério (e ter sido substituído naturalmente por um outro Paltchinski idêntico) foi «gratificado» pelos capitalistas com uma sinecura que lhe dá uns honorários de 120 000 rublos anuais — que importa isso? Corrupção directa ou indirecta, aliança do governo com os sindicatos capitalistas, ou «apenas» relações amistosas? Que papel desempenham os Tchernov e os Tsereteli, os Avksentiev e os Skobélev? São eles os aliados «directos» ou apenas indirectos dos milionários delapiadores dos dinheiros públicos?

A omnipotência da «riqueza» está *mais segura* sob a república democrática, por não depender das imperfeições do envoltório político do capitalismo. A república

democrática é a melhor forma política possível para o capitalismo; se o Capital tomar o poder (por intermédio dos Paltchinski, Tchernov, Tsereteli e C.ª) e o assegurar, sólida e eficazmente, nunca mais será possível abalar esse poder por meio de *qualquer* mudança de pessoas, de instituições ou de partidos na república democrática burguesa.

É preciso notar ainda que Engels é inteiramente categórico quando qualifica o sufrágio universal como instrumento de domínio para a burguesia. O sufrágio universal, diz ele, tendo manifestamente em conta a longa experiência da social-democracia alemã, é:

«...o índice que permite medir a maturidade da classe operária. Ele não pode servir para nada mais, nem jamais servirá para outra coisa no Estado actual.»

Os democratas pequeno-burgueses, tal como os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques, da mesma forma que os seus irmãos gémeos, todos os sociais--chauvinistas e oportunistas da Europa ocidental, esperam precisamente qualquer «mais» do sufrágio universal. Eles próprios perfilham e inculcam no povo a ideia falsa de que o sufrágio universal, «no Estado *actual*», tem capacidade para traduzir com realidade a vontade da maioria dos trabalhadores e para assegurar a realização dessa mesma vontade.

Nós não podemos deixar de evidenciar aqui essa ideia falsa, apontando simplesmente que a proposição absolutamente clara, precisa e concreta de Engels é alterada, a cada instante, na propaganda e agitação dos partidos socialistas «oficiais» (ou seja, oportunistas). O decorrer da nossa exposição sobre os pontos de vista de Marx e Engels acerca do Estado «*actual*» explica em pormenor toda a falsidade da concepção que Engels refuta aqui.

Eis em que termos este faz o resumo das suas concepções, na sua obra mais popular:

«O Estado não existe desde a eternidade. Sociedades houve que passaram sem ele e que não tinham qualquer ideia sobre o Estado nem sobre o poder do Estado. Num certo estadio do desenvolvimento económico, ligado necessàriamente à divisão da sociedade em classes, esta divisão engendrou a necessidade do Estado. Aproximamo-nos agora, a passos rápidos, de um estadio de desenvolvimento da produção, no qual a existência dessas classes não só deixou de ser uma necessidade, mas, antes pelo contrário, se tornou um obstáculo positivo para a produção. As classes afundar-se-ão pela mesma forma inevitável como surgiam outora. O Estado soçobra inelutàvelmente com elas. A sociedade, reorganizando a produção sobre a base de uma associação livre e igualitária dos produtores, relegará toda a máquina do Estado para onde, daí em diante, é o seu lugar: o museu das antiguidades, onde ficará ao lado da roda e da acha de bronze».

Não se encontra, com frequência, esta citação na literatura de propaganda e agitação da social democracia contemporânea. Mas, mesmo quando se encontra, reproduzem-na, as mais das vezes, como quem se ajoelha diante de um altar, para render oficialmente homenagem a Engels, sem o menor esforço de reflexão acerca da extensão e da profundidade da revolução que implica aquela «relegação de toda a máquina do Estado para o museu das antiguidades». A maior parte das vezes, parece mesmo não se compreender o que Engels quis significar com a máquina do Estado.

4. *«Extinção» do Estado e revolução violenta*

As fórmulas de Engels sobre a «extinção» do Estado gozam de tão larga notoriedade, são tão frequentemente citadas, põem tão claramente em relevo aquilo que constitui precisamente o substracto da falsificação habitual do marxismo cozinhada com os temperos oportunistas que necessário se torna determo-nos mais demoradamente sobre elas.

Citemos, na íntegra, o passo de que são extraídas:

«O proletariado toma o poder do Estado e transforma primeiramente os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, procedendo assim, suprime-se a si próprio como proletariado, assim como suprime todas as desigualdades de classe e antagonismos de classe e, ainda, o Estado como Estado. A sociedade anterior, evoluindo entre antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, em cada caso concreto, de uma organização da classe explroradora, a fim de manter as suas condições de produções próprias, designadamente para manter sobretudo, pela força, a classe explorada nas condições de expressão peculiares ao modo de produção existente (escravatura, servidão, salariato). O Estado era o representante oficial da sociedade inteira, a sua síntese num corpo visível, mas só o era na medida em que era o Estado da classe que, na sua época, representava também toda a sociedade: na antiguidade, o Estado dos cidadãos proprietários de escravos; na Idade Média, da nobreza feual; no nosso tempo, da burguesia. Quando ele se torna efectivamente o representante de toda a sociedade, torna-se a si próprio supérfluo. Quando não há classe social para oprimir; quando, com a dominação de classe e a luta pela existência individual motivada pela anarquia anterior da produção, são eliminados também os choques e os excessos que deles resultam, nada mais

há para suprimir que torne necessário um poder de repressão, um Estado. O primeiro acto do Estado em que ele aparece realmente como representante da sociedade inteira, — a apropriação dos meios de produção em nome da sociedade — é, ao mesmo tempo, o seu último acto como Estado. A intervenção de um poder de Estado nas relações sociais tona-se progressivamente supérflua e adormece então naturalmente. O governo sobre as pessoas dá lugar à administração das coisas e à direcção das operações de produção. O Estado não é «abolido», *extingue-se.* Eis o que permite julgar a frase ôca sobre o «Estado popular livre», quer sob o ponto de vista da sua justificação temporária como meio de agitação, quer sob o ponto de vista da sua insuficiência definitiva com ideia científica e julgar também a reivindicação dos chamados anarquistas, segundo a qual «o Estado deve ser abolido de um dia para o outro» «Anti-Dührig, o Sr. E. Dühring subverte a ciência», p. 301-303, da 3.ª edição alemã) [4].

Pode dizer-se, sem receio de engano, que este raciocínio de Engels, tão notável pela sua riqueza de conteúdo, não deixou nos partidos socialistas de hoje outro traço que não seja a noção de que o Estado «se extingue», segundo Marx, ao contrário da doutrina anarquista da «abolição» do Estado. Truncar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo; porque, segundo tal «interpretação», fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, igual, gradual, sem saltos nem ondas, sem revolução. A «extinção» do Estado, na concepção corrente e predominante entre as massas, é sem dúvida alguma as exéquias senão a negação, da revolução.

Ora tal «interpretação» não passa de uma deformação e das mais grosseiras, do marxismo, a qual só aproveita à burguesia e é teòricamente fundamentada sobre o esquecimento das circunstâncias e considerações essenciais apon-

tadas, como, por exemplo, nas «conclusões» de Engels que reproduzimos *in extenso*.

1) Em primeiro lugar. No começo do seu raciocino, Engels diz que o proletariado, ao tomar nas suas mãos o poder do Estado, «suprime com esse acto o Estado como Estado». Não «é costume» reflectir no significado de tal raciocínio. Em regra, ou se esquece totalmente o sentido dele, ou se interpreta como uma «fraqueza hegeliana» de Engels. Mas, na realidade, aquelas palavras exprimem, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais demoradamente no lugar próprio.

Engels fala aqui da «supressão» do Estado *da burguesia* pela revolução proletária, ao passo que o que diz acerca da «extinção» refere-se ao que ainda subsiste do Estado *proletário, depois* da revolução socialista. O Estado burguês, segundo Engels, não «se extingue» — é «abolido» pelo proletariado no decurso da revolução. O que se extingue depois desta revolução é o Estado proletário, ou, por outras palavras, um meio-Estado.

2) Em segundo lugar. O Estado é um «poder especial de repressão». Esta definição admirável e extraordinàriamente profunda de Engels é enunciada aqui com a maior clareza. Daí resulta que esse «poder especial de repressão» exercido pela burguesia contra o proletariado, contra milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituído por um «poder especial de repressão» exercido pelo proletariado contra a burguesia (a ditadura do proletariado.) É nisso que consiste a «abolição do Estado como Estado». E é nisso que consiste o «acto» de apropriação dos meios de produção pela sociedade. É evidente que uma *tal* substituição de um «poder especial» (o da burguesia) por outro «poder especial» (o do proletariado) não pode, de forma alguma, operar-se sob a forma de «extinção».

3) Em terceiro lugar. Esta «extinção», ou mesmo, para empregar uma expressão mais imaginosa e mais frisante,

este «adormecimento», respeita, segundo Engels, sem qualquer ambiguidade possível, à fase *consecutiva* à «apropriação dos meios de produção pelo Estado em nome da sociedade inteira», isto é, à fase *consecutiva* à revolução socialista. Todos nós sabemos que, nessa fase, a forma política do «Estado» é a democracia mais completa. Mas não salta aos olhos de nenhum dos oportunistas que desnaturam despudoramente o marxismo que, para Engels, se trata, nesse caso, do «adormecimento» e da «extinção» da *democracia*. Isto parece muito estranho à primeira vista. Todavia, só é «inintelegível» para quem não tenha reflectido em que a democracia é *também* um Estado e que, por consequência, quando o Estado desaparecer a democracia desaparecerá igualmente. Só a revolução pode abolir o Estado burguês. O Estado em geal, isto é, a democracia mais completa, essa só pode «extinguir-se.

4) Em quarto lugar. Ao formular a sua famosa tese — «o Estado extingue-se» — Engels explica concretamente que ela é dirigida não só contra os oportunistas mas também contra os anarquistas. E o que ressalta em primeio lugar em Engels é a conclusão que visa os oportunistas, tirada da sua tese sobre a «extinção do Estado».

Pode, no entanto, apostar-se que, em 10 000 pessoas que tenham lido qualquer coisa a propósito da «extinção» do Estado ou disso tenham ouvido falar, 9990 ignoram inteiramente, ou já não se recordam de que Engels não dirigia *ùnicamente* contra os anarquistas as conclusões daquela tese. E, entre as dez pessoas restantes, nove não sabem com certeza o que o «Estado popular livre» e por que razão é que opor-se a esta palavra de ordem é também opor-se aos oportunistas. Assim se escreve a história! Assim se vai acomodando insensìvelmente a grande doutrina revolucionária ao filistinismo reinante! A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes retomada, banalisada, encasquetada da maneira mais simplista, tendo adquirido a força de um preconceito. Qunato à conclusão contra os oportunistas, essa foi mutilada e «esquecida»!

O «Estado popular livre» era uma reivindicação inscrita no programa dos social-democratas alemães da década de 70 e que se tinha vulgarizado entre eles. Esta palavra de ordem se for despida de todo o conteúdo político, apenas encerra uma tradução pequeno-burguesa e enfática do conceito de democracia. Na medida em que nela se fazia legalmente alusão à república democrática, Engels estava disposto a «justificar», «por algum tempo», aquela palavra de ordem para fins de agitação. Mas era uma palavra de ordem oportunista, porque não visava ùnicamente a disfarçar a democracia burguesa mas mostrava ainda a incompreensão da crítica socialista em relação a qualquer Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática por ser a melhor forma de Estado para o proletariado em regime capitalista; mas não temos o direito de esquecer que a escravatura do salariato é a sorte do povo, mesmo na mais democrática república burguesa. Seguidamente, todo o Estado é um «poder especial de repressão» dirigido contra a classe oprimida. Por consequência, *nenhum* Estado é livre nem popular. Isto foi explicado muitas vezes por Marx e por Engels aos seus camaradas de partido na década 70.

Em quinto lugar. Aquela mesma obra de Engels, que tôda a gente se lembra conter um raciocínio acerca do problema da extinção do Estado, encerra também um outro raciocínio sobre a importânca da revolução violenta. A apreciação histórica do seu papel transforma-se, em Engels, num verdadeiro panegírico da revolução violenta. Mas disso ninguém se recorda; não é costume, nos partidos socialistas dos nossos dias, falar da importância desta ideia nem sequer pensar nela; na propaganda e agitação quotidiana entre as massas, essas ideias não desempenham qualquer papel. E, todavia, elas estão indissolùvelmente ligadas à ideia da «extinção» do Estado com a qual formam um todo harmonioso.

Eis o seguinte raciocínio de Engels:

«...Que a violência desempenha ainda na história um outro papel» (além do de ser fonte do mal), «um papel revolucionário»; que, segundo as palavras de Marx, ela é a parteira de qualquer sociedade velha que transporta uma nova sociedade nas entranhas; que ela é o instrumento em virtude do qual o movimento social domina e estilhaça as formas políticas petrificadas e mortas — acerca disso nem uma palavra se encontra em M. Dühring. É entre suspiros e gemidos que ele admite que a violência seja talvez necessária para derrubar o regime económico de exploração, — mas por infelicidade! Porque todo e qualquer emprego da violência desmoraliza aquele que a emprega. E afirmar-se isto na presença do grande impulso moral e intelectual que foi sempre a consequência de qualquer revolução vitoriosa! Afirmar isto na Alemanha, onde um abalo violento, mesmo que imposto ao povo, teria pelo menos a vantagem de extirpar o servilismo que, a seguir à humilhação da Guerra dos Trinta Anos, invadiu a consciência nacional! Que dizer desta mentalidade de prègador sem paixão, sem gosto e sem vigor, que tem a pretensão de se impor ao partido mais revolucionário que a história conhece?! «(Anti-Dühring, pág. 193 da 3.ª edição alemã, final do capítulo IV, 2.ª parte).

Como se pode conciliar numa mesma doutrina este panegírico da revolução violenta (que Engels não se cansou de prègar aos sociais-democratas alemães de 1878 a 1894, isto é, até à hora da morte) e a teoria da «extinção» do Estado?

Em regra, tal conciliação é feita por uma forma eclética, por um processo empírico ou sofístico, tomando arbitràriamente (ou para agradar aos detentores do poder)

ora um ora outro daqueles raciocínios. E é a «extinção» que, 99 vezes, senão mais, em 100, é colocada em primeiro plano. O ecletismo substitui-se à dialéctica: é, relativamente ao marxismo, o processo mais corrente, mais divulgado na literatura social-democrata oficial dos nossos dias. Semelhante substituição não é, sem dúvida, uma novidade: — ela pode ser observada até na história da filosofia grega clássica. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclática da dialética é aquela que engana as massas com mais facilidade; dá-lhes uma aparência de satisfação, finge tomar em consideração todos os aspectos do *processus*, todas as tendências da evolução, todas as influências contraditórias, etc., mas, na realidade, ela não fornece nenhuma ideia corrente e revolucionária do desenvolvimento da sociedade.

Já dissemos mais acima, e mostrá-lo-emos mais pormenorizadamente no decorrer da nossa exposição, que a doutrina de Marx e Engels, segundo a qual uma revolução violenta é inevitável, se refere ao Estado burguês. Este *não pode* ceder o lugar ao Estado proletário (à ditadura do proletariado) pela via da «extinção», mas apenas, em regra geral, por meio de uma revolução violenta. O panegírico que lhe consagra Engels harmoniza-se plenamente com numerosas declarações de Marx (lembremo-nos da conclusão da *Miséria da Filosofia* e do *Manifesto Comunista)* que proclamam, altiva e abertamente, que a revolução violenta é inelutável; lembremo-nos da *Crítica ao programa de Gotha,* em 1875, perto de trinta anos mais tarde, no qual Marx flagela implacàvelmente o oportunismo deste programa [5]. Este panegírico não é de forma alguma, o resultado de um «entusiasmo», nem uma declamação, nem um dito polémico. A necessidade de inculcar sistemàticamente nas massas *aquela* ideia — precsamente aquela — da revolução violenta está na base de *toda* a doutrina de Marx e Engels. A traição feita à sua doutrina pelas tendências social-chauvinistas e kautskistas, hoje predominantes, reflecte-se com um singular relevo no esquecimento a que os partidários tanto de umas

como das outras votaram *essa* propaganda e *essa* agitação.

Sem revolução violenta é impossível substiuir o Estado proletário pelo Estado burguês. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de qualquer Estado só é possível por meio de «extinção».

Marx e Engels desenvolveram estas ideias por uma forma detalhada e concreta, estudando cada situação revolucionária de per si, analisando os ensinamentos extraídos da experiência de cada revolução. E assim chegamos a esta parte que é incontestàvelmente a mais importante da sua doutrina.

CAPÍTULO II

AS EXPERIÊNCIAS DOS ANOS 1848-1851

1. *A véspera da revolução*

A Miséria da Filosofia e o *Manifesto Comunista*, as primeiras obras do marxismo chegado à maturidade, aparecem precisamente na véspera da revolução de 1848. Daí que, paralelamente à exposição dos princípios fundamentais do marxismo, encontremos nelas, em certa medida, uma evocação da situação revolucionária concreta dessa época. Assim, o mais racional seria, creio, analisar o que os autores destas obras disseram acerca do Estado precisamente antes de tirar as conclusões da experiência dos anos 1848-1851.

«...A classe trabalhadora, escreve Marx na *Miséria da Filosofia*, substituirá, no decurso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que banirá as classes e o seu antagonismo, não havendo mais lugar para o poder político pròpriamente dito, dado que o poder político é precisamente o resultado oficial do antagonismo na sociedade civil» (pág. 182 da edição alemã de 1885) [6].

É instrutivo comparar com esta exposição de conjunto sobre a ideia da desaparição do Estado depois da abolição das classes a exposição feita no *Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels, alguns meses antes, mais precisamente em Novembro de 1847.

«...Esboçando, a traços largos, as fases do desenvolvimento do proletariado, nós fizemos a história da guerra

civil mais ou menos lavrada que agita a sociedade actual até ao momento em que esta guerra se transforma em revolução aberta e o proletariado estabelece o seu domínio, derrubando a burguesia»...

«...Já vimos mais acima que a primeira etapa da revolução operária é a constituição (à letra: a elevação) do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia».

«O proletariado servir-se-á da sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais ràpidamente possível a quantidade das forças produtivas» (p.p. 31,37 da 7.ª edição alemã de 1906) [7].

Encontra-se formulada aqui, em primeiro lugar, uma das ideias mais notáveis e mais importantes do marxismo acerca do Estado, ou seja, a da «ditadura do proletariado» (como vieram a exprimir-se, mais tarde, Marx e Engels, após a Comuna de Paris) e, seguidamente, uma definição do Estado, interessante ao extremo, a qual se conta também entre o número das «palavas esquecidas» do marxismo: «*O Estado, isto é, o proletariado organizado em classe dominante*».

Esta definição do Estado nunca foi comentada na literatura de agitação e propaganda predominante nos partidos social-democratas oficiais. Antes, pelo contrário, ela foi precisamente esquecida por ser absolutamente inconciliável com o reformismo e chocar frontalmente com os preconceitos oportunistas habituais e com as ilusões pequeno-burguesas quanto à «evolução pacífica da democracia».

O proletariado tem necessidade do Estado — repetem todos os oportunistas, sociais-chauvinistas e kautskistas, afirmando ser essa a doutrina de Marx; mas eles «*esquecem-se*» de acrescentar, em primeiro lugar, que, segundo

Marx, o proletariado precisa apenas de um Estado em vias de extinção, isto é, constituído de tal maneira que comece imediatamente a extinguir-se e não possa deixar de extinguir-se; e, em segundo lugar, que os trabalhadores têm necessidade de um «Estado» que seja «o proletariado organizado em classe dominante».

O Estado é a organização especial de um poder, a organização da violência destinada a derrubar uma classe determinada. Qual é então a classe que o proletariado deve derrubar? Evidentemente que só pode ser a classe dos exploradores, isto é, a burguesia. Os trabalhadores têm necessidade do Estado apenas para reprimir a resistência dos exploradores. Ora, só o proletariado pode dirigir esta repressão, realizá-la na prática, pois é a única classe revolucionária até às últimas consequências, a única classe capaz de unir todos os trablhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia e de a afastar completamente do poder.

As classes exploradoras têm necessidade da dominação política para manter a exploração, isto é, para defender os interesses egoístas duma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas têm necessidade da dominação política para abolir completamente toda a espécie de exploração, isto é, para defender os interesses da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravagistas modernos, isto é, os grandes proprietários fundiários e os capitalistas. Os democratas pequeno-burgueses, esses pseudo-socialistas que substituíram a luta de classes pelos seus sonhos de conciliação das classes, concebiam a própria transformação socialista como uma espécie de sonho, sob a forma, não da abolição do domínio da classe exploradora, mas antes de uma submissão pacífica da minoria à maioria consciente das suas próprias tarefas. Esta utopia pequeno-urguesa, indissolùvelmente ligada à noção de um Estado colocado acima das classes, conduziu pràticamente à traição aos interesses das classes trabalhadoras, como o demonstrou, por exemplo, a história das revoluções francesas de 1848 e 1871 e

a experiência da participação «socialista» nos ministérios burgueses na Inglaterra, na França, na Itália e em outros países, no final do século XIX e no começo do século XX.

Durante toda a sua vida, Marx lutou contra este socialismo pequeno-burguês ressuscitado nos nossos dias, na Rússia, pelos partidos socialista-revolucionário e menchevique. Marx desenvolveu, por uma forma consequente, a doutrina da luta de classes, para chegar à doutrina sobre o poder político, à doutrina sobre o Estado.

O domínio burguês só pode ser abolido pelo proletariado, classe diferenciada, que as próprias condições económicas de existência determinam a realizar tal abolição, dando-lhe a possibilidade e a força necessárias para a levar a efeito.

A burguesia, ao mesmo tempo que fricciona e dissemina o campesinato e todas as camadas pequeno-burguesas, agrupa, une e organiza o proletariado. Em virtude do papel económico que o proletariado desempenha na grande produção, só ele é capaz de ser o guia de todas as massas trablhadoras e exploradas que a burguesia explora, oprime e esmaga, muitas vezes, mais que os proletários, e as quais são incapazes de levar a efeito uma luta *independente,* a fim de se emanciparem.

A doutrina da luta de classes aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista conduz necessàriamente ao reconhecimento da *dominação política* por parte do proletariado, da sua ditadura, isto é, de um poder que ele não partilha com ninguém e que se apoia directamente sobre a força armada das massas. A burguesia só pode ser derrubada se o proletariado se transformar em *classe dominante* capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da buguesia e de organizar, sob um novo regime económico, *todas* as massas laboriosas e exploradas.

O proletariado tem necessidade do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, não só para reprimir a resistência dos exploradoes mas também para *dirigir* a grande massa

da população — campesinato, pequena burguesia, semi--proletários — na «construção» da economia socialista.

Educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado capaz de tomar o poder e *de conduzir o povo inteiro* ao socialismo, de dirigir e organizar um novo regime, de ser o educador, o guia e o chefe de todos os trabalhadores e explorados para a organização da sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia. Pelo contrário, o oportunismo reinante educa, no seio do partido operário, representantes de entre os trablhadores mais bem pagos, que se destacam de entre a massa e que se «amoldam» convenientemente ao regime capitalista, vendendo por um prato de lentilhas o seu direito de primogenitura, isto é, abdicando do papel de chefes revolucionários do povo na luta contra a burguesia.

Esta teoria de Marx — «O Estado, ou seja, o proletariado organizado em classe dominante» — está indissolùvelmente ligada a toda a sua doutrina acerca do papel revolucionário do proletariado na história. A meta deste papel é a ditadura do proletariado, a dominação política pelo proletariado.

Mas se o proletariado tem necessidade do Estado como organização *especial* da violência *contra* a burguesia, uma pergunta se impõe: é concebível uma tal organização sem que seja primeiramente destruída, demolida, a máquina do Estado que a burguesia criou *para si própria*?

É a este problema que nos conduz o *Manifesto Comunista* e é dele que Marx fala ao fazer o resumo da experiência da revolução de 1848-1851.

2. *O balanço de uma revolução*

Ao tratar da questão do Estado, que aqui nos preocupa, Marx faz o balanço da revolução de 1848-1851, no seu 18 do Brumário de Luís Bonaparte, desenvolvendo o seguinte raciocínio:

«Mas a revolução vai ao fundo das coisas. Ela não atravessa, porém, mais ainda que o purgatório. Conduz o seu processo com método. Até 2 de Dezembro de 1851 (data do golpe de Estado de Luís Bonaparte), ela só tinha realizado a metade dos preparativos e presentemente realiza a outra metade. Ela aperfeiçoa primeiramente o poder parlamentar, para o derrubar em seguida. Uma vez atingido este fim, aperfeiçoa o *poder executivo,* redú-lo, *a fim de poder concentrar sobre ele todas as suas forças de destruição* (sublinhado por nós). «E, quando tiver realizado a segunda metade do seu trabalho de preparação, a Europa saltará no seu lugar e rejubilará: «Bem minado, velha toupeira!»

Este poder executivo, com a sua imensa organização burocrática e militar, com a sua máquina estatal, complexa e artificial, o seu exército de funcionários de meio milhão de homens e o seu outro exército de quinhentos mil soldados, temível corpo parasitário que reveste como uma membrana o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros, estruturou-se durante a monarquia absoluta, no declínio do feudalismo que ele ajudou a derrubar». A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização, «mas, ao mesmo tempo também, a extensão, as atribuições e o aparelho do poder governamental. Napoleão acabou de aperfeiçoar este mecanismo do Estado». A monarquia legítima e a monarquia de Julho» nada mais fizeram que acrescenta-lhe uma maior divisão do trabalho...»

...«A República parlamentar vê-se, enfim, constrangida, na sua luta contra a revolução, a reforçar com as suas medidas repressivas os meios de acção e a centralização do poder governamental. *Todas as revoluções políticas aperfeiçoaram esta máquina em vez de a destruir* (sublinhado por nós). Os partidos que lutaram alternadamente pelo poder consideraram a conquista deste imenso edifício do Estado como a principal presa para o vencedor.» (*O 18 do Brumário de Luís Bonaparte,* pp. 98-99, 4.ª edição alemã, Hamburgo, 1907) [8].

Neste notável resumo, o marxismo dá um grande passo em frente em relação ao *Manifesto Comunista,* onde a questão do Estado era ainda posta de uma maneira muito abstracta, com noções e termos muito gerais. Aqui, a questão é posta de maneira concreta e a dedução é eminentemente precisa, definida, pràticamente tangível; todas as revoluções anteriores aperfeiçoaram a máquina do Estado; ora é preciso quebrá-la, demoli-la. Esta dedução é o principal, o essencial, na doutrina marxista sobre o Estado. E é esta coisa essencial que não só foi inteiramente *esquecida* pelos partidos sociais-democratas oficiais dominantes, mas ainda abertamente *desnaturada* (como veremos mais adiante) pelo teórico mais em destaque da II Internacional, K. Kautsky.

O Manifesto Comunista extrai as lições do conjunto da história, a qual mostra ser o Estado um organismo de dominação de classe, e chega a esta conclusão necessária: o proletariado não poderá derrubar a burguesia antes de conquistar o poder político, antes de estabelecer a sua dominação política, de erigir em Estado «o proletariado organizado como classe dominante»; e este Estado proletário começará a extinguir-se após a sua vitória, tornando-se inútil e impossível numa sociedade em que as contradições de classe não existem. A questão de saber em que deve consistir, do ponto de vista do desenvolvimento histórico, esta substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é posta aqui.

Esta questão foi posta e resolvida por Marx em 1852. Fiel à sua filosofia do materialismo dialético, ele toma como base de experiência histórica os grandes anos da revolução de 1848-1851. Aí, como sempre, a doutrina de Marx *faz um balanço da experiência vivida,* à luz de uma concepção filosófica profunda e de um conhecimento vasto da história.

A questão do Estado é posta de maneira concreta: como nasceu historicamente o Estado burguês, a máquina do Estado necessária ao domínio pela burguesia? Que tansformações, que evolução sofreu essa máquina

do Estado no decurso das revoluções burguesas e na luta contra os movimentos de independência das classes oprimidas? Quais são as tarefas do proletariado em relação a ela?

O poder estatal centralizado, peculiar da sociedade burguesa, apareceu na época da queda do absolutismo. As duas instituições mais características desta máquina de Estado são: a burocacia e o exército permanente. Muitas vezes, nas suas obras, Marx e Engels falam dos mil liames que prendem estas instituições à burguesia. A experiência de cada operário ilustra esta ligação com uma evidência e um relévo frizantes. A classe operária aprende a conhecê-la à sua custa. Eis a razão por que ela aprende com tanta facilidade e assimila tão bem a ciência que revela a inelutabilidade desta ligação, ciência que os democratas pequeno-burgueses negam por ignorância e por leviandade, quando não mostram a leviandade ainda maior de a reconhecer «em geral», esquecendo-se porém de extraír dela as conclusões práticas.

A burocracia e o exército permanente são os «parasitas» do corpo da sociedade burguesia, parasitas engendrados pelas contradições internas que laceram esta sociedade e que «tapam» os seus poros vitais. O oportunista Kautsky, hoje predominante na social-democracia oficial, pensa que esta teoria acerca do Estado que o considera como um *organismo parasitário* é atributo particular e exclusivo do anarquismo. Esta deformação do marxismo é, evidentemente, vantajosa no mais alto grau para os pequeno-burgueses que conduziram o socialismo a esta vergonha inaudita: justificar e mascarar a guerra imperialista com as ideias de «defesa da pátria» — o que é uma outra deformação incontestável.

O desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a consolidação deste aparelho burocrático e militar operam-se através da multidão das revoluções burguesas de que a Europa foi teatro, a partir da queda do feudalismo. É, particularmente, a pequena burguesia, que é atraída aos flancos da grande e se lhe submete, em larga medida, por meio

deste aparelho, que fornece às camadas superiores do campesinato, dos pequenos artífices, dos pequenos comerciantes, etc., empregos relativamente cómodos, tranquilos e honrosos, colocando os seus beneficiários *acima* do povo. Vêde o que se passou na Rússia durante os seis meses que se seguiram a 27 de Fevereiro de 1917: os lugares de funcionários, reservados outrora de frequência aos Cem-Negros, tornaram-se presa dos cadetes, dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários.

No fundo, ninguém pensava em reformas sérias, antes se procurava adiá-las a todas «até à Assembleia Constituite» e a esta, pouco a pouco, até ao fim da guerra! Mas, para partilhar a presa, para se instalar nos lugares lucrativos de ministros, de sub-secretários de Estado, de governadores gerais, etc., etc., não havia tempo a perder e não se esperou por qualquer Assembleia Constituinte! O jogo das combinações ministeriais não era, no fundo, mais do que a expressão desta partilha e desta redestribuição dos «despojos» que se operava, de cima a baixo, através do país inteiro, em todas as adminiistações centrais e locais. O resultado, o resultado objectivo após seis meses — desde 27 de Fevereiro a 27 de Agosto de 1917 — é inegável: as reformas são adiadas, as sinecuras administrativas atribuídas, e os erros na atribuição foram corrigidos por algumas redistribuições.

Mas quanto mais se procede «às redistribuições» do aparelho burocrático entre os diversos partidos burgueses e pequeno-burgueses (entre os cadetes, os socialistas-revolucionários e os mencheviques, para considerar o exemplo da Rússia), mais evidente se torna para as classes oprimidas, com proletariado à cabeça, a sua hostilidade irredutível contra *toda* a sociedade burguesa. Daí a necessidade para todos os partidos burgueses, mesmo para os mais democráticos, inclusivé para os «democratas revolucionários», de acentuar a repressão contra o proletariado revolucionário, de reforçar o aparelho repressivo, isto é, precisamente a máquina do Estado. Este curso dos acontecimentos obriga a revolução a *«concentrar todas as forças*

de destruição» contra o poder do Estado; impõe-lhe a tarefa não de melhorar a máquina do Estado, mas de a *demolir*, de a *destruir*.

Não foram deduções lógicas, mas sim o desenvolvimento real dos acontecimentos, a experiência vivida dos anos de 1848 a 1851 que levaram a colocar assim o problema. Até que ponto Marx se mantem fiel aos dados da experiência histórica vê-se do facto de ele, em 1852, ainda não colocar a questão concreta de saber *por que* substituir essa máquina do Estado que deve ser destruída. A experiência ainda não tinham fornecido, nessa época, os materiais necessários para resolver este problema, que a história virá a colocar na ordem do dia, mais tarde, em 1871. Em 1852, apenas se podia verificar, com a precisão própria das ciências naturais, que a revolução proletária *se abeirava* desta tarefa: «concentrar todas as forças de destruição» contra o poder do Estado, «destruir» a máquina do Estado.

Perguntar-se-á talvez se é justo generalizar a experiência, as observações e as conclusões de Marx e aplicá-las além dos limites da história da França do triénio de 1848 a 1851. Para analisar este problema, lembremos, antes de mais, uma observação de Engels. Em seguida passaremos ao exame dos factos.

«A França, escrevia Engels no prefácio à 3.ª edição do *18 do Brumário*, é o país onde as lutas de classes foram conduzidas sempre, mais do que em qualquer outra parte, até à revolução completa, e onde, por consequência, as formas políticas mudáveis, no seio das quais aquelas se movem e nas quais se resumem os seus resultados, apresentam contornos mais nítidos. Centro do feudalismo na Idade Média; país clássico da monarquia hereditária, a partir da Renascença, a França, com a sua Grande Revolução, destruiu o feudalismo e deu à dominação da burguesia um carácter de pureza clássica que nenhum outro país da Europa atingiu. Do mesmo modo, a luta do pro-

letariado revolucionário contra a burguesia reinante reveste-se aí de formas agudizadas, desconhecidas em qualquer outra parte» (p. 4 da edição de 1907).

Esta última observação envelheceu, pois que, a partir de 1871, houve uma interrupção na luta revolucionária do proletariado francês. Todavia, esta interrupção, por longa que seja, não exclui, de qualquer forma, a possibilidade de a França vir a afirmar-se, na Revolução proletária do futuro, como o país clássico da luta de classes conduzida decididamente até à completa resolução.

Lancemos, porém, um olhar de conjunto sobre a história dos países avançados no final do século XIX e no começo do século XX. Veremos que o mesmo *processus* se operou mais lentamente, sob formas mais variadas, numa arena bastante mais vasta; por um lado, elaboração dum «poder parlamentar» tanto nos países republicanos (França, América, Suíça) como nos países monárquicos (Inglaterra, Alemanha até certo ponto, Itália, países escandinavos, etc.); por outro lado, luta pelo poder entre os dferentes partidos burgueses e pequeno-burgueses que, entre si, partiram e repartiram, como «despojos», as sinecuras administrativas, deixando imutáveis os fundamentos da ordem burguesa; finalmente, aperfeiçoamento e consolidação do «poder executivo», do seu aparelho burocrático e militar.

Ninguém duvida que sejam esses os traços comuns a toda a evolução moderna dos Estados capitalistas em geral. Em três anos, de 1848 a 1851, a França mostrou, sob uma forma nítida e concentrada, na sua sucessão rápida, esse mesmo *processus* de desenvolvimento peculiares ao conjunto do mundo capitalista.

Mais particularmente, o imperialismo — época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios capitalistas, época em que o capitalismo monopolista se transforma por via de crescimento em capitalismo monopolista de Estado — mostra o reforçamento extraordinário da «má-

quina de Estado», o crescimento inaudito do seu aparelho burocrático e militar em ligação com uma crescente repressão contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nas repúblicas mais livres.

Hoje, a história universal conduz, sem dúvida alguma, numa escala infinitamente mais vasta que em 1852, à «concentração de todas as forças» da revolução proletária com vista à «destruição» da máquina do Estado.

Pelo que irá substituí-la o proletariado? A Comuna de Paris fornece a este respeito uma documentação das mais instrutivas.

3. *Como Marx colocava a questão em 1852.*

Mehring publicou em 1907, na *Neue Zeit*[9] (XXV, 2, 164), extratos de uma carta de Marx dirigida a Werdemeyer, com a data de 5 de Março de 1852. Essa carta contém, entre outras, esta notável observação:

«No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Há muito tempo antes de mim que historiadores burgueses tinham descrito o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e que economistas burgueses tinham mostrado a sua anatomia económica. O que eu fiz de novo foi o seguinte: 1) demonstrar que *a existência das classes* está apenas ligada a *fases do desenvolvimento histórico da produção* (Historische Entwickhungsphasen der Produktion); 2) que a luta das classes *conduz* necessàriamente à *ditadura do proletariado;* 3) que esta mesma ditadura não constituiu mais do que a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*»...

Neste texto, Marx conseguiu exprimir, com um relevo frizante, em primeiro lugar, o que distingue principalmente, e no fundo, a sua doutrina da doutrina dos pensadores mais esclarecidos e perspicazes da burguesia e, em segundo lugar, a essência da sua doutrina acerca do Estado.

O essencial da doutrina de Marx, é a luta das classes. Isto é o que se diz e o que se escreve muito frequentemente. Mas é inexacto. E, desta inexactidão, resultam ordinàriamente deformações oportunistas do marxismo, falsificações visando a torná-lo aceitável pela burguesia. Porque a doutrina da luta de classes foi criada *não por* Marx *mas* pela burguesia *antes* de Marx; e ela é, duma maneira geral, *aceitável* para a burguesia. Quem quer que reconheça *ùnicamente* a luta de classes não é, só por isso, marxista; pode acontecer que essa pessoa não saia ainda do quadro do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes é truncá-lo, deformá-lo, reduzi-lo àquilo que é aceitável para a burguesia. Apenas é marxista aquele que *alarga* o conhecimento da luta de classes até ao conhecimento da *ditadura do proletariado.* É isso que distingue fundamentalmente o marxista do vulgar pequeno (e também do grande) burguês. É com esta pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão e o conhecimento *efectivos* do marxismo. Não é de estranhar que, quando a história da Europa conduziu a classe operária a abordar na *prática* esta questão, não só todos os oportunistas e reformistas mas também todos os «kautskistas» (os que hesitam entre o reformismo e o marxismo) se tenham revelado como lamentáveis filistinos e como democratas pequenos-burgueses, *negadores* da ditadura do proletariado. A brochura de Kautsky *A Ditadura do Proletariado,* aparecida em Agosto de 1918, ou seja, muito tempo depois da primeira edição da presente obra, oferece um modelo de deformação pequeno-burguesa do marxismo, que ela repudia cobardemente *nos factos,* embora reconhecendo-o hipòcritamente *nas palavras* (ver a minha brochura: «*A*

Revolução Proletária e o Renegado Kautsky», Petrogrado, e Moscovo, 1918).

O oportunismo contemporâneo na pessoa do seu principal representante, o ex-marxista K. Kautsky, corresponde inteiramente à característica da atitude *burguesa*, evidenciada por Marx, porque circunscreve o quadro do conhecimento da luta de classes à esfera das relações burguesas. (Não há um só liberal instruído, que, dentro dos seus limites, não admita «em princípio» a luta de classes!). O oportunismo *não alarga* o conhecimento da luta de classes até aquilo que é precisamente o essencial, ou seja, até ao período de *transição* do capitalismo para o comunismo, até ao período do *derrubamento* e da *supressão* completa da burguesia. Na realidade, este período é necessàriamente caracterizado por uma luta de classes de um encarniçamento sem precedente, revestindo formas de uma acuidade extrema. O Estado deste período deve, pois, ser necessàriamente democrático *de uma maneira nova* (para os proletários e para os não possidentes em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia).

Prossigamos. Apenas assimilaram a essência da doutrina de Marx acerca do Estado aqueles que compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária não só para qualquer sociedade de classes em geral não só para o *proletariado* quando este derrubar a burguesia mas ainda para todo o *período histórico* que separa o capitalismo da «sociedade sem classes» do comunismo. As formas do Estado burguês são extremamente variadas mas a sua essência é apenas uma: em última análise todos estes Estados são duma maneira ou doutra, mas necessàriamente, *uma ditadura da burguesia.* A passagem do capitalismo para o comunismo não pode evidentemente deixar de fornecer um agrande abundância e uma larga diversidade de formas políticas, mas a sua essência será também necessàriamente apenas uma: *a ditadura do proletariado.*

CAPITULO III

A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS (1871) ANÁLISE DE MARX

1. *O que tem de heróico a tentativa dos «communards»?*

É sabido que, alguns meses antes da Comuna, no decorrer de Outubro de 1870, Marx dirigira uma carta aos operários parisienses aconselhando-lhes cautela, procurando demonstrar-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo seria uma leviandade inspirada pelo desespero. Mas, quando, em Março de 1871, a batalha decisiva foi *imposta* aos operários e quando, tendo-a aceitado estes, a insurreição se tornou um facto, Marx, apesar das condições desfavoráveis, saudou com o mais vivo entusiasmo a revolução proletária. Ele não se obstinou, um momento sequer, em condenar, por pedantismo, um movimento «inoportuno», como fez o tristemente célebre renegado russo do marxismo, Plekhanov, cujos escritos de Novembro de 1905 constituem um encorajamento à luta dos operários e camponeses, mas que, após Dezembro de 1905, conclamava com os liberais: «Não era preciso pegar em armas».

Marx não se contentou com admirar o heroísmo dos «communards» «marchando ao assalto do céu», segundo a sua expressão. No movimento revolucionário das massas, embora este não tivesse atingido o seu fim, ele via uma experiência histórica de um alcance imenso, um certo passo em frente da revolução proletária universal, um passo real bem mais importante do que centenas de programas e raciocínios. Analisar esta experiência, tirar dela lições de tática, servir-se dela para passar pelo crivo a sua teoria — tal foi a tarefa que Marx a si próprio impôs.

A única «correcção» que Marx julgou necessário introduzir no *Manifesto Comunista*, fê-la inspirando-se na experiência revolucionária dos «communards» parisienses.

O último prefácio a uma nova edição alemã do *Manifesta Comunista*, firmado pelos seus dois autores, é datado de 24 de Junho de 1872. Karl Marx e Friedrich Engels declaram nele que o programa do *Manifesto Comunista* «está hoje envelhecido em alguns pontos».

«A Comuna demonstrou, especialmente, prosseguem eles, que «a classe operária não se pode contentar com apoderar-se da máquina do Estado completa e fazê-la funcionar por sua conta própria...» [10].

As últimas palavras desta citação, postas entre comas, foram tiradas pelos autores da obra de Marx *A Guerra Civil em França.*

Tão grande era o alcance que Marx e Engels atribuíam a um dos ensinamentos principais e fundamentais da Comuna de Paris que o introduziram, como correcção essencial, no *Manifesto Comunista.*

Facto extremamente característico: é precisamente aquela correcção essencial que foi desnaturada pelos oportunistas, de tal sorte que os nove décimos ou, talvez mesmo, os noventa e nove centésimos dos leitores do *Manifesto Comunista* ignoram certamente o sentido dela. Falaremos pormenorizadamente acerca desta deformação um pouco mais adiante, num capítulo especialmente consagrado às deformações. Basta-nos, por agora, assinalar que a «interpretação» corrente, vulgar, da famosa de Marx citada por nós é no sentido de que ele teria sublinhado a ideia de uma evolução lenta, em oposição à conquista do poder, etc.

Na realidade, é exactamente o contrário. **A ideia de Marx é a de que a classe operária deve quebrar, demolir**

«a máquina do Estado completa» e não se limitar a apossar-se dela.

Em 12 de Abril de 1871, ou seja precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

«No último capítulo do *18 do Brumário*, eu sublinho, como notarás se o releres, que a próxima tentativa da Revolução em França não deverá mais consistir em fazer transferir a máquina burocrática e militar para outras mãos, como aconteceu até aqui, mas sim em *destruí-la* (sublinhado por Marx; no original, a palavra é *zerbrechen*). É essa a primeira condição de qualquer revolução popular verdadeira, no continente. Foi isso o que os nossos heróicos camaradas de Paris tentaram» (*«Neue Zeit*, XX, 1, 1901-1902, p. 709). As cartas de Marx a Kugelmann têm, pelo menos, duas edições russas, uma das quais redigida e prefaciada por mim *).

«Destruir a máquina burocrática e militar». Nestas poucas palavras encontra-se expressa, em resumo, a principal lição do marxismo acerca das tarefas do proletariado em relação ao Estado, no decurso da revolução. E foi esta lição que não só foi inteiramente esquecida mas ainda francamente desnaturada pela «interpretação» dominante do marxismo devida a Kautsky!

Quanto à passagem do *18 do Brumário* a que se refere Marx, nós reproduzimo-la integralmente mais atrás.

Dois pontos, sobretudo, devem ser sublinhados nessa passagem de Marx. Em primeiro lugar, o de que ele limita a sua conclusão ao continente. Isso concebia-se em 1871, quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e, numa larga medida, sem burocracia. Por isso Marx abria uma

(*) Ver Lénine. *Marx-Engels-marxismo*. Edições em línguas estrangeiras, Moscovo 1954, pág. 211.

excepção para a Inglaterra, onde a revolução, e mesmo a revolução popular, parecia ser possível, e o foi, com efeito, sem prévia destruição da máquina do Estado completa».

Hoje, em 1917, na época da primeira grande guerra imperialista, esta restrição de Marx não conta. A Inglaterra, como a América, os maiores e os últimos representantes da «liberdade anglo-saxónica no mundo inteiro (ausência de militarismo e de burocracia), deslizaram inteiramente para o pântano europeu, lamacento e sangrento, das instituições militares e burocráticas, que tudo subordinam e esmagam sob o seu peso. Agora, tanto na Inglaterra como na América, «a primeira condição para qualquer verdadeira revolução popular», é a demolição, a destruição da «máquina do Estado completa» (levada nestes países, de 1914 a 1917, a uma perfeição «europeia», comum daí em diante a todos os Estados imperialistas).

Em segundo lugar, e o que merece uma atenção particular, é esta observação profundíssima de Marx de que a **destruição da máquina militar e burocrática do Estado é «a primeira condição para qualquer verdadeira revolução popular»**. Esta anotação de revolução «popular» parece surpreendente na boca de Marx; e, na Rússia, os adeptos de Plekhanov, assim como os mencheviques, esses discípulos de Strouvé que desejam passar por marxistas, seriam muito capazes de qualificar a sua como «lapso». Eles reduziram o marxismo a uma doutrina tão prosaicamente liberal que, fora da antítese — revolução burguesa, revolução proletária — nada mais existe para eles. E ainda, para mais, concebem esta antítese da maneira mais escolástica.

Se considerarmos, a título de exemplo, as revoluções do século XX, será forçoso reconhecer que, com toda a evidência, as revoluções portuguesa e turca são burguesas. Mas nem uma nem outra são «populares», pois a massa do povo, a sua imensa maioria, não intervem de uma forma visível, activa, autónoma, com as suas reivindicações económicas e políticas próprias, nem numa nem na

outra destas revoluções. Pelo contrário, a revolução burguesa russa de 1905-1907, embora não tenha conseguido êxitos tão «retumbantes» como, às vezes, aconteceu com as revoluções portuguesas e turca, foi, sem qualquer contestação, uma «verdadeira revolução popular». É que a massa do povo, a sua maioria, as suas camadas sociais «inferiores» mais profundas, esmagadas pelo jugo e pela exploração, levantaram-se espontâneamente e deixaram por todo o percurso da revolução o selo das suas reivindicações, das suas tentativas para construir à sua maneira uma sociedade nova no lugar da antiga em vias de destruição.

Em 1871, o proletariado não constituía a maioria do povo em nenhum país do continente europeu. A revolução no podia ser «popular» e arrastar verdadeiramente a maioria para o movimento, sem englobar o proletariado e o campesinato. O «povo» era precisamente formado por estas duas classes. Estas estão unidas porque a «máquina burocrática e militar» as oprime, as esmaga, as explora. *Destruir* esta máquina, *demoli-la,* eis verdadeiramente o interesse do povo, da maioria dos operários e dos camponeses; eis a «primeira condição» para a livre aliança dos camponeses pobres com os proletários; e, sem esta aliança, não há democracia sólida nem transformação socialista possível.

Foi no sentido desta aliança que, como se sabe, a Comuna de Paris abriu caminho. Mas ela não atingiu o seu fim por diversas razões de ordem interna e externa.

Assim, pois, referindo-se a uma «verdadeira revolução popular», e sem esquecer nada dos traços particulares da pequena burguesia (de que ele falou muito e por muitas vezes), Marx tomava em conta, com o maior rigor, as verdadeiras relações de clase na maior parte dos Estados continentais da Europa, em 1871. Por outro lado, ele verificava que a «demolição» da máquina do Estado é ditada pelos interesses dos operários e dos camponeses, a qual os une e lhes determina uma tarefa comum: a

supressão deste «parasita» e a sua substituição por qualquer coisa de novo.

Pelo quê concretamente?

2. *Pelo que deve ser substituída a máquina do Estado demolida.*

A esta questão Marx dava ainda, em 1847, no *Manifesto Comunista,* uma resposta inteiramente abstracta, ou melhor, uma resposta que indicava os problemas mas não indicava os meios para os resolver. Substituí-la pela «organização do proletariado como classe dominante», pela «conquista da democracia», tal era a resposta do *Manifesto Comunista.*

Sem cair na utopia, Marx esperava da *experiência* do movimento de massas a resposta para a questão de saber quais as formas concretas que revestiria essa organização do proletariado como classe dominante e de que maneira precisa essa organização se conciliaria com a «conquista da democracia», mais completa e mais consequente.

Por muito limitada que tenha sido a experiência da Comuna, Marx submete-a a uma das mais atentas análises na sua *Guerra Civil em França.* Citemos as principais passagens deste escrito:

«No século XIX desenvolveu-se, transmitido pela Idade Média», o poder centralizado do Estado com os seus organismos presentes por toda a parte: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura». Em virtude do desenvolvimento dos antagonismos de classe entre o Capital e o Trabalho, «o poder do Estado revestia cada vez mais o carácter dum poder público organizado com fins de sujeição social, dum aparelho de dominação a favor de uma classe. Depois de cada revolução, que marca um progresso na luta das classes, o carácter

puramente repressivo do poder do Estado aparece de uma forma cada vez mais aberta». Depois da revolução de 1848-1849, o poder do Estado transforma-se no «engenho de guerra nacional do Capital contra o Trabalho». O segundo Império nada mais faz do que consolidá-lo. «A antítese directa do Império foi a Comuna». «A Comuna foi a forma positiva» «duma república que não devia apenas abolir a forma monárquica da dominação por uma classe, mas a própria dominação de classe...»

Em que consistia precisamente esta forma «positiva» de república proletária socialista? Qual era o Estado que ela tinha começado a fundar?

«O primeiro decreto da Comuna foi... a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado...»

Esta reivindicação figura hoje no programa de todos os partidos que se dizem socialistas. Mas o que valem os seus programas é plenamente esclarecido pela atitude dos nossos socialistas-revolucionários e dos nossos mencheviques que, precisamente logo depois da revolução de 27 de Fevereiro, recusaram na prática dar seguimento a esta reivindicação!

«A Comuna foi composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos «arrondissements» da cidade. Eles eram responsáveis e amovíveis a todo o momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária...»

«...Em lugar de continuar a ser instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente desapossada dos seus

atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, «responsável e a todo o momento amovível... O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros sectores da administração... Desde os membros da Comuna até ao mais baixo da escala, a função pública devia ser assegurada com *salários de operário.* As luvas tradicionais e as despesas de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram juntamente com estes mesmos altos dignatários... Uma vez abolidos o exército permanente e a polícia, instrumentos materiais do poder do antigo governo, a Comuna impôs-se a tarefa de destruir o instrumento espiritual da opressão, o poder dos padres... Os funcionários da justiça foram despojados da sua aparente independência... eles deviam ser eleitos, responsáveis e amomíveis...» [11].

Desta forma, a Comuna parecia ter substituido a destruída máquina do Estado, instituindo uma democracia «simplesmente» mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e amobilidade de todos os funcionários sem excepção. Mas, na realidade, este «simplesmente» representa uma obra gigantesca: a substituição de umas instituições por outras fundamentalmente diferentes. Eis aí justamente um caso de «transformação da quantidade em qualidade»: realizada desta maneira, tão completa e tão metòdicamente quanto é possível concebê-la, a democracia, de burguesa, transforma-se em proletária; de Estado (= poder especial destinado a dominar uma classe determinada) ela tranforma-se em qualquer coisa que já não é, para falar com propriedade, um Estado.

Dominar a burguesia e quebrar a sua resistência não é a menor necessidade. Esta necessidade impunha-se particularmente à Comuna, e uma das causas da sua derrota foi ela não o ter feito com suficiente determinação. Mas aí, o organismo de repressão é a maior da população e não já a minoria, como sempre tinha acontecido na época da escravatura, da servidão e da escravatura do salariato. Ora, desde que é a maioria do povo, *ela própria,* a dominar os seus opressores, *já não há mais necessidade* de um

«poder especial» de repressão! É, neste sentido, que o Estado *começa a extinguir-se*. Em vez de instituições especiais de uma minoria priveligiada (funcionários privilegiados, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar directamente essas tarefas; e quanto mais as funções do poder do Estado forem exercidas pelo conjunto do povo, tanto menos necessário se torna este poder.

A este respeito, uma das medidas tomadas pela Comuna, e que Marx põe em relevo, é particularmente digna de menção: supressão de todas as despesas de representação, de todos os privilégios pecuniários concedidos ao corpo de funcionários, redução dos vencimentos de *todos* os funcionários ao nível de um *«salário de operário»*. É nisso justamente que se patenteia, com o mais vivo relevo, a *viragem* da democracia burguesa para a democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia ds classes oprimidas, do Estado como «poder especial» destinado a dominar uma classe determinada para a repressão exercida sobre os opressores pelo *poder especial* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses. E é precisamente sobre este ponto, particularmente impressionante e talvez o mais importante no que respeita a questão do Estado, que os ensinamentos de Marx são mais esquecidos! Os comentários de vulgarização — e eles são inumeráveis — não falam deles. É «costume« apresentá-los como uma «ingenuidade» que fez a sua época, à maneira dos cristãos que, logo que o seu culto se tornou religião do Estado, «esqueceram» as «engenuidades» do cristianismo primitivo com o seu espírito revolucionário democrático.

A redução dos vencimentos dos altos funcionários do Estado aparece «simplesmente» como a reivindicação dum democratismo ingénuo, primitivo. Um dos «fundadores» do oprtunismo moderno, o ex-social democrata Ed. Bernstein, entregou-se muitas vezes à repetição de sensaborões gracejos burgueses contra o democratismo «primitivo». Como todos os oportunistas, como os kautskistas dos nos-

sos dias, ele não compreendeu: em primeiro lugar, que *é impossível* passar do capitalismo para o socialismo sem um certo «regresso» ao democratismo «primitivo» (porque, enfim, como proceder de outro modo de forma a que as funções do Estado sejam exercidas pela maioria, pela totalidade da população?); e, em segundo lugar, que o «democratismo primitivo», fundado sobre o capitalismo e a cultura capitalista, não é o democratismo primitivo das épocas antigas ou pré-capitalistas. A cultura capitalista *criou* a grande produção, as fábricas, os caminhos de ferro, o correio, os telefones, etc. E, *sobre esta base,* a imensa maioria das funções do velho «poder do Estado» simplificam-se de tal sorte, podendo ser reduzidas a simples operações de registo, de inscrição, de controle, que estão perfeitamente ao alcance de qualquer pessoa com uma instrução primária e poderão ser perfeitamente exercidas a troco de um simples «salário de operário»; desta forma, se pode (e se deve) retirar a essas funções todo o carácter privilegiado, «hierárquico» .

Elegibilidade completa, amobilidade *a todo o momento* de todos os funcionários sem excepção, redução dos seus vencimentos ao nível de um normal «salário de operário», estas medidas democráticas simples e «evidentes», que tornam perfeitamente solidários os interesses dos operários e da moiria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de passarela do capitalismo para o socialismo. Estas medidas concernem a reorganização do Estado, a reorganização puramente política da sociedade, mas elas não adquirem naturalmente todo o seu sentido e todo o seu valor se não estiverem ligadas à realização ou à preparação da «expropriação dos expropriadores», isto é, à transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social.

«A Comuna, escrevia Marx, realizou esta palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, o governo barato,

abolindo as duas grandes fontes de despesas: o exército permanente e o funcionalismo».

Apenas uma ínfima minoria do campesinato, bem como de outras camadas da pequena burguesia, se «alcandora», «sobe», no sentido burguês da palavra, o que significa que apenas alguns indivíduos se tornam pessoas remediadas, burgueses, ou funcionários superiores e privilegiados. A imensa maioria dos camponeses, em qualquer país capitalista em que exista campesinato (e estes países são a maioria), são oprimidos pelo governo e aspiram a derrubá-lo. Aspiram a um governo «barato». Só o proletariado pode desempenhar esta tarefa e, executando-a, ele dá simultâneamente um passo no sentido da reorganização socialista do Estado.

3. *Supressão do parlamentarismo*

«A Comuna, escrevia Marx, não devia ser um organismo parlamentar mas antes um corpo actuante, simultâneamente executivo e legislativo».

...«Em lugar de escolher uma vez, de três em três ou de seis em seis anos, o membro da classe dirigente que «representará» e calcará aos pés *(ver-und zertreten)* o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia servir para o povo constituído em comunas — como o sufrágio universal para qualquer outro empresário — recrutar operários, fiscais, contabilistas para estas empresas».

Esta notável crítica do parlamentarismo, formulada em 1871, também ela se conta hoje, em virtude da preponderância do social-chauvinismo e do oportunismo, entre o número das «palavras esquecidas» do marxismo. Os ministros e os parlamentares de profissão, os trai-

dores ao proletariado e os socialistas «práticos» do presente, deixaram inteiramente ao cuidado dos anarquistas a tarefa de criticar o parlamentarismo; e, por esta razão de uma lógica surpreendente, eles qualificam como «anarquista» *toda* a crítica ao parlamentarismo. Não é de estranhar que o proletariado dos países parlamentares «avançados», desgostado com o espectáculo de «socialistas» como os Scheidemann, David, Legien, Sembat, Renaudel, Henderson, Vandervelde, Stauning, Branting, Bissolati & C.ª, tenha cada cez mais concedido as suas simpatias ao anarco-sindicalismo, embora este seja o irmão gémeo do oportunismo.

Mas, para Marx, a dialéctica revolucionária nunca foi esta vã fraseologia em voga, esta frioleira em que caíram Plekanov, Kaustsky e outros. Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo em virtude da impotência deste para utilizar mesmo a estrebaria do parlamentarismo burguês, sobretudo quando a situação não é francamente revolucionária; mas ele soube também ao mesmo tempo, fazer uma crítica verdadeirametne proletária e revolucionária do parlamentarismo.

Escolher periòdicamente, para certo número de anos, qual o membro da classe dirigente que calcará aos pés, que esmagará o povo no Parlamento, tal é a verdadeira essência do parlamentarismo burguês, não só nas monarquias constittucionais parlamentares, mas também nas repúblicas mais democráticas.

Mas se se coloca a questão do Estado, se se considera o parlamentarismo como uma das suas instituições sob o ponto de vista das tarefas do proletariado neste domínio, qual é, então, o meio de sair do parlamentarismo? Como se pode passar sem ele? Forçoso é para nós dizê-lo e redizê-lo ainda: os ensinamentos de Marx, baseados no estudo da Comuna, estão tão bem esquecidos que o «social-democrata» actual (lede: o actual traidor do socialismo) é simplesmente incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reaccionária.

Com efeito, o meio para sair do parlamentarismo não consiste em destruir os organismos representativos e o princípio electivo, mas sim em **transformar estes moinhos de palavras que são os organismos representativos em assembleias «actuantes». A Comuna não devia ser um organismo parlamentar, mas sim um corpo actuante, simultâneamente executivo e legislativo».**

Um organismo «não parlamentar, mas actuante», ninguém se podia dirigir mais directamente aos parlamentares modernos e aos «meninos bonitos» parlamentares da social-democracia! Tomai para exemplo qualquer país parlamentar, desde a América à Suíça, desde a França à Inglaterra, à Noruega, etc.; em todos, a **verdadeira função do «Estado» desenvolve-se nos bastidores**, é executada pelos departamentos, pelas chancelarias, pelos estados-maiores. Nos parlamentos, apenas se palra, com o fim único de enganar o «povinho». Isto é tão verdadeiro que, mesmo na república russa, república democrática burguesa, todos estes vícios do parlamentarismo apareceram imediatamente, mesmo antes de ela ter tido tempo para constituir um verdadeiro parlamento. Os heróis do filistinismo corrupto — os Skobolev e os Tsérétéli, os Tchernov e os Avksentiev — conseguiram gangrenar mesmo até os Sovites, transformando-os em estéreis moinhos de palavras, segundo o modelo do mais dessorado parlamentarismo burguês. Nos Sovietes, os senhores ministros «socialistas» enganaram os mujiques crédulos com a sua fraseologia e as suas resoluções. No seio do governo, é uma dança permanente, por um lado, para fazer sentar alternadamente à roda da «gamela» das sinecuras lucrativas e honoríficas o maior número possível de socialistas-revolucionários e mencheviques; por outro lado, para «distrair a atenção» do povo. Ao mesmo tempo, nas chancelarias, nos estados-maiores, «faz-se» o «trabalho do Estado»!

O *Dielo Naroda* ([12]), órgão dos socialistas-revolucionários, partido dirigente, confessava recentemente num editorial, com essa incomparável franqueza das pessoas

da «boa sociedade», onde «todos» se entregam à prostituição política, que mesmo nos ministérios pertencentes aos «socialistas» (permiti-me o termo!), mesmo aí, todo o aparelho burocrático permanece, na maior parte, o mesmo, funciona como no passado e sabota com toda a liberdade as medidas revolucionárias! Mas, mesmo sem esta confissão, a história da patircpiação dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques no governo não fornece a prova concreta de ser assim? O que é característico, na ocorrência, é que, sentando-se no ministério na companhia dos cadetes, os Srs. Tchernov, Russanov, Zenzinov e outros redactores do *Dielo Naroda* levem a imprudência até ao ponto de contarem em público e sem corar, como coisa, sem consequências, que «entre eles», nos seus ministérios, tudo marcha como no passado! Fraseologia democrática revolucionária para enganar o Zé Povinho, chinezices burocráticas e papelada para «encher de satisfação os capitalistas — eis a *essência* da «honesta» coligação!

O parlamentarismo venal, apodrecido até ao tutano, da sociedade burguesa, foi substituído pela Comuna por organismos nos quais a liberdade de opinião e de discussão não degenera em logro, porque os parlamentares têm eles próprios de trabalhar, aplicar as leis que ditam, verificar as suas consequências, respondendo directamente perante os eleitores. Os organismos representativos permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho em legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, *findou*. **Nós não podemos conceber uma democracia, mesmo uma democracia proletária, sem órgãos representativos; mas podemos e *devemos* concebê-la sem parlamentarismo**, se a crítica à sociedade burguesa não é para nós uma palavra vã, se a nossa vontade de derrubar o domínio da burguesia é uma vontade séria e sincera e não apenas uma frase «eleitoral» destinada a captar os votos dos operários, como o é para os mencheviques e socialistas-

-revolucionários, para os Scheidemann e os Legien, para os Sembat e os Vandervelde.

É extremamente sintomático que, ao falar das funções *deste* pessoal administrativo, de que tanto a Comuna como a democracia proletária precisa, Marx tome para termo de comparação o pessoal «de qualquer outro empresário», isto é, de uma empresa capitalista vulgar com os seus «operários, fiscais e contabilistas».

Não existe um grão de utopia em Marx: ele não inventa, não idealiza, peça por peça, uma sociedade «nova». Não; ele estuda, como um processus de história natural, o *nascimento* da nova sociedade a partir da *velha,* as formas de transição desta para aquela. Ele aprende a experiência concreta do movimento proletário de massas e procura extrair dele lições práticas. «Aprende na escola» da Comuna, da mesma sorte que todos os grandes pensadores revolucionários não hesitaram em aprender na escola dos grandes movimentos da clase oprimida, sem jamais os abordar do ângulo de uma «moral» pedante, como fez Plekanov, dizendo: «não era necessário pegar em armas», ou Tsérétéli: «uma classe deve saber refrear ela própria as suas aspirações».

Não se trata de suprimir de um golpe, em toda a parte e completamente, o funcionalismo. Isso é uma utopia. Mas *destruir* de um golpe a velha máquina administrativa para começar, sem demora, a construir uma nova, permitindo suprimir gradualmente todo o funcionalismo, *não é* uma utopia, é a tarefa urgente, imediata, do proletariado, revolucionário. O capitalismo simplifica as funções administrativas «estatais»; permite pôr de parte «os métodos de autoritarismo» e de tudo confiar a uma organização de proletários (classe dominante) que empregue, em nome da sociedade, «operários, fiscais e contabilistas».

Nós não somos utopistas. Não «sonhamos» com dispensar *de golpe* toda a administração, toda a subordinação; estes sonhos anarquistas, baseados na incompreensão das tarefas que incubem à ditadura do proletariado,

são fundamentalmente estranhos ao marxismo e não servem na realidade senão para protrair a revolução socialista para o dia em que os homens tenham mudado. Pelo que nos respeita, nós queremos a revolução socialista com os homens tais como eles são hoje, os quais não dispensam a subordinação, o controle, os «fiscais e os contabilistas».

Mas é ao proletariado, vanguarda armada de todos os explorados e de todos os trabalhadores, que é mister subordinar-se. Pode-se, e deve-se, desde já, de um dia para o outro, começar a substituir os «métodos de autoritarismo» peculiares do funcionalismo público pelo simples exercício de «uma vigilância e de uma contabilidade», funções muito simples que, daqui em diante, estão perfeitamente ao alcance da generalidade dos citadinos e as quais eles podem desempenhar a troco de «salários de operário».

Seremos *nós mesmos*, os operários, que organizaremos a grande produção, partindo daquilo que já foi criado pelo capitalismo, apoiando-nos na nossa experiência operária, estabelecendo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder do Estado dos operários armados. Reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples agentes executantes das nossas directrizes, ao papel «de fiscais e contabilistas», responsáveis, amovíveis e modestamente retribuídos (conservando sempre, bem entendido, os especialistas de qualquer género, de qualquer espécie, de qualquer categoria): eis *a nossa* tarefa proletária, eis por onde podermos e devemos *começar* a realizar a revolução proletária. Estas primeiras medidas, baseadas na grande produção, conduzem por si mesmas à «extinção» gradual de todo o funcionalismo, ao estabelecimento gradual duma ordem — sem aspas e sem semelhança com a escravatura assalariada — na qual as funções de fiscalização e de contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas por toda a gente, alternadamente, até se tornarem um hábito e até desa-

parecerem, por fim, como funções *específicas* de uma categoria especial de indivíduos.

Um espirituoso social-democrata alemão dos anos de 70 disse que o *correio* era um modelo de empresa socialista. Nada mais justo. O correio é actualmente uma empresa organizada segundo o modelo do monopólio *capitalista* de Estado. O imperialismo transforma progressivamente todos os trustes em organizações desse tipo. Os «simples» trabalhadores, mortos de necessidades e efaimados, continuam submetidos à mesma burocracia burguesa. Mas o mecanismo de gestão social já está aí quase completo. Uma vez derrubados os capitalistas, uma vez dominada a resistência destes exploradores pela mão de ferro dos operários armados e destruída a máquina burocrática do Estado actual, temos na nossa frente um mecanismo admiràvelmente apetrechado sob o aspecto técnico, liberto de «parasitarismo» e que os operários associados podem perfeitamente pôr a funcionar pelos seus próprios recursos, contratando técnicos, fiscais, contabilistas e pagando o trabalho de *todos*, assim como o de *todos* os funcionários públicos, com um salário de operário. Tal é a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a todos os trustes e que emancipa os trabalhadores da exploração, tendo em conta a experiência já começada pràticamente pela Comuna (sobretudo no domínio da organização do Estado).

Organizar *toda* a economia nacional, como os correios, de forma que os técnicos, os fiscais, os contabilistas recebam, assim como *todos* os funcionários, uma remuneração que não exceda um «salário de operário», sob o controle e a direcção do proletariado armado, — tal é o nosso fim imediato. Eis o Estado de que temos necessidade e a sua base económica. Eis o que trarão a supressão do parlamentarismo e a manutenção dos organismos representativos — eis o que libertará as classes trabalhadoras da corrupção destes organismos provocada pela burguesia.

4. *Organização da unidade da nação*

«...Num breve esquema de organização nacional que a Comuna não teve tempo para desenvolver, diz-se expressamente que a Comuna devia ser a forma política mesmo das mais pequenas aldeolas... «Seriam as Comunas que também elegeriam a «delegação nacional» de Paris.

«As funções, pouco numerosas mas importantes, que ficavam ainda para um governo central, não deviam ser suprimidas, como falsamente se afirmou num propósito deliberado, mas deviam ser confiadas a funcionários comunais, isto é, estritamente responsáveis...»

«...A unidade da nação não devia ser destruída, mas, ao contrário, organizada pela constituição comunal; ela devia tornar-se uma realidade graças à destruição do poder do Estado que pretendia ser a incarnação desta unidade, mas se afirmava independente da própria nação e superior a ela, quando não era mais do que uma sua excrescência parasitária... Era preciso amputar os órgãos puramente repressivos do antigo poder governamental, arrancando as suas funções legítimas a uma autoridade que pretendia colocar-se acima da sociedade e entregando-as aos servidores responsáveis da sociedade».

Até que ponto os oportunistas da social-democracia contemporânea não compreenderam — seria mais justo dizer: não têm querido compreender — estas considerações de Marx, é o que mostra de forma inegualável o livro: *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Social-Democracia*, com o qual o renegado Bernstein conquistou uma celebridade à maneira de Erostrate (*).

---

* Nome de um grego que, desejando tornar-se célebre, incendiou, no ano de 356 antes da nossa era, o templo de Diana da cidade de Éfeso, uma das sete maravilhas do mundo *(N. R.)*.

Precisamente a propósito da passagem de Marx que há pouco citamos, Bernstein escrevia que esse programa, «pelo seu conteúdo político, acusa, em todos os seus traços essenciais, uma semelhança chocante com o federalismo de Proudhon... A despeito de todas as divergências existentes, além do mais, entre Marx e o «pequeno-burguês» Proudhon (Bernstein escreve «pequeno-burguês» entre comas, julgando com isso fazer ironia), a sua maneira de ver é, acerca destes pontos, incrìvelmente semelhante». Sem dúvida, continua Bernstein, a importância das municipalidades cresceu, mas «parece-me duvidoso que a primeira tarefa da democracia seja esta supressão (*Auflösung*, literalmente: dissolução tanto no sentido próprio como no sentido figurado) dos Estados modernos e esta mudança completa (*Umwandlung*, metamorfose) da sua organização, que Marx e Proudhon imaginam: formação de uma assembleia nacional de delegados das assembleias provinciais ou departamentais, que, por sua vez, seriam formadas por delegados das comunas, de maneira que toda a forma anterior das representações nacionais desapareceria completamente» (*Bernstein*, obra citada, pp. 134 e 136, edição alemã de 1899).

Eis uma coisa simplesmente monstruosa: confundir as ideias de Marx acerca da «destruição do poder de Estado parasita» com o federalismo de Proudhon!

Mas tal não é obra do acaso, porque não vem mesmo à mente do oportunista que Marx, longe de tratar aqui do federalismo por oposição ao centralismo, fala da demolição da velha máquina burguesa de Estado existente em todos os países burgueses.

Não vem à mente do oportunista mais do que aquilo que ele vê à sua volta, no seu meio de filistinismo pequeno-burguês e de estagnação «reformista», isto é, apenas as «municipalidades»! Quanto à revolução do proletariado, o oportunismo desaprendeu mesmo de pensar nela!

Isto é ridículo. Mas é de notar que não se tenha discutido com Bernstein sobre este ponto. Muitos o refutaram, particularmente Plekanov entre os autores russos, e Kautsky entre os autores da Europa ocidental; no entanto, nem um nem outro *disseram nada acerca desta* deformação de Marx feita por Bernstein. O oportunismo desaprendeu tanto de pensar revolucionàriamente e de reflectir sobre a revolução que vê «federalismo» em Marx, confundindo-o assim com o fundador do anarquismo, Proudhon. E Kautsky, e Plekanov, que pretendem ser marxistas ortodoxos e defendem a doutrina do marxismo revolucionário, calam-se acerca desse ponto. Descobre-se aqui uma das raízes da extrema indigência de ideias sobre a diferença entre o marxismo e o anarquismo, que caracteriza tanto os kautskistas como os oportunistas, e de que ainda teremos de falar.

Nas já citadas considerações de Marx acerca da experiência da Comuna, não há vestígios de federalismo. Marx está de acordo com Proudhon precisamente acerca dum ponto de que o oportunista Bernstein não se apercebeu. Marx está em desacordo com Proudhon precisamente naquilo em que Bernstein supõe que eles estão de acordo.

Marx está de acordo com Proudhon na medida em que ambos são pela «demolição» da máquina actual do Estado. Esta similitude do marxismo com o anarquismo (tanto com Proudhon como com Bakunine), nem os oportunistas nem os kautskistas a querem perceber porque, quanto a este ponto, eles afastaram-se do marxismo.

Marx está em desacordo quer com Proudhon quer com Bakunine precisamente a propósito do federalismo (sem falar da ditadura do proletariado). **Os princípios do federalismo derivam das concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Marx é centralista. E, nas passagens que citamos dele, não há a menor derrogação do centralismo.** Só pessoas imbuídas de uma «fé supersticiosa» pequeno-burguesa acerca do Estado podem confun-

dir a destruição da máquina burguesa com a destruição do centralismo!

Mas se o proletariado e o campesinato pobre conquistam o poder do Estado, se organizam com inteira liberdade no seio das comunas e *unem* a acção de todas as comunas a fim de combater o Capital, esmagar a resistência dos capitalistas, restituir a *toda* a nação, a *toda* a sociedade, a propriedade dos caminhos de ferro, das fábricas, da terra, etc., isso não será centralismo? Não será isso o centralismo democrático mais consequente e, o que é mais, um centralismo proletário?

Bernstein é inteiramente incapaz de conceber a possibilidade dum centralismo livremente consentido, duma livre união das comunas em nação, duma fusão voluntária das comunas proletárias com o fim de destruir a dominação burguesa e a máquina de Estado burguesa. Como todo o filistino, Bernstein concebe o centralismo como uma coisa que só pode ser imposta e mantida de cima, por meio da burocracia e do militarismo.

Como se ele próprio tivesse previsto a possibilidade de uma deformação da sua doutrina, Marx sublinha expressamente que, acusar a Comuna de ter querido destruir a unidade da nação e suprimir o poder central, é cometer conscientemente uma falsidade. Marx emprega intencionalmente esta expressão: «organizar a unidade da nação», para opor o centralismo proletário consciente, democrático, ao centralismo burguês, militar, burocrático.

Mas... não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir. E os oportunistas da social-democracia contemporânea não querem justamente ouvir falar na destruição do poder do Estado, na amputação deste parasita.

5. *Destruição do Estado parasita*

Nós já citamos as correspondentes passagens de Marx sobre este ponto; vamos agora completá-las.

«Em geral a sorte das formações históricas inteiramente novas, escrevia Marx, é a de serem confundidas injustamente com a réplica das formas mais antigas, mesmo extintas, da vida social, com as quais aquelas podem ter uma certa semelhança. Assim, nesta nova Comuna, que destrói *(bricht)* o poder do Estado moderno, quis ver-se uma semelhança com a vida das comunas medievais... uma federação de pequenos Estados, segundo os sonhos de Montesquieu e dos girondinos... uma forma exagerada da velha luta contra o excesso de centralização...»

«A constituição comunal restituiria ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado, excrescência parasitária que se alimenta a expensas da sociedade e lhe paraliza a liberdade de movimento. Por este único facto, ela foi o ponto de partida da regeneração da França...»

«...A Constituição comunal colocaria os produtores rurais sob direcção intelectual dos chefes dos departamentos e dar-lhes-ia a certeza de encontrar, nos operários das cidades, os garantes naturais dos seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, como coisa evidente, a liberdade municipal; mas esta não constituía mais um obstáculo para o poder do Estado desde então abolido».

«Destruição do poder do Estado», esta «excrescência parasitária»; «amputação», «demolição» de poder; «o poder do Estado desde então abolido» — é nestes termos que Marx fala do Estado, ao avaliar e analisar a experiência da Comuna.

Tudo isto foi escrito há mais de meio século, mas é preciso hoje entregarmo-nos à verdadeiras pesquisas para reencontrar e fazer penetrar na consciência das grandes massas um marxismo não falsificado. As conclusões tiradas por Marx das suas observações sobre a última grande revolução que ele viveu foram esquecidas precisamente até ao momento em que se iniciava uma nova época de grandes revoluções para o proletariado.

«...A multiplicidade das interpretações de que foi objecto a Comuna e a multiplicidade dos interesses que se lhe opunham mostram que ela era uma forma política inteiramente susceptível de expansão, ao passo que todas as outras formas de governo tinham, até aí, posto o acento na repressão. O seu verdadeiro segredo foi este: era essencialmente um *governo da classe operária*, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos usurpadores, a forma política por fim encontrada que permitia realizar a emancipação económica do Trabalho...»

«Sem esta última condição, a constituição económica teria sido uma impossibilidade e um logro...»

Os utopistas esforçaram-se por descobrir as formas políticas sob as quais se devia operar a reorganização socialista da sociedade. Os anarquistas evitaram em bloco a questão das formas políticas. Os oportunistas da social-democracia contemporânea aceitam as formas políticas burguesas de Estado democrático parlamentar como um limite intransponível e quebraram a cabeça a prosternar-se diante deste «modelo», alcunhando de anarquismo qualquer tentativa para *destruir* estas formas.

De toda a história do socialismo e da luta política, Marx deduziu que o Estado deverá desaparecer e que a forma transitória da sua desaparição (passagem do Estado para o não-Estado) será «o proletariado organi-

gado em classe dominante». Quanto às *formas* políticas deste futuro, Marx não se encarregou de as *descobrir*. Ele limitou-se a observar exactamente a história da França, a analisá-la, e a extrair a conclusão à qual o conduziu o ano de 1851: as coisas orientam-se para a *destruição* da máquina burguesa de Estado.

E quando eclodiu o movimento revolucionário de massas do proletariado, apesar da derrota deste movimento, apesar da sua curta duração e da sua evidente fraqueza, Marx entregou-se ao estudo das formas que ele tinha *revelado*.

A Comuna é a forma «por fim encontrada» pela revolução proletária, que permite realizar a emancipação económica do trabalho.

A Comuna é a primeira tentativa feita pela revolução proletária para *destruir* a máquina de Estado burguesa; ela é a forma política «por fim encontrada» pela qual se pode e se deve *substituir* aquilo que foi destruído.

Nós veremos mais adiante que as revoluções russas de 1905 e de 1917, num enquadramento diferente e em outras condições, continuam a obra da Comuna e confirmam a genial análise histórica de Marx.

CAPITULO IV

EXPLICAÇÕES COMPLEMENTARES DE ENGELS

Marx disse o essencial acerca do alcance da experiência da Comuna; Engels voltou muitas vezes a este mesmo assunto, comentando a análise e as conclusões de Marx e esclarecendo às vezes *outros* aspectos do problema com tal vigor e tal relevo que se torna indispensável determo-nos especialmente sobre estes comentários.

1. *O «problema da habitação»*

Na sua obra que trata do problema da habitação (1872), Engels toma já em conta a experiência da Comuna quando, por várias vezes, se detém sobre as tarefas da revolução em relação ao Estado. É interessante verificar como, acerca deste assunto concreto, se vê aparecer claramente, por um lado, os traços de semelhança entre o Estado proletário e o Estado actual — traços que permitem em ambos os casos falar de Estado — e, por outro lado, os traços que os distinguem e em que se marca a transição para a supressão do Estado.

«Como resolver portanto o problema da habitação? Na nossa sociedade actual, como qualquer outra questão social: estabelecendo gradualmente um equilíbrio económico entre a oferta e a procura; esta solução, que não impede de se recolocar o problema inecessantemente, não é portanto simples. Quanto à maneira como uma revolução social resolveria a questão, isso depende não sòmente das circunstâncias em que ela se produziria, mas também de questões muito mais vastas, entre as quais uma das mais importantes é a supressão da oposição entre a cidade e o campo. Como não nos propo-

mos construir sistema utópicos para a organização da sociedade futura, seria absolutamente ocioso explanarmo-nos sobre este assunto. O que é certo é haver nas grandes cidades já um número suficiente de imóveis de habitação para remediar sem demora, pelo seu emprego racional, qualquer verdadeira «*crise da habitação*». Isto naturalmente não pode fazer-se senão pela expropriação dos proprietários actuais, pela ocupação dos seus imóveis pelos trabalhadores sem abrigo ou demasiado empilhados nas suas habitações; e desde que o proletariado tenha conquistado o poder político, esta medida exigida pelo bem comum será tão fácil de realizar como são hoje as expropriações e requisições de habitações pelo Estado» (pág. 22 da edição alemã de 1887) [13].

Não se encara aqui uma mudança de forma do poder do Estado, mas ùnicamente o conteúdo da sua actividade. O Estado actual ordena, também, expropriações e requisições de habitações. Sob o ponto de vista formal, o Estado proletário «ordenará» igualmente requisições de habitações e expropriações de imóveis. Mas é evidente que o antigo aparelho executivo, a burocracia ligada à burguesia, seria simplesmente inapta para aplicar as medidas do Estado proletário.

«É preciso verificar que a «apropriação efectiva» pela população trabalhadora de todos os instrumentos de trabalho, de tôda a indústria, é exactamente o contrário do «rachat» proudhoniano. Segundo esta última solução, *cada operário* torna-se proprietário da sua habitação, da sua quinta, dos seus instrumentos de trabalho. Segundo a primeira, a «população trabalhadora» é o possuidor colectivo dos edifícios, das fábricas e dos instrumentos de trabalho, e, pelo menos durante um período de transição, ela dificilmente entregará a fruição desses bens aos indivíduos ou às sociedades privadas, sem compensação pelas

inerentes despesas. Da mesma forma que a supressão da propriedade fundiária não acarreta a supressão da renda fundiária, mas apenas a sua transferência para a sociedade, embora sob uma forma modificada. A apropriação efectiva de todos os instrumentos de trabalho pela população trablahadora não exclui portanto, de forma alguma, a perduração da apropriação e da cedência por arrendamento» (pág. 68).

Examinaremos no capítulo seguinte a questão aqui abordada, ou seja, a questão das bases económicas da extinção do Estado. Engels exprime-se com uma extrema prudência, dizendo que o Estado proletário «dificilmente» poderá distribuir habitações sem arrendar «pelo menos durante um período de transição». O arrendamento de habitações, propriedade de todo o povo, a tais ou tais famílias, mediante uma renda, pressupõe também o percebimento desta renda, assim como um certo controle e determinadas normas de repartição da habitações. Tudo isso exige uma determinada forma de Estado, sem requerer contudo um aparelho militar e burocrático especial, com funcionários beneficiando de uma situação privilegiada. Ao passo que a passagem para um estado de coisas em que as habitações possam ser fornecidas gratuitamente está ligada à «extinção» total do Estado.

Falando dos blanquistas que, depois da Comuna e influenciados pela experiência dela, adoptaram a posição de princípio do marxismo, Engels define incidentalmente essa posição da seguinte maneira:

«...necessidade da acção política do proletariado e da sua ditadura como transição para a abolição das classes e, depois, do Estado» (pág. 55).

Os amantes da crítica literal ou os burgueses «destruidores do marxismo» talvez vejam uma contradição entre

este *reconhecimento* da «abolição do Estado» e a negação daquela fórmula, considerada como anarquista, expressa na citação reproduzida mais acima, do *Anti-Dühring*. Não nos espantaríamos se víssemos os oportunistas colocar o próprio Engels entre os «anarquistas»; acusar os internacionalistas de anarquismo é, nos nossos dias, uma prática cada vez mais divulgada entre os sociais-chauvinistas.

Com a abolição das classes terá também lugar a abolição do Estado — coisa que o marxismo sempre ensinou. A passagem bem conhecida do *Anti-Dürhring* acerca da «extinção» do Estado acusa os anarquistas não de serem partidários da abolição do Estado mas de pregarem a possibilidade de abolir o Estado «de um dia para o outro».

Em virtude da doutrina «social-democrata» hoje reinante ter desnaturado completamente a atitude do marxismo relativamente ao anarquismo quanto à questão do Estado, é particularmente útil relembrar certa polémica de Marx e Engels com os anarquistas.

2. *Polémica com os anarquistas*

Esta polémica remonta a 1873. Marx e Engels tinham publicado artigos contra os proudhonianos «autonomistas» ou «antiautoritários» numa colectânea socialistas italiana; e foi apenas em 1913 que estes artigos apareceram traduzidos em alemão na *Neue Zeit*. [14].

«Se a luta política da classe operária, escrevia Marx, ridicularizando os anarquistas e a sua negação da política, reveste formas revolucionárias; se, em lugar da ditadura da burguesia, os operários estabelecem a sua ditadura revolucionária, eles cometem um crime temível de lesa-princípios porque, para satisfazer as suas miseráveis e grosseiras necessidades diárias, para quebrar a resis-

tência da burguesia, dão uma forma revolucionária e passageira ao Estado, em lugar de depor as armas e abolir o Estado...» *(Neue Zeit,* 1913-1914, 32.º ano, tomo I, pág. 40).

Foi simplesmente contra «aquela abolição» do Estado que Marx se insurgiu quando refutava os anarquistas! Ele em nada se insurgia contra a ideia de que o Estado desaparecerá com o desaparecimento das classes, ou de que ele será abolido com a abolição delas, mas sim contra a recusa eventual, por parte dos operários, de empregar as armas, de usar a violência organizada, *isto é, o Estado,* que deve servir para «quebrar a resistência da burguesia».

Marx sublinha expressamente — para que se não venha a desnaturar o verdadeiro sentido da sua luta contra o anarquismo — a «forma revolucionária e *passageira*» do Estado necessário ao proletariado. O proletariado não tem necesisdade do Estado senão durante algum tempo. Nós não estamos de forma alguma em desacordo com os anarquistas quanto à abolição do Estado como *fim.* Nós afirmamos que, para atingir este fim, é necessário utilizar provisòriamente os instrumentos, os meios e os processos do poder de Estado *contra* os exploradores, da mesma forma que, para suprimir as classes, é indispensável estabelecer a ditadura provisória da classe oprimida. Marx escolheu a maneira mais incisiva e mais nítida de colocar a questão contra os anarquistas: devem os operários, depois de derrubar o jugo dos capitalistas, «depor as armas» ou utilizá-las contra os capitalistas a fim de quebrar a sua resistência? Ora, se uma classe usa sistemàticamente as suas armas contra outra classe, que é isso senão uma «forma passageira» de Estado?

Que cada social-democrata se interrogue: era exactamente *assim* que ele próprio colocava a questão do Estado na polémica com os anarquistas? Era exactamente *assim* que a imensa maioria dos partidos socialistas oficiais da II Internacional colocava esta questão?

Engels expõe as mesmas ideias de uma maneira bastante mais pormenorizada e muito mais popular ainda. Logo de entrada, ridiculariza a confusão de ideias dos proudhonianos, que se intitulavam «anti-autoritários», isto é, que negavam toda a autoridade, toda a subordinação, todo o poder. Tomai como exemplo uma fábrica, um caminho de ferro, um navio no alto mar, diz Engels; não é evidente que, sem uma certa subordinação, portanto sem uma certa autoridade ou um certo poder, é impossível fazer funcionar qualquer daqueles estabelecimentos técnicos complicados, baseados no emprego das máquinas e da colaboração metódica de numerosas pessoas?

«...Se eu oponho estes argumentos aos anti-autoritários mais exaltados, escreve Engels, eles entrincheiram-se atrás desta resposta: «Ah! isso é verdade; mas não se trata aqui de uma autoridade que conferíssemos aos nossos delegados, *nós encarregamo-los apenas de uma certa missão*...». Esta gente julga poder modificar as coisas, modificando-lhes o nome...»

Depois de ter assim demonstrado que autoridade e autonomia são noções relativas; que o domínio da sua aplicação varia conforme as diferentes fases da evolução social: que é absurdo tomá-las como conceitos absolutos; depois de ter acrescentado que o domínio do emprego das máquinas e da grande indústria se alarga cada vez mais, Engels passa, das considerações gerais sobre a autoridade, para a questão do Estado.

«...Se os autonomistas, escreve ele, se tivessem limitado a dizer que a organização social do futuro não tolerará a autoridade além dos limites que são traçados inevitàvelmente pelas próprias condições da produção, nós poder-nos-íamos entender com eles; mas eles fecham

os olhos para todos os factos que tornam indispensável a autoridade e lutam apaixonadamente contra a palavra.

Por que é que os anti-autoritários não se limitam a vituperar a autoridade política, o Estado? Todos os socialistas estão de acordo em reconhecer que o Estado, e, com êle, a autoridade política, desaparecerão com a revolução social futura; o mesmo é dizer que as funções públicas perderão o seu carácter político e se transformarão em simples funções administrativas que proverão os interesses da sociedade. Mas os anti-autoritários exigem que o Estado político seja abolido de um só golpe, antes mesmo de serem abolidas as condições sociais que o criaram. Exigem que o primeiro acto da revolução social seja a supressão da autoridade.

Estes cavalheiros já algum dia viram uma revolução? Uma revolução é, sem dúvida, a coisa mais autoritária que há. É um acto pelo qual uma parte da população impõe à outra parte a sua vontade, com golpes de baioneta, com tiros de espingarda e de canhão, meios autoritários como não há outros. Forçoso é para o partido vencedor manter o seu domínio pelo medo que as suas armas inspiram aos reaccionários. Teria podido a Comuna de Paris manter-se mais de um dia se não se tivesse servido da autoridade de um povo em armas contra a burguesia? Não podemos nós, pelo contrário, censurá-la por não ter usado suficientemente essa autoridade? Assim, de duas coisas uma: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem e, neste caso, nada mais fazem do que semear a confusão; ou sabem, e nesse caso traiem a causa do proletariado. Em ambos os casos, eles servem unicamente a reacção» (pág. 39).

Neste passo são abordadas questões que convém examinar em ligação com o problema das relações entre a política e a economia aquando da extinção do Estado (este tema será tratado no capítulo seguinte). Tal é a questão da transformação das funções públicas, de funções políticas

que eram, em simples funções administrativas; tal é a questão do «Estado político». Esta última expressão, particularmente susceptível de causar equívocos, é uma alusão ao processo de extinção do Estado: há um momento em que o Estado em via de extinção pode ser chamado um Estado não político.

O que há de mais digno de nota neste passo de Engels é ainda a maneira como ele coloca a questão contra os anarquistas. Os sociais-democratas, que pretendem ser discípulos de Engels, polemicaram milhões de vezes com os anarquistas desde 1873, mas é facto que *não* discutiram como os marxistas podem e devem fazer. A ideia da abolição do Estado é, entre os anarquistas, confusa e *não revolucionária* — eis como Engels colocava a questão. É precisamente a revolução o que os anarquistas se recusam a ver, o seu nascimento e o seu desenvolvimento, as suas trafesa específicas no que concerne a violência, a autoridade, o poder e o Estado.

A crítica contra o anarquismo reduz-se habitualmente, para os social-democratas actuais, a esta pura banalidade pequeno-burguesa: «Nós admitimos o Estado, os anarquistas não!» Naturalmente, uma tal banalidade não pode deixar de repugnar a operários, por pouco reflectidos e revolucionários que sejam. Engels diz outra coisa: ele sublinha que todos os socialistas reconhecem que a desaparição do Estado é uma consequência da revolução socialista. Ele coloca em seguida a questão concreta da revolução, questão que os sociais-democratas, por oportunismo, deixam habitualmente de parte, abandonando, por assim dizer, exclusivamente aos anarquistas o cuidado de a «estudar». E, ao colocar esta questão, Engels agarra o touro pelos cornos: não deveria a Comuna ter-se servido *mais* do poder *revolucionário* do *Estado,* isto é, do proletariado armado, organizado em calsse dominante?

A social-democracia oficial, que dava o tom, iludia geralmente as tarefas concretas do proletariado na revolução ou com um simples sarcasmo de filisteu ou, no melhor dos casos, com este sofisma evasivo: «Ver-se-á

mais tarde». E os anarquistas tinham o direito de dizer que esta social-democracia faltava ao seu dever que é o de educar revolucionàriamente os operários. Engels aproveita a experiência da última revolução proletária justamente para estudar, da maneira mais concreta, o que o proletariado deve fazer no que concerne simultâneamente os bancos e o Estado, e como se deve comportar quanto a isso.

3. *Carta a Bebel*

Uma das reflexões mais notáveis, senão a mais notável, que encontrámos nas obras de Marx e Engels acerca do Estado é a seguinte passagem da carta de Engels a Bebel, datada de 18-28 de Março de 1875. Esta carta, notemo-lo entre parêntesis, foi reproduzida pela primeira vez, que saibamos, no tomo II das Memórias de Bebel *(Recordações da Minha Vida)*, aparecido em 1911; isto significa que ela só foi publicada trinta e seis anos depois da sua redacção e do seu envio.

Engels escrevia a Bebel para criticar o projecto de programa de Gotha (que Marx também criticou na sua famosa carta a Bracke). Falando especialmente da questão do Estado, Engels dizia isto:

...«O Estado popular livre tornou-se um Estado livre. Segundo o sentido gramatical desta spalavras, um Estado livre é um Estado que é livre em relação aos seus cidadãos, isto é, um Estado de governo despótico. Conviria abandonar toda esta algaraviada acerca do Estado, sobretudo depois da Comuna, a qual já não era um Estado, no sentido exacto. Os anarquistas lançaram-nos bastante à cara com o *Estado popular*, embora já o livro de Marx contra Proudhon, e depois o *Manifesto Comunista*, digam explìcitamente que, com a instauração do regime social socialista, o Estado se dissolve por si próprio *(sich*

auflöst) e desaparece. Não sendo o Estado mais do que uma instituição temporária de que é necessário servir-se na luta, na revolução, para organizar a repressão pela força contra os adversários, é inteiramente absurdo falar de um Estado popular livre; na medida em que o proletariado *tem* ainda *necessidade* do Estado, não é no interesse da liberdade, mas a fim de reprimir os adversários. E no dia em que seja possível falar de liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso nós proporíamos colocar sempre em lugar da palavra *Estado* a palavra «comunidade» *(Gemeinwesen)*, excelente velha palavra alemã que corresponde muito bem à palavra francesa «comuna» (pp. 321-322 do original alemão).

Não se deve perder de vista que esta carta se relaciona com o programa do partido, criticado por Marx numa carta escrita apenas algumas semanas depois desta (a carta de Marx é de 5 de Maio de 1875), e que, então, Engels vivia em Londres com Marx. Assim, ao dizer «nós», na última frase, é sem dúvida alguma em seu próprio nome e em nome de Marx que Engels propõe ao chefe do partido operário alemão a *supressão no programa* da palavra «Estado» e a sua substituição pela palavra *«comunidade»*.

Como gritariam contra o «anarquismo» os chefes do marxismo moderno acomodado ao gosto dos oportunistas, se se lhes propuzesse uma emenda semelhante ao seu programa!

Que gritem. A burguesia louvá-los-á. Quanto a nós, prosseguiremos na nossa obra. Revendo o programa do nosso partido, deveremos ter inteiramente em conta o conselho de Engels e de Marx, a fim de estarmos mais próximos da verdade, de restabelecer o marxismo, expurgando-o de todas as deformações, de melhor orientar a classe operária na sua luta libertadora. É certo que o conselho de Engels e de Marx não encontrará adversários entre os bolcheviques. Não haverá dificuldade, julgámos,

senão na palavra a escolher. No alemão, existem duas palavras significando «comunidade», e Engels escolheu a que designa *não* uma comunidade à parte, mas um conjunto, um sistema de comunidades. Esta palavra não existe no russo, e seria preciso talvez escolher a palavra francesa «commune», embora isso apresente também inconvenientes.

«A Comuna não era já um Estado, no sentido exacto», tal é a afirmação de Engels, afirmação capital sob o aspecto teórico. Segundo a exposição precedente, esta afirmação é absolutamente compreensível. A Comuna *deixou* de ser um Estado na medida em que já não lhe cabia oprimir a maioria da população, mas uma minoria (os exploradores); ela tinha quebrado a máquina burguesa de Estado; em lugar dum poder *especial* de opressão, foi a própria população que entrou em cena. Tais foram as derrogações àquilo que é o Estado no sentido exacto da palavra. E se a Comuna se tivesse consolidado, os vestígios de Estado que nela subsistiam ter-se-iam «extinguido» por si mesmo; ela não teria necessidade de «abolir» as suas instituições: estas teriam deixado de funcionar sucessivamente, à medida que não tivessem qualquer papel a desempenhar.

Os anarquistas lançaram-nos à cara com o «Estado popular». Ao dizer isto, Engels pensa sobretudo em Bakunine e nos seus ataques contra os sociais-democratas alemães. Engels admite que estes ataques são justos *tanto mais que* o «Estado popular» é um contra-senso, uma derrogação do socialismo, da mesma forma que o «Estado popular livre». Ele esforça-se por corrigir a luta dos sociais-democratas alemães contra os anarquistas, de a transformar numa luta justa nos seus princípios, de a libertar dos prejuízos oportunistas acerca do «Estado». Mas, por infelicidade, a carta de Engels esteve durante trinta e seis anos escondida numa gaveta! Veremos mais adiante que mesmo após a publicação desta carta, Kautsky se obstina em repetir, no fundo, os erros que já tinham determinado a prevenção de Engels.

Bebel responde a Engels, em 21 de Setembro de 1875, com uma carta na qual declara, entre outras coisas, «perfilhar inteiramente» o seu ponto de vista acerca do projecto de programa e ter censurado Liebknecht por este se mostrar demasiado conciliador (*Memórias de Bebel*, ed. alemã, t. II, pág. 334). Mas se pegarmos na brochura de Bebel intitulada *Os Nossos Fins*, encontraremos nela reflexões absolutamente falsas acerca do Estado:

«O Estado fundado sobre a *dominação de uma classe* deve ser transformado em *Estado popular*» (*Unsere Ziele*, ed. alemã, 1886, pág. 14).

Eis o que foi impresso na *nona* (a nona!) edição da brochura de Bebel!

Não é de estranhar, pois que a social-democracia alemã esteja imbuída destas concepções oportunistas acerca do Estado repetidas com tanta obstinação, tanto mais que os ensinamentos revolucionários de Engels foram escondidos na gaveta e a própria vida se «desabituara» durante muito tempo da revolução.

4. *Crítica do projecto de programa de Erfurt*

Quando se analisa a doutrina marxista acerca do Estado, não se pode passar em silêncio sobre a crítica do projecto de programa de Erfurt [15] dirigida por Engels a Kautsky em 29 de Junho de 1891 — a qual só foi publicada dez anos mais tarde na *Neue Zeit* — por ela ser consagrada sobretudo à crítica das concepções *oportunistas* da social-democracia quanto aos problemas concernentes à organização do *Estado*.

Notemos de passagem que acerca das questões económicas, Engels fornece igualmente uma indicação das

mais preciosas, a qual mostra com que atenção e profundeza de pensamento ele seguiu as transformações do capitalismo moderno e como soube pressentir também, em certa medida, os problemas da nossa época imperialista. Eis este indicativo: a propósito das palavras «ausência de plano» *(Planlosigkeit)* empregadas no projecto de programa para caracterizar o capitalismo, Engels escreveu:

«Se passarmos das *sociedades por acções* para os trustes que submetem e monopolizam ramos inteiros da indústria, não se trata apenas do fim da produção privada mas mesmo da *ausência de plano*» *(Neue Zeit*, 20.º ano, 1901-1902, t. I, pág. 8).

Aí temos o que há de mais essencial na apreciação teórica do capitalismo moderno, isto é, do imperialismo, a saber, que o capitalismo se transforma em *capitalismo* monopolista. Isto deve ser sublinhado, porque o erro mais difundido consiste na afirmação reformista burguesa que pretende que o capitalismo monopolista ou o capitalismo monopolista do Estado *já não é* capitalismo, que pode ser qualificado como «socialismo de Estado», etc. Naturalmente, os trustes nunca deram, não dão no presente nem podem dar uma planificação integral. No entanto, eles introduzem uma planificação; os magnates do Capital calculam antecipadamente o volume da produção à escala nacional ou mesmo internacional e regulamentam esta produção segundo um plano, mas entretanto permanecemos em *regime capitalista*, embora numa nova fase é certo, mas indubitàvelmente em regime capitalista. O facto *deste* capitalismo estar «próximo» do socialismo deve constituir, para os verdadeiros representantes do proletariado, um argumento em favor da proximidade, da facilidade, da possibilidade, da urgência a revolução socialista e nunca um argumento para tole-

rar a negação desta revolução e as tentativas para camuflar o capitalismo, tarefa em que se ocupam todos os reformistas.

Voltemos porém à questão do Estado. Engels dá sobre ela três indicações particularmente preciosas: 1.ª — sobre a questão da república; 2.ª — sobre a ligação que existe entre a questão nacional e a organização do Estado; 3.ª — sobre a autonomia administrativa local.

No que concerne a República, Engels fez desta questão o fulcro da sua crítica ao projecto do programa de Erfurt. E se nos lembrarmos da importância que o programa de Erfurt adquiriu em toda a social-democracia internacional e que ele serviu de modelo ao conjunto da II Internacional, poderemos dizer, sem exagero, que Engels critica aí o oportunismo de toda a II Internacional.

«As reivindicações políticas do projecto, escreve Engels, contêm um grande defeito. Precisamente aquilo que era preciso dizer *não se encontra nele* (sublinhado de Engels).

Ele mostra seguidamente que a Constituição alemã é, para falar com propriedade, uma réplica da Constituição ultra-reaccionária de 1850; que o Reichstag não é mais do que a «folha de parra do absolutismo», segundo a expressão de Wilhelm Liebknecht, e que querer realizar — com base numa Constituição que consagra a existência de pequenos Estados e numa confederação de pequenos Estados alemães — a «transformação dos meios de trabalho em propriedade comum» é «manifestamente absurdo».

«Tocar nisso (acerca desse assunto) seria perigoso», acrescenta Engels, sabendo-se perfeitamente que na Ale-

manha não se pode legalmente inscrever no programa a reivindicação da república.

Todavia, Engels não se satisfaz pura e simplesmente com esta verificação evidente, com a qual «todos» se contentam. «Mas, de qualquer modo, as coisas devem ser impulsionadas para a frente. Quanto isso é necessário é o que prova precisamente hoje o oportunismo que começa a propagar-se *(einreissende)* numa grande parte da imprensa social-democrata. Temendo uma renovação da lei contra os socialistas ou lembrando-se de certas opiniões emitidas prematuramente em altura em que essa lei estava em vigor, pretende-se agora que o Partido reconheça a ordem legal actual da Alemanha como sendo suficiente para realizar todas as suas reivindicações pela via pacífica»...

Que os social-democratas alemães tenham agido com o temor de uma renovação da lei de excepção é um facto essencial que Engels coloca em primeiro plano e rotula, sem hesitar, de oportunismo. Ele declara que precisamente por não haver na Alemanha nem república nem liberdade é que é absolutamente insensato sonhar com uma via «pacífica». Engels é bastante prudente para não se manietar. Ele reconhece que nos países de república ou de grande liberdade «pode conceber-se» (sòmente «conceber-se»!) uma evolução pacífica para o socialismo. Mas, na Alemanha, repete ele,

«...na Alemanha, onde o governo é quase todo-poderoso, onde o Reichstag e todos os outros corpos administrativos não têm poder efectivo, proclamar tais coisas na Alemanha, e ainda por cima sem necessidade, é tirar a folha de parra ao absolutismo e cobrir com o nosso corpo a sua nudez»...

Quem cobriu o absolutismo foram com efeito, na sua imensa maioria, os chefes oficiais do partido social-de-

mocrata alemão, que havia colocado aquelas indicações «debaixo do alqueire».

«...Uma tal política não pode, com o tempo, deixar de arrastar o Partido para um caminho falso. Colocam-se em primeiro plano problemas políticos gerais, abstractos, e escondem-se por essa forma os problemas concretos mais prementes, os quais, ao surgirem os primeiros acontecimentos importantes, a primeira crise política, vêm por si próprios inscrever-se na ordem do dia.

Que outra coisa pode resultar daí que não seja, no momento decisivo, o Partido ser apanhado de surpresa e reinar a confusão e a falta de unidade acerca dos pontos decisivos, pelo facto dessas questões nunca terem sido discutidas?...

Este esquecimento das grandes considerações essenciais m presença dos interesses passageiros do dia, esta corrida aos sucessos efémeros e a luta que se desenrola em torno sem atenção para com as consequências ulteriores, este abandono do futuro do movimento que é sacrificado ao presente, tudo isto tem talvez móbeis honestos. Mas isto é e permanece oportunismo. Ora o oportunismo «honesto» é talvez o mais perigoso de todos...

Uma coisa absolutamente certa é que o nosso Partido e a classe operária não podem atingir o poder a não ser sob a forma de uma República democrática. Esta última é mesmo a forma específica da ditadura do proletariado, como já o mostrou a grande Revolução francesa...».

Engels retoma aqui, pondo-a particularmente em relevo, esta ideia fundamental que marca como um traço vermelho todas as obras de Marx, a saber, que a república democrática é o caminho mais curto conducente à ditadura do proletariado. Porque uma tal república,

embora não suprima o domínio do capital nem consequentemente a opressão das massas e a luta das classes, conduz inevitàvelmente a uma extensão, a um desenvolvimento, a um impulso, a um agravamento de tal modo da luta que, uma vez que surja a possibilidade de satisfazer os interesses vitais das massas oprimidas, esta possibilidade realiza-se inevitàvelmente e ùnicamente com a ditadura do proletariado, com a direcção dessas massas pelo proletariado. Para toda a II Internacional, aquelas palavras são ainda «palavras esquecidas» do marxismo, e tal esquecimento apareceu com muito relevo na história do partido menchevique durante os seis primeiros meses da revolução russa de 1917.

Ao tratar da república federativa em relação com a composição nacional da população, Engels escreve:

«O que é preciso colocar no lugar da Alemanha actual?» (com a sua Constituição monárquica reaccionária e a sua subdivisão, não menos reaccionária, em pequenos Estados, subdivisão que perpétua as particularidades do «prussianismo», em lugar de as dissolver numa Alemanha formando um todo).

«Segundo a minha opinião, o proletariado não pode utilizar outra forma que não seja a República una e indivisível. Sobre o território imenso dos Estados Unidos, a República federativa é hoje ainda, no conjunto, uma necessidade, embora comece desde já a ser um obstáculo no Leste. Ela constituíria um progresso na Inglaterra, onde vivem quatro nações em duas ilhas, e onde, apesar de um Parlamento único, existem lado a lado, hoje ainda, três legislações, diferentes. Na pequena Suíça, há muito tempo ela constitui um obstáculo tolerável ùnicamente porque a Suíça se contenta com ser um membro puramente passivo no sistema de Estados europeus. Para a Alemanha, uma organização federalista à maneira suíça constituíria um recuo considerável. Dois pontos distinguem um Estado federal de um Estado uni-

tário; o primeiro, é que cada Estado federado, cada cantão possui a sua própria legislação civil e penal, a sua própria organização judiciária; o segundo é que, ao lado da Câmara do povo, existe uma Câmara dos representantes dos Estados, na qual cada cantão, pequeno ou grande, vota como tal». Na Alemanha, o Estado federal constitui a transição para um Estado plenamente unitário, e não é necessário fazer retrogradar «a revolução de cima», realizada em 1866 e 1870, mas, ao contrário, completá-la por meio de um «movimento de baixo».

Longe de se desinteressar das formas do Estado, Engels entrega-se pelo contrário a analisar com o maior cuidado precisamente as formas transitórias, a fim de determinar em cada caso dado, segundo as particularidades históricas concretas, *o ponto de partida e o ponto de chegada* da forma transitória considerada.

Engels, assim como Marx, defende, do ponto de vista do proletariado e da revolução proletária, o centralismo democrático, a república una e indivisível. Ele considera a república federativa quer como uma excepção e um obstáculo ao desenvolvimento quer como uma transição da monarquia para a república centralizada, como um «progresso» em certas condições particulares. E, entre estas condições particulares, ele coloca no primeiro plano a questão nacional.

Em Engels como em Marx, embora eles tenham criticado impiedosamente a essência reaccionária dos pequenos Estados e a utilização, em certos casos concretos, da questão nacional para dissimular esta essência reaccionária, não se encontra em nenhuma parte nem sombra de desejo de iludir a questão nacional, facto por que pecam frequentemente os marxistas holandeses e polacos, partindo da luta absolutamente legítima contra o nacionalismo estreitamente filistino dos «seus» pequenos Estados.

Mesmo na Inglaterra, onde as condições geográficas, a comunidade de língua e uma história muitas vezes secular deveriam, como parece, «ter posto fim» à questão nacional no que concerne as pequenas subdivisões do país, mesmo ali Engels toma em conta o facto evidente da questão nacional não estar ainda resolvida, e é por isso que ele considera que a república federativa é um «progresso». Bem entendido, não há nele nem sombra de renúncia à crítica dos defeitos da república federativa, nem à propaganda e à luta mais decididas a favor da república unitária, democrática e centralizada.

Mas este centralismo democrático não é concebido por Engels de forma alguma no sentido burocrático que dão os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses, portanto, entre estes últimos, os anarquistas. O centralismo, para Engels, não exclui de forma alguma uma larga autonomia administrativa local que, com a condição de as «comunas» e as regiões defenderem por sua livre vontade a unidade do Estado, suprime incontestàvelmente todo o burocratismo e todo o «autoritarismo» de cima.

«...Assim, pois, República unitária», escreve Engels, desenvolvendo as ideias sobre o Estado que devem estar na base de um programa marxista. «Mas não no sentido da República francesa de hoje, que não é outra coisa que o Império sem imperador fundada em 1798. De 1792 a 1798, cada departamento francês, cada comuna *(Gemeinde)* teve a sua completa autonomia administrativa, segundo o modelo americano, e é isso o que também precisamos ter. Como organizar esta autonomia e como se pode evitar a burocracia foi o que nos mostraram a América e a primeira República francesa; e é o que ainda hoje nos mostram a Austrália, o Canadá e as outras colónias inglesas. Uma tal autonomia provincial e comunal comporta muito mais liberdade do que o federalismo suíço, por exemplo, onde o cantão é, sem dúvida, muito

independente em relação ao Bund» (isto é, ao Estado confederado no seu conjunto), «mas onde ele o é igualmente em relação ao distrito *(Bezirk)* e à comuna. Os governos cantonais nomeiam governadores de distrito *(Bezirksstatthalter)* e prefeitos, acerca dos quais nada se sabe nos países de língua inglesa e dos quais no futuro nos teremos de desembaraçar tão resolutamente como dos Landräte e dos Regierungsräte prussianos» (comissários, chefes de polícia de distrito, governadores e, em geral, funcionários nomeados de cima). Por isso Engels propõe a seguinte formulação para o artigo do programa relativo à autonomia: «Administração autónoma completa na província, no distrito e na comuna por funcionários eleitos com sufrágio universal. Supressão de todas as autoridades locais e provinciais nomeadas pelo Estado».

No *Pravda* [16] (n.º 68 de 28 de Maio de 1917) interdito pelo Governo de Kerensky e dos outros ministros «socialistas», eu já tive ocasião de fazer notar que acerca deste ponto — que não é evidentemente o único, longe disso — os nossos representantes pseudo-socialistas de uma pseudo-democracia pseudo-revolucionária afastam-se de uma maneira gritante do *democratismo*. Concebe-se que homens ligados pela sua «coligação» com a burguesia imperialista, tenham permanecido surdos a estas observações.

Importa extraordinàriamente notar que Engels, com factos na mão, refuta, com um exemplo de uma precisão perfeita, o preconceito muito difundido, sobretudo entre a democracia pequeno-burguesa, de que uma república federativa implica necessàriamente muito mais liberdade do que uma república centralizada. Isso é falso. Os factos citados por Engels relativos à república francesa centralizada de 1792-1798 e à república federativa suíça, refutam esta asserção. A república centralizada verdadeiramente democrática oferecia *mais* liberdade do que a república federativa. Por outra forma: o *maximum*

da liberdade local, regional e qualquer outra que a história tenha conhecimento foi assegurada pela república *centralizada* e não pela república federativa.

Quanto a este facto, como a todo o problema da república federativa centralizada, assim como relativamente ao problema da autonomia administrativa local, o nosso partido não consagrou nem consagra mais do que uma atenção insuficiente na sua propaganda e agitação.

5. O prefácio de 1891 à Guerra Civil *de Marx*

No seu prefácio à terceira edição da *Guerra Civil em França,* — prefácio datado de 18 de Março de 1891 e impresso pela primeira vez na *Neue Zeit* — Engels, a par com reflexões incidentais do maior interesse acerca da atitude relativamente ao Estado, resumo com um relevo notável os ensinamentos da Comuna [17]. Este resumo, enriquecido com toda a experiência do período de vinte anos que separa o seu autor da Comuna, é especialmente dirigido contra a «fé supersticiosa no Estado» muito espalhada na Alemanha, e pode ser considerado, com razão, como a *última palavra* do marxismo sobre o assunto.

Na França, depois de qualquer revolução, nota Engels, os operários estavam armados; «para os burgueses que se encontravam no poder, o desarmamento dos operários era pois o primeiro dever. Por isso, após cada revolução realizada com o preço do sangue dos operários, deflagra uma nova luta, que termina com a derrota destes».

O balanço da experiência das revoluções burguesas é tão sucinto quanto expressivo. O fundo do problema — como de resto na questão do Estado *(a classe oprimida*

possui armas?) é admiràvelmente tratado. É este fundo acerca do qual em regra silenciam os professores influenciados pela ideologia burguesa, assim como os democratas pequeno-burgueses. Na revolução russa de 1917, foi ao «menchevique» Tsérétéli, «também marxista», que coube a honra (a honra dum Cavaignac) de descobrir incidentalmente este segredo das revoluções burguesas. No seu discurso «histórico» de 11 de Junho, Tsérétéli cometeu a imprudência de anunciar que a burguesia estava decidida a desarmar os operários de Petrogrado, decisão que ele apresentava evidentemente como sendo também a sua e, mais genèricamente, como uma necessidade de «Estado»!

O discurso histórico pronunciado em 11 de Junho por Tsérétéli será certamente, para qualquer historiador da revolução de 1917, uma das melhores ilustrações da maneira como o bloco dos socialistas — revolucionários e mencheviques, dirigido pelo Sr. Tsérétéli, abraçou a causa da burguesia *contra* o proletariado revolucionário.

Uma outra reflexão incidental de Engels, ligada também ao problema do Estado, concerne a religião. Sabe-se como a social-democracia alemã, à medida que a gangrena a contaminava e se tornava cada vez mais oportunista, se abandonava com mais frequência a uma interpretação errada e filistina da célebre fórmula: «A religião é um assunto privado». Vejamos: esta fórmula é interpretada como se, *também para o partido* do proletariado revolucionário, a religião fosse um assunto privado!! É contra esta traição absoluta ao programa revolucionário do proletariado que Engels se ergueu, o qual, em 1891, não podendo ainda observar senão *alguns fracos* germes de oportunismo no seu partido, se exprimia com uma extrema prudência:

«Na Comuna reuniam quase exclusivamente operários ou representantes reconhecidos dos operários; as suas decisões tinham assim um carácter nìtidamente prole-

tário. Ora decretava reformas que a burguesia republicana havia desprezado por pura cobardia mas as quais constituíam uma base indispensável para a livre acção da classe operária, como a realização do princípio de que, *relativamente ao Estado*, a religião é um assunto privado; ora promulgava decisões tomadas no interesse directo da classe operária e que, por um lado, vibravam profundos golpes na velha ordem social...»

Foi intencionalmente que Engels sublinhou as palavras «relativamente ao Estado»; com isso, ele vibrava um golpe directo no oportunismo alemão que declarava a religião como assunto privado *relativamente ao partido* e igualava assim o partido do proletariado revolucionário ao nível do mais vulgar «livre pensador» pequeno burguês que, pretendendo embora admitir que não se tenha qualquer religião, abdica da tarefa do partido de combater o ópio religioso que imbeciliza o povo.

O futuro historiador da social-democracia alemã, ao aprofundar as causas da vergonhosa bancarrota deste partido em 1914, encontrará uma documentação numerosa e interessante, desde as declarações evasivas contidas nos artigos do chefe ideológico deste partido, Kautsty, declarações que abrem completamente a porta ao oportunismo, até à atitude do partido relativamente ao *Los-von-Kirche-Bewegung* (movimento para a separação em relação à Igreja), em 1913.

Mas vejamos como, vinte anos após a Comuna, Engels, resumia os ensinamentos que ela forneceu ao proletariado em luta.

Eis quem ele colocava em primeiro plano:

«...Quanto à força repressiva do Governo pouco tempo antes centralizada, — o exército, a polícia política, a burocracia, criados por Napoleão em 1798, retomadas, depois, com gratidão, por cada novo Governo e por eles

utilizadas contra os seus adversários, era precisamente esta força que devia ser derrubada em toda a parte como já tinha sido em Paris.

A Comuna devia reconhecer, à viva força, que a classe operária, uma vez no poder, não podia continuar a administrar por meio da velha máquina do Estado; para não perder de novo o poder que acabava de conquistar, esta classe operária devia, por um lado, suprimir a velha máquina de opressão até então empregada contra ela própria, mas também, por outro lado, precaver-se contra os seus próprios mandatários e funcionários, proclamando-os amovíveis a todo o tempo e sem excepção...»

Engels sublinha ainda e sempre que, não só sob o regime da monarquia mas *também na república democrática*, o Estado é o Estado, o que quer dizer que ele conserva o seu principal carácter distintivo, que é o de transformar os funcionários, «servidores da sociedade» e os seus órgãos, em *donos* desta.

«...Para evitar esta transformação, inevitável em todos os regimes anteriores, do Estado e dos órgãos do Estado, servidores da sociedade na origem, em donos dela, a Comuna empregou dois meios infalíveis. Primeiramente, ela submeteu todos os lugares da administração, da justiça e do ensino à escolha dos interessados por meio de eleição com sufrágio universal e, bem entendido, à revocabilidade a todo o momento por esses mesmos interessados. E, em segundo lugar, ela retribuiu todos os serviços, desde os mais inferiores aos mais elevados, com o salário que recebiam os outros operários. A maior remuneração que ela pagava no conjunto era de 6 000 francos *. Desta forma

* O que perfaz cerca de 2400 rublos, segundo o valor nominal, e perto de 6000 rublos segundo o valor actual. Os bolcheviques que propõem por exemplo, nos municípios, vencimentos de 9 000 rublos, em lugar de proporem *para o conjunto do Estado* um máximo de 6000 rublos — quantia suficiente — cometem um erro imperdoável.

se punha fim à caça aos lugares e ao arrivismo, sem contar, além disso, com os mandatos imperativos dos delegados aos corpos representativos...»

Engels chega aqui a este limite interessante em que a democracia consequente, por um lado, *se transforma* em socialismo e, por outro, *reclama* o socialismo. Com efeito, para suprimir o Estado, é necessário que as funções dos serviços de Estado se transformem em operações de controle e de registo tão simples que estejam ao alcance da imensa maioria e, a seguir, da totalidade da população. E, para suprimir completamente o arrivismo, é preciso que as funções «honoríficas», embora não lucrativas, ao serviço do Estado, *não* possam *mais* servir de trampolim para atingir lugares altamente lucrativos nos bancos e nas sociedades anónimas, como acontece *constantemente* em todos os países capitalistas, mesmo nos mais livres.

Mas Engels não cai no erro que cometem, por exemplo, certos marxistas a propósito do direito das nações a disporem delas próprias: em regime capitalista, dizem eles, este direito é irrealizável; em regime socialista, torna-se supérfluo. Este raciocínio, pretensamente espirituoso mas errado na realidade, poder-se-ia aplicar a *qualquer* instituição democrática e também à modesta remuneração dos funcionários, porque um democratismo rigorosamente consequente é irrealizável em regime capitalista, e em regime socialista toda a democracia acabará por se *extinguir*.

Sofisma que se assemelha a esta velha pilhéria: o homem torna-se calvo quando perde um cabelo?

Desenvolver a democracia *até ao fim*, procurar as formas deste desenvolvimento, pô-las à prova da *prática*, etc., tal é uma das tarefas essenciais da luta pela revolução social. Considerado à parte, nenhum democratismo, seja qual for, dará o socialismo; mas, na vida, o democratismo não será nunca «considerado à parte», ele será «considerado no conjunto»; exercerá assim uma influên-

cia sobre a economia *cuja* transformação estimulará; receberá a influência do desenvolvimento económico, etc.. Tal é a dialética da história viva.

Engels prossegue:

«...Esta destruição *(Sprengung)* do poder do Estado tal como ele existia até aqui e a sua substituição por um novo poder, verdadeiramente democrático, são descritos em pormenor na terceira parte da *Guerra Civil.* Mas era necessário aqui de fugida repisar alguns dos seus traços, porque, precisamente na Alemanha, a superstição do Estado transitou da filosofia para a consciência comum da burguesia, e até para a de muitos operários. Na concepção dos filósofos, o Estado é «a realização da Ideia», ou o reino de Deus sobre a terra traduzido em linguagem filosófica, o domínio em que a verdade e a justiça eternas se realizam ou devem realizar. Daí esta veneração supersticiosa do Estado e de tudo quanto lhe respeita; veneração que se instala tanto mais fàcilmente quanto mais as pessoas estão, desde o berço, habituadas a imaginarem que todos os assuntos e todos os interesses comuns da sociedade inteira não poderiam ser regulamentados de outra forma diferente da que foram até agora, isto é, pelo Estado e pelos seus funcionários providos de pequenos lugares de bom rendimento. E julga-se ter já dado um passo prodigiosamente ousado, libertando-nos da crença na monarquia hereditária e jurando exclusivamente pela República democrática.

Mas, na realidade, o Estado nada mais é do que uma máquina de opressão a favor de uma classe sobre outra, e isso, tanto na República democrática como na monarquia; o menos que sobre isso se poder dizer é que ele é um mal necessário que o proletariado vencedor herda na luta pela dominação de classe e do qual, tal como a Comuna, ele não poderá impedir-se de eliminar o mais cedo possível e ao máximo os aspectos mais perniciosos, até que uma geração criada em condições sociais

novas e livres esteja em condições de alijar todo esse bricabraque do Estado».

Engels põe os alemães de sobreaviso para que eles não esqueçam, aquando da substituição da monarquia pela república, os princípios do socialismo acerca do problema do Estado em geral. As suas advertências apresentam-se hoje como uma lição dirigida directamente aos Srs. Tsérétéli e Tchernov que revelaram na sua prática da «coligação», a sua fé supersticiosa no Estado e a sua veneração em relação a ele.

Duas observações ainda:

1) Quando Engels afirma que, numa república democrática «assim como» numa monarquia, o Estado não é mais do que uma «máquina de opressão a favor de uma classe contra outra», ele não quer de modo algum significar com isso que *a forma* de opressão deva ser indiferente para o proletariado, como «ensinam» alguns anarquistas. Uma *forma* mais ampla, mais livre, mais aberta, de luta de classes e de opressão das classes facilita consideràvelmente a luta do proletariado para a supressão das classes em geral.

2) Qual a razão por que só uma nova geração poderá desfazer-se completamente de todo este bricabraque do Estado? Esta questão liga-se à da ultrapassagem da democracia, de que vamos falar.

6) *Engels e a Ultrapassagem da Democracia*

Engels teve de pronunciar-se acerca deste ponto ao tratar da inexactidão *científica* da denominação «social-democrata».

No prefácio à compilação dos seus artigos da década de 1870-1880, consagrados a diversos temas, principalmente «internacionais» *(Internationales aus dem Volks-*

staat) *, prefácio datado de 3 de Janeiro de 1894, isto é, redigido ano e meio antes da sua morte, ele escreveu que em todos os seus artigos empregou a palavra «comunista» *e não* «social-democrata», porque nessa época os lassalistas na França e os proudhonianos na Alemanha se intitulavam social-democratas.

...«Para Marx, como para mim, prossegue Engels, havia portanto uma impossibilidade absoluta para empregar, a fim de exprimirmos o nosso ponto de vista próprio, uma expressão tão elástica. Hoje, as coisas correm de outra forma e esta palavra («social-democrata») pode com rigor passar *(mag passieren)*, embora continue inadequada *(unpassend)* para um partido cujo programa económico não é apenas socialista em geral, mas expressamente comunista, para um partido cujo objectivo político é a supressão de todo o Estado e, por consequência, da democracia. De resto, os partidos políticos *verdadeiros* (sublinhado por Engels) nunca têm uma denominação que se lhes adapte perfeitamente; o partido desenvolve-se, a denominação permanece».

O dialético Engels, no declínio dos seus dias, permanece fiel à dialética. Marx e eu, diz ele, tínhamos um nome excelente para o partido, cientificamente exacto, mas não existia ainda um verdadeiro partido proletário, isto é, um partido proletário de massas. Presentemente (fins do século XIX) existe um verdadeiro partido, mas a sua denominação é cientificamente inexacta. Não importa. Ela pode «passar» contanto que o partido *se desenvolva,* contanto que a inexactidão científica da sua denominação não o moleste e não o impeça de se desenvolver na boa direcção!

---

* Assuntos de ordem internacional tratados no Volksstaat (o Estado Popular) N. R.).

Qualquer gracejador poderia talvez vir consolar-nos também a nós, agora, bolcheviques, à maneira de Engels: nós temos um verdadeiro partido; este desenvolve-se admiràvelmente; portanto, esta palavra absurda e bárbara «bolchevique» — pode «passar», embora ela não exprima absolutamente nada, a não ser o facto puramente acidental de termos tido a maioria no Congresso de Bruxelas — Londres, em 1903... Talvez, agora que as perseguições de que o nosso partido foi objecto, em Julho — Agosto de 1917, por parte dos republicanos e da democracia pequeno-burguesa «revolucionária», tornaram a palavra «bolchevique» tão honrada aos olhos do povo; agora que elas marcaram por outro lado o imenso progresso histórico realizado pelo nosso partido no seu desenvolvimento *real*, talvez eu mesmo hesitasse em propor, como fiz em Abril, a mudança da denominação do nosso Partido. Talvez eu propusesse aos camaradas um «compromisso»: o de nos chamarmos Partido Comunista, mas conservando, entre parêntesis, a palavra «bolchevique».

Mas o problema da denominação do partido é infinitamente menos importante que o da atitude do proletariado revolucionário em relação ao Estado.

Nas condições habituais acerca do Estado, comete-se constantemente o erro contra o qual Engels aqui nos previne e que nós assinalámos, mais acima, de passagem; esquece-se constantemente que a supressão do Estado é também a supressão da democracia, que a extinção do Estado é a extinção da democracia.

Uma tal asserção parece, à primeira vista, muito estranha e ininteligível; talvez mesmo alguns de nós desejássemos o advento de uma ordem social em que não fosse observado o princípio da submissão da minoria à maioria; porque, ao fim e ao cabo, não é a democracia o reconhecimento deste princípio?

Não. A democracia e a submissão da minoria à maioria *não são* coisas idênticas. A democracia é um *Estado* que reconhece a submissão da minoria à maioria; por

outra forma, é uma organização destinada a assegurar o exercício sistemático da violência por uma classe contra a outra, por uma parte da população contra a outra parte.

Nós propomo-nos como objectivo final a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência exercida sobre os homens, em geral. Nós não esperamos o advento de uma ordem social em que o princípio da submissão da minoria à maioria não seja observada. Mas, aspirando ao socialismo, nós estamos convictos que a sua evolução conduzirá ao comunismo e que, em consequência, desaparecerá toda a necessidade de recorrer em geral à violência contra os homens, toda a necessidade da *submissão* de um homem a outro homem, de uma parte da população a outra, pois os homens *habituar-se-ão* a observar as condições da vida em sociedade, *sem violência e sem submissão*.

É para sublinhar este elemento de habituação que Engels fala da nova *geração* «criada sob condições sociais novas e livres» e a qual estará «em situação de se desfazer de todo este bricabraque do Estado», de qualquer Estado, inclusivamente do da república democrática.

Para ilucidar este ponto é necessário analisar as bases económicas da extinção do Estado.

CAPÍTULO V

AS BASES ECONÓMICAS DA EXTINÇÃO DO ESTADO

O estudo mais desenvolvido deste assunto é o que foi feito por Marx na sua *crítica do Programa de Gotha* (carta a Bracke, de 5 de Maio de 1875, impressa apenas em 1891 na *Neue Zeit* IX, 1, do qual apareceu uma nova edição russa). A parte polémica dessa obra notável, que constitui uma crítica do lassalismo, lançou na sombra, por assim dizer, a parte positiva da obra, ou seja, a análise da correlação entre o desenvolvimento do comunismo e a extinção do Estado.

1. *Como Marx coloca o problema*

Se se compara superficialmente a carta de Marx a Bracke, de 5 de Maio de 1875, com a carta de Engels a Bebel, de 28 de Maio de 1875, examinada mais acima, pode parecer que Marx é mais «estatista» do que Engels, e que há uma diferença muito vincada entre as concepções destes dois autores acerca do Estado.

Engels convida Bebel a acabar com todo o palavriado acerca do Estado, a banir completamente do programa a palavra Estado, e a substituí-la por «comunidade»; ele chega ao ponto de declarar que a Comuna não era já um Estado no sentido próprio do termo. Ao passo que Marx chega a falar do «Estado futuro da sociedade comunista», parecendo admitir a necessidade do Estado mesmo em regime comunista.

Mas esta maneira de ver seria profundamente errada. Um exame mais atento mostra que as ideias de Marx e de Engels acerca do Estado e da sua extinção são perfeitamente concordantes e que a expressão citada de Marx se aplica precisamente ao Estado em via de *extinção*.

É certo que não se trata de determinar o momento desta «extinção» *futura*, tanto mais que ela constituirá necessàriamente um processo de longa duração. A diferença aparente entre Marx e Engels explica-se pela diferença dos assuntos tratados e dos fins perseguidos por cada um deles. Engels propunha-se demonstrar a Bebel, por uma forma viva, incisiva, a traços largos, todo o absurdo dos preconceitos correntes (perfilhados em grande medida por Lassalle) acerca do Estado. *Este* problema foi apenas abordado por Marx, pois um outro assunto retinha a sua atenção: a solução da sociedade comunista.

Toda a teoria de Marx é uma aplicação ao capitalismo contemporâneo da teoria da evolução sob a sua forma mais consequente, mais completa, mais reflectida e mais substancial. Concebe-se por isso que Marx tivesse de encarar o problema da aplicação desta teoria não só à derrocada *próxima* do capitalismo mas também à evolução *futura* do comunismo *futuro*.

A partir de que *dados* se pode colocar o problema da evolução futura do comunismo futuro?

A partir do facto do comunismo *proceder* do capitalismo, de se desenvolver històricamente a partir do capitalismo, de resultar da acção de uma força social *engendrada* pelo capitalismo. Não se encontra em Marx sombra de uma tentativa para inventar utopias, para arquitectar conjecturas vãs acerca do que se não pode saber. Marx coloca o problema do comunismo como um naturalista colocaria, por exemplo, o da evolução de uma nova variedade biológica, uma vez conhecida a sua origem e determinada a direcção para onde a levam as suas modificações.

Em primeiro lugar, Marx afasta a confusão trazida pelo programa de Gotha ao problema das relações entre o Estado e a Sociedade.

«...A «sociedade actual», escreve ele, é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais

ou menos expurgada dos elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica peculiar a cada país, mais ou menos desenvolvida. O «Estado actual», pelo contrário, muda com a fronteira. Ele é diferente no Império prussiano-alemão do que é na Suiça, diferente na Inglaterra do que é nos Estados Unidos. O «Estado actual» é portanto uma ficção.

Entretanto, os diversos Estados dos diversos países civilizados, apesar da múltipla diversidade das suas formas, têm todo de comum o facto de repousar sobre o terreno da sociedade burguesa moderna, mais ou menos desenvolvido sob o aspecto capitalista. É isso que faz com que certos caracteres essenciais sejam comuns a todos. Neste sentido, pode falar-se de «Estado actual», tomado como expressão genérica, por contraste com o futuro em que a sociedade burguesa, que no presente lhe serve de raíz, tenha cessado de existir.

Desde logo se coloca esta pergunta: que transformação sofrerá o Estado numa sociedade comunista? Por outra forma: quais as funções sociais que nele se manterão análogas às funções actuais do Estado? Apenas a ciência pode responder a este problema; e não é emparelhando de mil maneiras a palavra povo com a palavra Estado que se fará avançar o problema em salto de pulga...[18]».

Depois de ter assim metido a ridículo todo o palanfrório sobre o «Estado popular», Marx mostra a maneira como é necessário colocar o problema e fórmula, por assim dizer, uma advertência, indicando que só lhe pode dar uma resposta científica com base apenas em dados científicos sòlidamente estabelecidos.

O primeiro ponto muito exactamente estabelecido por toda a teoria da evolução, pela ciência em geral — ponto que os utopistas esqueciam e que hoje esquecem os oportunistas que temem a revolução socialista — é o de que històricamente deve sem dúvida alguma existir um estádio

particular ou uma etape particular de *transição* do capitalismo para o comunismo.

2. *A transição do capitalismo para o comunismo*

...«Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista— continua Marx — coloca-se o período de transformação revolucionária daquela nesta. À qual corresponde um período de transição política em que o Estado não poderia ser outra coisa senão *a ditadura revolucionária do proletariado*»...

Esta conclusão fundamenta-se, em Marx, sobre a análise do papel que o proletariado desempenha na sociedade capitalista actual, sobre os dados relativos ao desenvolvimento desta sociedade e à inconciliabilidade dos interesses opostos do proletariado e da burguesia.

Outrora, o problema colocava-se assim: o proletariado deve, a fim de obter a sua emancipação, derrubar a burguesia, conquistar o poder político, estabelecer a sua ditadura revolucionária.

Presentemente, o problema coloca-se de maneira um pouco diferente: a passagem da sociedade capitalista, que evolui no sentido do comunismo, para a sociedade comunista, é impossível sem um «período de transição política»; e o Estado deste período apenas pode ser a ditadura revolucionária do proletariado.

Quais são portanto as relações entre esta ditadura e a democracia?

Nós já vimos que o *Manifesto Comunista* aproxima simplesmente uma da outra estas duas noções: «transformação do proletariado em classe dominante» e «conquista da democracia». Tudo o que precede permite determinar mais exactamente as modificações sofridas pela

democracia aquando da transição do capitalismo para o comunismo.

A sociedade capitalista, considerada nas suas condições de desenvolvimento mais favoráveis, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas esta democracia fica sempre confinada no quadro estreito da exploração capitalista e, por esse facto, ela continua sempre a ser no fundo, uma democracia para a minoria, ùnicamente para as classes possidentes, ùnicamente para os ricos. A liberdade, em sociedade capitalista, é sensìvelmente sempre como foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade para os proprietários de escravos. Em consequência da exploração capitalista, os escravos assalariados de hoje vivem tão oprimidos pela necessidade e pela miséria que «se desinteressam da democracia e da política» e, no decurso normal, pacífico, dos acontecimentos, a maioria da população encontra-se apartada da vida política e social.

A justeza desta afirmação é talvez melhor ilustrada pelo exemplo da Alemanha, porque foi neste país precisamente que a legalidade constitucional se manteve com uma constância e uma duração surpreendentes durante quase meio século (1871-1914), e porque a social-democracia soube, durante esse período, «utilizar-se da legalidade» mais do que em outros países e organizar os operários num partido político numa proporção mais considerável do que em qualquer outra parte do mundo.

Qual é então essa proporção — a mais elevada que se verifica a sociedade capitalista — dos escravos assalariados polìticamente conscientes e activos? Um milhão de membros do partido social-democrata para 15 milhões de operários assalariados! Três milhões de sindicalizados para 15 milhões!

Democracia para uma ínfima minoria, democracia para os ricos, tal é o democratismo da sociedade capitalista. Quando se considera de mais perto o mecanismo da democracia capitalista observa-se por toda a parte, nos «peque-

nos» (pretensamente pequenos) pormenores da legislação eleitoral (condições de residência, exclusão das mulheres, etc.), no funcionamento das instituições representativas, nos obstáculos efectivos ao direito de reunião (os edifícios públicos não são para os «miseráveis»!), na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc., etc., restrição sobre restrição da democracia. Estas restrições, eliminações, exclusões, obstáculos impostos aos pobres parecem mínimos, sobretudo aos olhos daqueles que nunca experimentaram na própria carne a necessidade nem nunca conheceram de perto as classes oprimidas, a vida das massas (como é o caso dos nove décimos senão noventa e nove centésimos dos publicistas e homens políticos burgueses), — mas, somadas, tais restrições excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa na democracia.

Marx aprendeu inteiramente este *traço essencial* da democracia capitalista quando refere na sua análise da experiência da Comuna: autoriza-se os oprimidos a decidir periòdicamente, para um certo número de anos, qual será, de entre os representantes da classe dos opressores, aquele que os representará e calcará aos pés no Parlamento!

Mas a marcha em frente, a partir desta democracia capitalista, — inevitàvelmente apertada, reprimindo dissimuladamente os pobres e, por conseguinte, estruturalmente hipócrita e enganadora — não conduz naturalmente, directamente e sem sobressaltos, «a uma democracia cada vez mais perfeita», como pretendem os professores pequeno-burgueses. Não. A marcha em frente, isto é, para o comunismo, faz-se passando pela ditadura do proletariado; e não se pode processar de outro modo, porque não há outras classes nem outros meios que possam *quebrar a resistência* dos capitalistas exploradores.

Ora, a ditadura do proletariado, isto é, da organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para dominar os opressores, não se pode limitar a um simples

alargamento da democracia. *Ao mesmo tempo* que é um alargamento considerável da democracia, agora e *pela primeira vez* democracia para os pobres, democracia para o povo e não para os ricos, a ditadura do proletariado acarreta para o povo e não para os ricos, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. A estes, é necessário dominá-los a fim de libertar a humanidade da escravatura assalariada; é necessário quebrar a sua resistência pela força; e é evidente que, onde há repressão há violência, não há liberdade, não há democracia.

Isto foi admiràvelmente expresso por Engels na sua carta a Bebel, na qual disse, como o leitor se recorda: «...na medida em que o proletariado tem ainda necessidade do Estado, não é para a liberdade, mas para orgnizar a repressão contra os adversários. E no dia em que for possível falar de liberdade o Estado deixa de existir como tal».

Democracia para a imensa maioria do povo e repressão pela força, isto é, exclusão da democracia para os exploradores, os opressores do povo; tal é a modificação por que passa a democracia aquando da *transição* do capitalismo para o comunismo.

É sòmente na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver definitivamente quebrada, os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes (isto é, já não houver distinções entre os membros da sociedade quanto às suas relações com os meios sociais de produção), é *sòmente* então que o «Estado deixa de existir e que *se torna possível falar de liberdade*». Então sòmente se tornará possível e será aplicada uma democracia verdadeiramente completa, sem nenhuma excepção. Então sòmente a democracia começará a *extinguir-se* pela simples razão de que, libertos da escravatura capitalista, dos horrores, das selvajarias, dos absurdos, das ignomínias sem nome da exploração capitalista, os homens *habituar-se-ão* gradualmente a respeitar as regras elemen-

tares da vida em sociedade conhecidas há séculos, reincorporadas durante milénios em todas as prescrições morais, a respeitá-las sem violência, sem coacção, sem submissão, *sem este aparelho especial* de coerção que se chama: Estado.

A expressão «o Estado *extingue-se*» é muito feliz, porque exprime ao mesmo tempo a gradação do processo e a sua espontaneidade. Apenas o hábito pode produzir um tal efeito e ele o produzirá com certeza, porque verificamos milhentas vezes à nossa volta a facilidade com que os homens se habituam a observar as regras necessárias à vida em sociedade quando não existe exploração, quando nada existe que excite a indignação, que suscite os protestos e a revolta, que necessite de *reprssão.*

Assim, pois, em sociedade capitalista, apenas há uma democracia truncada, miserável, falsifícada, uma democracia ùnicamente para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, estabelecerá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, paralelamen^te à repressão necessária contra uma minoria de exploradores. Sòmente o comunismo é capaz de realizar uma democracia realmente completa. E quanto mais completa ela for, mais depressa se tornará supérflua e se extinguirá por si própria.

Por outras palavras: em regime capitalista, nós temos o Estado no sentido próprio do termo, uma máquina especial de opressão de uma classe por outra, da maioria pela minoria. Concebe-se que, para ser conduzida eficazmente, a repressão sistemática exercida contra uma maioria de explorados por uma minoria de exploradores exige uma crueldade, uma ferocidade repressiva extrema, mares de sangue através dos quais a humanidade percorreu o seu caminho, sob o regime da escravatura, da servidão e do salariato.

Depois, no período da *transição* do capitalismo para o comunismo, a repressão é *ainda* necessária, mas ela é já exercida contra uma minoria de exploradores por

uma maioria de explorados. O aparelho especial, a máquina especial de repressão, o «Estado», é *ainda* necessário, mas é já um Estado transitório, já não o Estado pròpriamente dito, porque a repressão exercida contra uma minoria de exploradodes pela maioria dos escravos assalariados *de ontem* é uma coisa relativamente tão fácil, tão simples e tão natural que custará muito menos sangue do que a repressão das revoltas dos escravos, dos servos e dos operários assalariados, e que ficará mais barata à humanidade. Ela é compatível com a extensão da democracia a uma tão grande maioria da população que a necessidade duma *máquina especial* de repressão começa a desaparecer. Os exploradores não estão naturalmente à altura de subjugar o povo sem uma máquina muito complicada destinada a desempenhar esta tarefa: ao passo que *o povo* pode subjugar os exploradores mesmo com uma «máquina» muito simples, quase sem «máquina», sem aparelho especial, por meio da simples *organização das massas armadas* (como, diremos nós por antecipação, os sovietes de deputados operários e soldados).

Enfim, apenas o comunismo torna o Estado absolutamente supérfluo, por não haver então *ninguém* a subjugar, «ninguém» no sentido de nenhuma *classe*, por não haver já luta sistemática contra uma parte determinada da população. Nós não somos utopistas e não negamos de forma alguma que sejam possíveis e inevitáveis excessos *individuais;* não negamos tampouco que seja necessário reprimir *esses* excessos. Mas, primeiramente, não é preciso para isso uma máquina especial, um aparelho especial de repressão. O povo armado se encarregará ele próprio desta tarefa tão simplesmente, tão fàcilmente como qualquer multidão de homens civilizados, mesmo na sociedade actual, separa pessoas que se batem ou não permite que maltratem uma mulher. Em segundo lugar, nós sabemos que a causa social profunda dos excessos que constituem uma violação das regras da vida em sociedade é a exploração das massas entregues à necessidade, à miséria. Uma vez afastada esta principal causa, os execessos come-

çarão infalìvelmente a «*extinguir-se*». Com que rapidez e com que gradação, ignorámo-lo; mas sabemos que se extinguirão. E, com eles, o Estado *extinguir-se-á* por sua vez.

Sem se lançar na utopia, Marx definiu mais em pormenor o que se pode definir *agora* deste futuro, a saber: a diferença entre a fase (o grau, a etapa) inferior e a fase superior da sociedade comunista.

3. *Primeira fase da sociedade comunista*

Na sua *Crítica do Programa de Gotha,* Marx refuta minuciosamente a ideia de Lassalle, segundo a qual o operário, em regime socialista, receberá o produto «não amputado» ou «o produto integral do seu trabalho». Ele mostra que da totalidade do produto social é necessário deduzir um fundo de reserva, um fundo destinado a aumentar a produção, um fundo destinado à substituição das máquinas «usadas», etc.. Em seguida, dos objectos do consumo, é preciso ainda deduzir: um fundo para as despesas de administração, para as escolas, hospitais, hospícios de velhos, etc.

Em lugar da fórmula nebulosa, obscura e genérica de Lassalle («para o operário o produto integral do seu trabalho»), Marx estabelece com lucidez a forma como a sociedade socialista terá de administrar os seus interesses. Marx, empreendendo a análise *concreta* das condições de vida numa sociedade em que o capitalismo já não exista, exprime-se assim:

«Daquilo que aqui temos de tratar (na análise do programa do partido) é duma sociedade comunista não tal como ela se *desenvolveu* sobre as bases que lhe são próprias, mas, pelo contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista; uma sociedade, por consequência, que, sob todos os aspectos, económicos, morais, intelectuais,

traz ainda os estigmas da antiga sociedade, de cujas entranhas ela saíu».

É a esta sociedade comunista que acaba de sair das entranhas do capitalismo e traz em todos os domínios os estigmas da antiga sociedade que Marx chama a «primeira» fase ou fase inferior da sociedade comunista.

Os meios de produção já não são propriedade privada dos indivíduos. Pertencem à sociedade inteira. Cada membro da sociedade, realizando uma certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe da sociedade um certificado correspondente à quantidade de trabalho que forneceu. Com este certificado, ele recebe nos armazéns públicos de objectos de consumo uma quantidade equivalente de produtos. Por consequência, deduzida a quantidade de trabalho destinada ao fundo social, cada operário recebe da sociedade tanto quanto lhe deu.

Reino da «igualdade», dir-se-á.

Mas quando, ao falar desta ordem social (que se qualifica habitualmente como socialismo e a que Marx chama a primeira fase do comunismo), Lassalle diz que nela existe «repartição equitativa», «direito igual de cada um ao produto igual do trabalho», engana-se e Marx explica porquê.

O «direito igual», diz Marx, têmo-lo aqui, com efeito, mas é *ainda* o «direito burguês», que, como todo o direito, *pressupõe a desigualdade*. Todo o direito consiste na aplicação duma regra *única* a pessoas *diferentes*, a pessoas que, de facto, não são nem idênticas, nem iguais.

Por isso, o «direito igual» equivale a uma violação da igualdade, a uma injustiça. Com efeito, cada um recebe, por uma parte igual de trabalho social fornecido por si, uma parte igual do produto social (com as deduções indicadas mais acima).

Ora, os indivíduos não são iguais. Um é mais forte, outro mais fraco; um é casado, outro não; um tem mais filhos do que outro, etc.

...«Na igualdade de trabalho, conclui Marx, e, por consequência, na igualdade de participação no fundo social de consumo, um recebe pois efectivamente mais do que outro, um é mais rico que outro, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito deveria ser não igual, mas desigual».

A justiça e a igualdade não podem ainda portanto ser realizadas na primeira fase do comunismo; subsistirão diferenças quanto à riqueza, e diferenças injustas; mas a *exploração* do homem pelo homem será impossível, porque ninguém poderá apoderar-se, a título de propriedade privada, *dos meios de produção,* fábricas, máquinas, terra, etc. Ao refutar a fórmula confusa e pequeno-burguesa de Lassalle acerca da «igualdade» e da «justiça» *em geral,* Marx mostra o *caminho do desenvolvimento* da sociedade comunista, *obrigada* a começar por destruir *ùnicamente* essa «injustiça» da apropriação dos meios de produção pelos indivíduos, mas *incapaz* de destruir de repente a outra injustiça: a repartição dos objectos de consumo «segundo o trabalho» (e não segundo as necessidades).

Os economistas vulgares e, entre eles, os professores burgueses, com o «nosso» Tougan, censuram constantemente os socialistas por esquecer a desigualdade dos homens e por «sonharem» com a supressão dela. Esta censura, como se vê, prova simplesmente a ignorância extrema dos senhores ideólogos burgueses.

Marx toma rigorosamente em consideração não só a inevitável desigualdade dos homens entre si, mas também o facto da transformação dos meios de produção em propriedade comum de toda a sociedade (o «socialismo», no sentido habitual da palavra) *não suprimir* por si só os objectos da repartição e da desigualdade do «direito burguês», que *continua a reinar,* pois os produtos são repartidos «segundo o trabalho».

«...Mas, prossegue Marx, estes defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista tal como ela acaba de sair da sociedade capitalista, após um longo e doloroso parto. O direito nunca pode ser mais elevado que o estado económico e que o grau de civilização que lhe corresponde...»

Assim, na primeira fase da sociedade comunista (que se chama ordinàriamente socialismo), o «direito burguês» é abolido *não* completamente, mas apenas em parte, apenas na medida em que foi feita a revolução económica, isto é, apenas no que respeita os meios de produção. O «direito burguês» reconhece aos indivíduos a propriedade privada desses meios. O socialismo transforma-os em propriedade *comum*. É *nesta medida,* mas nesta medida apenas, que o «direito burguês» foi abolido.

Ele subsiste todavia na outra parte, como regulador da repartição dos produtos e da repartição do trabalho entre os membros da sociedade. «Quem não trabalha não deve comer»: este princípio socialista *já* se encontra realizado; «para quantidade igual de trabalho, igual quantidade de produtos»: também este outro princípio socialista está *já* realizado. Todavia, isso ainda não é o comunismo e não elimina ainda o «direito burguês» que, para homens desiguais e para uma quantidade desigual (desigual na realidade) de trabalho, atribui uma quantidade igual de produtos.

Aí reside um «inconveniente», diz Marx; mas é inevitável na primeira fase do comunismo, pois ninguém pode pensar, sem cair na utopia, que, após ter derrubado o capitalismo, os homens aprendam de repente a trabalhar para a sociedade sem *normas jurídicas de nenhuma espécie;* de resto, a abolição do capitalismo *não dá de repente* as premissas económicas para uma *tal* mudança.

Ora, não existem outras normas senão as do «direito burguês». É por isso que subsiste a necessidade de um Estado encarregado de proteger, ao mesmo tempo que protege

a propriedade comum dos meios de produção, a igualdade do trabalho e a igualdade na repartição dos produtos.

O Estado extingue-se, visto que já não há capitalistas, já não há classes e, por conseguinte, já não há uma *classe a ser dominada.*

Mas o Estado não desapareceu ainda inteiramente pois ele continua a proteger o «direito burguês» que consagra a desigualdade de facto. Para que o Estado se extinga completamente, é necessário o advento do comunismo integral.

4. *Fase superior da sociedade comunista*

Marx prossegue:

...«Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a tiranizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, quando o trabalho não for apenas um meio de vida, mas se tornar ele mesmo a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas também tiverem aumentado e quando todas as fontes de riqueza colectiva brotarem com abundância, sòmente então o horizonte limitado do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever nas suas bandeiras: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!»

Sòmente agora podemos apreciar toda a justeza das observações de Engels, submergindo com os seus sarcasmos impiedosos este absurdo acasalamento das palavras «liberdade» e «Estado». Enquanto o Estado existir, não há liberdade. Quando houver liberdade, não mais haverá Estado.

A base económica da extinção total do Estado é o comunismo chegado a um tão alto grau de desenvolvi-

mento que toda a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual desapareça e que, por consequência, desaparecerá uma das principais fontes de desigualdade *social* contemporânea, fonte que a socialização apenas dos meios de produção, a exporpriação apenas dos capitalistas não pode de modo algum secar de repente.

Esta expropriação tornará *possível* um progresso gigantesco das forças produtivas. E, vendo como o capitalismo, desde agora, *entrava* incrìvelmente este progresso e quanto se poderia progredir com a ajuda da técnica moderna já adquirida, temos o direito de afirmar, com uma certeza absoluta, que a expropriação dos capitalistas acarretará necessàriamente um desenvolvimento prodigioso das forças produtivas da sociedade humana. Mas qual seja a rapidez deste desenvolvimento, quando conduzirá ele a uma rotura com a divisão do trabalho, à supressão da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, à transformação do trabalho em «primeira necessidade vital», é o que nós não sabemos *nem podemos* saber.

Assim, apenas temos o direito de falar da extinção inevitável do Estado, sublinhando a duração desse processo, a sua dependência da rapidez com que se desenvolva a *fase superior* do comunismo, e deixando completamente em suspenso o problema dos prazos ou das formas concretas daquela extinção. É que os dados que nos permitissem delimitar tais problemas *não existem.*

O Estado poderá extinguir-se completamente quando a sociedade tiver realizado o princípio: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades», isto é, quando os homens estiverem tão habituados a respeitar as regras fundamentais da vida em sociedade e o seu trabalho se tiver tornado tão produtivo que eles trabalhem voluntàriamente *segundo as suas capacidades.* «O horizonte limitado do direito burguês», que obriga a calcular com a aspereza de um Shylock: «Não terei eu trabalhado mais meia hora do que o vizinho? Não terei eu recebido um salário inferior ao dele?» — este horizonte limitado será então ultrapassado. A repar-

tição dos produtos não mais exigirá então o racionamento, por parte da sociedade, dos produtos entregues a cada um; cada um se abastecerá livremente segundo as «suas necessidades».

Do ponto de vista burguês, é fácil qualificar um tal regime social como «pura utopia» e escarnecer dos socialistas que prometem a cada cidadão o direito do receber da sociedade, sem qualquer controle do seu trabalho, tanto quanto ele desejar de trufas, de automóveis, de pianos, etc. É as zombarias desta natureza que se limita hoje ainda a maior parte dos «sábios» burgueses, que por essa forma revelam a sua ignorância e a sua mentalidade de defensores interessados do capitalismo.

A sua ignorância, porque não veio ao espírito de nenhum socialista a ideia de «prometer» o advento da fase superior do comunismo; quanto à *precisão* do seu advento por parte dos grandes socialistas, ele pressupõe uma produtividade de trabalho diferente do actual e o *desaparecimento* do homem médio de *hoje* capaz, como os seminaristas de Pomialovski [19], de esbanjar, «por brincadeira», as riquezas públicas e de exigir o impossível.

Com vista ao advento da fase «superior» do comunismo, os socialistas reclamam que a sociedade e *o Estado exerçam o mais rigoroso* controle da medida do trabalho e da medida do consumo; mas este controle deve *começar* pela expropriação dos capitalistas, pelo controle dos capitalistas pelos operários, e deve ser exercido, não pelo Estado dos funcionários, mas pelo Estado dos *operários armados*.

A defesa interessada do capitalismo pelos ideólogos burgueses e os seus caudatários, tais como os Tsérétéli, os Tchernov e C.ª) consiste precisamente em *escamotear*, por meio de discussões e de frases acerca de um futuro longínquo, a questão de candente actualidade da política *de hoje:* a expropriação dos capitalistas, a transformação de *todos* os cidadãos em trabalhadores e empre-

gados dum grande «cartel» *único*, a saber: o Estado inteiro, e a subordinação absoluta de todo o trabalho de todo este cartel a um Estado verdadeiramente democrático, *ao Estado dos Sovietes dos deputados operários e soldados*.

No fundo, quando um sábio professor e, na sua esteira, um filistino, os Tsérétéli e os Tchernov falam das utopias insensatas, das promessas demagógicas dos bolcheviques, da impossibilidade de «instaurar» o socialismo, eles sonham precisamente com esse estádio ou fase superior do comunismo que jamais alguém prometeu ou sequer teve o desígnio de «instaurar», porque, de uma maneira geral, é impossível «instaurá-la».

Abordamos aqui o problema da distinção científica entre socialismo e comunismo, tocada por Engels na passagem anteriormente citada acerca da impropriedade da qualificação de «social-democratas». Sob o aspecto político, a diferença entre a primeira fase, ou fase inferior, e a fase superior do comunismo será certamente considerável com o tempo; mas hoje, em regime capitalista, seria ridículo dar-lhe importância, e apenas talvez alguns anarquistas a poderiam colocar em primeiro plano (se é que subsistem ainda entre os anarquistas pessoas que nada tenham aprendido com a metamorfose «plekhanovista» dos Kropotkine, dos Grave, dos Cornélissen e outras «estrelas» do anarquismo em social-chauvinistas ou em anarquistas-truncados, segundo a expressão de Gay, um dos raros anarquistas que conservaram a honra e a consciência).

Mas a diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. Ao que vulgarmente se chama socialismo, chamou Marx a «primeira» fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade *comum*, a palavra «comunismo» igualmente se pode aplicar-lhe, sob condição de não se esquecer que esse *não é* o comunismo integral. O grande mérito das explicações de Marx é de aplicar, ainda aqui, de maneira consequente, a dialética materia-

lista, a teoria da evolução, e de considerar o comunismo como qualquer coisa que se desenvolve *a partir* do capitalismo. Em lugar de se agarrar a definições «imaginadas», escolásticas e artificiais, a estéreis querelas de palavras (o que é o socialismo? o que é o comunismo?), Marx analisa aquilo que se poderia chamar os graus da maturidade económica do comunismo.

Na sua primeira fase, no seu primeiro grau, o comunismo *não* pode ainda, sob o ponto de vista económico, estar completamente amadurecido, completamente liberto das tradições ou dos vestígios do capitalismo. Daí, esse fenómeno interessante que é a perduração do «horizonte limitado do direito *burguês*», em regime comunista, na primeira fase deste. Com efeito, o direito burguês, no que respeita a repartição dos objectos de *consumo*, pressupõe necessàriamente um *Estado burguês*, porque o direito não é nada sem um aparelho capaz de *obrigar* à observância das suas normas.

Segue-se que em regime comunista subsistem, durante um certo tempo, não apenas o direito burguês mas também o Estado burguês — sem burguesia!

Isto pode parecer um paradoxo ou um simples jogo dialético do espírito, o que frequentemente censuram no marxismo aqueles que nunca se deram ao trabalho de estudá-lo, pouco que fosse, na sua substância eminentemente profunda.

Na realidade, a vida mostra-nos a cada passo, na natureza e na sociedade, vestígios do passado que subsistem no presente. E não foi de uma forma arbitrária que Marx inseriu no comunismo uma parcela do direito «burguês»; ele mais não fez do que constatar aquilo que, económica e polìticamente, e inevitável numa sociedade saída das *entranhas* do capitalismo.

A democracia tem uma importância enorme na luta que a classe operária conduz contra os capitalistas para a sua emancipação. Mas a democracia não é do modo algum um limite intransponível; ela não é mais que

uma etapa do caminho do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o comunismo.

Democracia quer dizer igualdade. Concebe-se o alcance imenso que tem a luta do proletariado pela igualdade e a consigna da igualdade, com a condição de se compreender esta última exactamente, no sentido da supressão das *classes*. Mas democracia significa sòmente igualdade *formal*. E, quando for realizada a igualdade de todos os membros da sociedade *em relação* à apropriação dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho, a igualdade do salário, ver-se-á levantar inevitàvelmente perante a humanidade o problema da realização de um novo progresso a fim de passar da igualdade formal para a igualdade real, isto é, para a realização deste princípio: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades».

Por que etapas, por que medidas práticas a humanidade se encaminhará para este fim supremo, não o sabemos nem podemos saber. Mas o que importa é ver a imensa mentira contida na ideia burguesa corrente segundo a qual o socialismo é qualquer coisa morta, petrificada, conseguida de uma vez para sempre, quando na realidade é *sòmente* com o socialismo que começará em todos os domínios da vida social e privada um movimento de progresso rápido, efectivo, tendo verdadeiramente um carácter de massa e no qual participará de início a *maioria*, depois a totalidade da população.

A democracia é uma forma do Estado, uma das suas variantes. Ela é pois, como qualquer Estado, a aplicação organizada, sistemática, da coacção sobre os homens. Isto, por um lado. Mas, por outro, ela significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de a administrar. Segue-se daí que em certo grau do seu desenvolvimento, a democracia, em primeiro lugar, une o proletariado, a classe revolucionária anticapitalista, e permite-lhe quebrar, reduzir a migalhas, fazer desaparecer da superfície da terra a máquina de Estado bur-

guesa, nem que seja republicana-burguesa, o exército permanente, a polícia, a burocracia, e substituí-las por uma máquina de Estado *mais* democrática, mas que nem por isso deixa de ser uma máquina de Estado, sob a forma das massas operárias armadas, depois, progressivamente, do povo inteiro participando na milícia.

Neste ponto, «a quantidade transforma-se em qualidade»: chegado a *este* grau, o democratismo sai do quadro da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se *todos* participam realmente na gestão do Estado, o capitalismo não se pode manter mais tempo. E o desenvolvimento do capitalismo cria, por seu turno, as *premissas* necessárias para que «todos» *possam* realmente participar na gestão do Estado. Estas premissas são, entre outras, a instrução-geral já realizada por vários países capitalistas dos mais avançados, em seguida «a educação e a formação na disciplina» de milhões de operários pelo aparelho socializado, enorme e complexo, dos correios, dos caminhos de ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos bancos, etc., etc.

Com tais premissas *económicas*, pode-se muito bem, após ter derrubado os capitalistas e os funcionários, substituí-los imediatamente, de um dia para o outro, pelo *controle* da produção e da repartição; pelo *registo* do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, por todo o povo armado. (É preciso não confundir o problema do controle e do registo com o problema do pessoal detentor de uma formação científica, que compreende os engenheiros, os agrónomos, etc.: estes senhores que hoje trabalham sob as ordens dos capitalistas, trabalharão ainda melhor amanhã sob as ordens dos operários armados).

Registo e controle, eis o *essencial* não só para «pôr em marcha» mas também para o funcionamento regular da sociedade comunista na *sua primeira fase*. Nesta, *todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados. *Todos* os cidadãos se tornam empregados e operários *dum único* «cartel» do povo inteiro, do Estado. O importante é

conseguir que eles forneçam um esforço igual, observem exactamente a medida de trabalho e recebam um salário igual. O registo e o controle neste domínio foram *simplificados* ao máximo pelo capitalismo, que os reduziu às mais simplificadas operações de fiscalização e inscrição e à entrega dos correspondentes recibos, tudo coisas ao alcance de quem quer que saiba ler e escrever e conheça as quatros regras de aritmética *.

Quando a *maioria* do povo proceder por sua própria iniciativa e generalizadamente a esse registo, a esse controle dos capitalistas (transformados doravante em empregados) e dos senhores intelectuais que tiverem conservado as suas práticas capitalistas, então um tal controle será verdadeiramente universal, geral, nacional, e ninguém lhe poderá fugir, seja de que maneira for, «nada mais havendo a fazer».

A sociedade inteira constituirá um único escritório e uma única oficina, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.

Mas esta disciplina de «oficinas» que o proletariado, após ter vencido os capitalistas e derrubado os exploradores, tornará extensiva a toda a sociedade, não é de forma alguma o nosso ideal nem o nosso fim último; é simplesmente um *escalão* necessário a fim de desembaraçar, radicalmente a sociedade das vilanias e das ignomínias da exploração capitalista e de *assegurar* a marcha *contínua* para a frente.

A partir do momento em que todos os membros da sociedade ou, pelo menos, a sua imensa maioria tenha aprendido a gerir *por si própria* o Estado, tomando todos os assuntos nas suas próprias mãos, e tenha «organizado» o controle sobre a ínfima minoria de capitalistas, sobre

(*)Quando o Estado reduz as suas funções essenciais a um tal registo e a um tal controle deste género efectuados pelos próprios operários, deixa de ser um «Estado político»; as «funções públicas perdem o seu carácter político e transformam-se em simples funções administrativas» (Ver, mais acima, capítulo IV, § 2.°: «A polémica de Engels com os anarquistas»).

os pequenos senhores desejosos de conservar as suas práticas capitalistas e sobre os operários profundamente corrompido pelo capitalismo — a partir desse momento, começa a desaparecer a necessidade de toda a administração em geral.

Quanto mais completa for a democracia, mais próximo estará o momento em que aquela se torna supérflua. E quanto mais democrático for o «Estado» constituído pelos operários armados, que «já não é um Estado no sentido próprio da palavra», mais depressa começará a extinguir-se *todo* o Estado.

Com efeito, quando *todos* tiverem aprendido a administrar e administrem efectivamente eles próprios a produção, quando todos procedam ao registo e ao controle dos parasitas, dos filhos — família, dos gatunos e de outros «guardiões das tradições do capitalismo» — o subtrair-se a esse registo e a esse controle exercido por todo o povo será seguramente de uma dificuldade tão inacreditável e de uma raridade tão excepcional, tal facto acarretará certamente um castigo tão pronto e tão rude (os operários armados têm um sentido prático da vida; não são pequenos intelectuais sentimentais e não permitirão com certeza que se brinque com eles) que a *necessidade* de obsrvar as regras, simples mas essenciais, de toda a sociedade humana tornar-se-á muito ràpidamente um *hábito.*

Então abrir-se-á de par em par a porta que permitirá passar da primeira fase da sociedade comunista para a sua fase superior e, em seguida, para a extinção completa do Estado.

CAPÍTULO VI

O AVILTAMENTO DO MARXISMO PELOS OPORTUNISTAS

O probelma da atitude do Estado em relação à revolução social e da revolução social relativamente ao Estado preocupou muito pouco os teóricos e os publicistas mais destacados da II Internacional (1889 - 1914), como de resto o problema da revolução em geral. Mas o mais característico no desenvolvimento gradual do oportunismo, que conduziu à falência da II Internacional em 1914, é que, mesmo quando este problema se colocava frontalmente, *faziam-se esforços para o ladear*, ou ignoravam-no totalmente.

De uma maneira geral, pode dizer-se que a *tendência para iludir* o problema da atitude da revolução proletária relativamente ao Estado, tendência proveitosa para o oportunismo que ela alimentava, conduziu à *deformação* do marxismo e ao seu total aviltamento.

A fim de caracterizar, embora resumidamente, esse triste processo, consideremos os teóricos mais em destaque do marxismo: Plékanov e Kautsky.

1. *Polémica de Plékanov com os anarquistas*

Plékanov consagrou à atitude do anarquismo em relação ao socialismo uma brochura especial: *Anarquismo e socialismo*, aparacedia em alemão, em 1894.

Plékanov fez o supremo esforço de tratar este tema, iludindo completamente o problema mais actual, mais canrente e pollticamente mais essencial na luta contra o anarquismo: a atitude da revolução relativamente ao Estado, e o problema do Estado em geral! A sua brochura compreende duas partes: uma parte histórico-literária, encerrando uma documentação preciosa acerca da

evolução das ideias de Stirner, de Proudhon, etc., outra parte completamente filistina, contendo raciocínios do maior mau gosto sobre a impossibilidade de distinguir um anarquista dum bandido.

Esta combinação de temas é arqui-divertida e arqui--característica de toda a atividade de Plékanov na véspera da revolução e durante o período revolucionário na Rússia. Foi precisamente assim que Plékanov apareceu, de 1905 e 1917: meio doutrinário, meio filistino, arrastando-se, em política, a reboque da burguesia.

Vimos que Marx e Engels, polemizando com os anarquistas, puseram sobretudo em relevo, com o maior cuidado, a sua própria maneira de ver acerca da atitude da revolução relativamente ao Estado. Quando publicou, em 1891, a *Crítica do Programa de Gotha* de Marx, Engels escreveu: «Nós (isto é, Engels e Marx) estávamos neste momento dois anos sòmente após o Congresso de Haya da Internacional [20] (o primeiro), em plena batalha contra Bakunine e os anarquistas».

Os anarquistas procuraram apresentar precisamente a Comuna de Paris como uma coisa, por assim dizer, «deles», que confirmava a sua doutrina. Mas eles nada compreenderam dos ensinamentos da Comuna nem da análise que Marx dela fez. Acerca dos problemas políticos concretos: é necessário destruir a velha máquina do Estado? e *por que* deve ela ser substituída? o anarquismo nada forneceu que se aproxime, mesmo de leve, da verdade.

Mas tratar o tema «anarquismo e socialismo», iludindo totalmente a questão do Estado, *sem salientar* todo o desenvolvimento do marxismo antes e depois da Comuna, era cair inevitàvelmente no oportunismo. Porque o que interessa sobretudo ao oportunismo é precisamente que os dois problemas que acabamos de indicar *não sejam* colocados por forma alguma. Isso é *já* uma vitória para o oportunismo.

2. *Polémica de Kautsky com os oportunistas*

A literatura russa possui, sem dúvida alguma, infinitamente mais traduções das obras de Kautsky que qualquer outra língua. Não é sem razão que certos social-democratas alemães dizem, gracejando, que Kautsky é mais lido na Rússia do que na Alemanha. (Seja dito entre parêntesis, há, neste gracejo, uma outra verdade histórica mais profunda que aqueles que o lançaram não suspeitam, a saber: tendo encomendado em 1905 uma quantidade extremamente elevada, sem precedents, das melhores obras da melhor literatura social-democrata do mundo, e tendo recebido um número invulgar nos outros países de traduções e de edições dessas obras, os operários russos transplantaram, por assim dizer, desta maneira, num ritmo acelerado, para o solo jovem do nosso movimento proletário, a experiência considerável de um país vizinho mais avançado).

Kautsky é conhecido entre nós pela sua exposição popular do marxismo e sobretudo pela sua polémica contra os oportunistas, com Bernstein à cabeça. Há entretanto um facto quase ignorado, mas que não se pode passar em silêncio se nos propomos a tarefa de analisar a maneira como foi possvel Kautsky ter resvalado para esta confusão de ideias incrìvelmente vergonhosas e para a defesa do social-chauvinismo no decurso da grande crise de 1914-1915. Esse facto é o de que, antes de se erguer contra os representantes mais em destaque do oportunismo na França (Millerand e Jaurès) e na Alemanha (Bernstein), Kautsky havia manifestado hesitações muito grandes. O jornal marxista *Zaria* [21], que apareceu em Stuttgart, de 1901 a 1902, e que defendia as ideias revolucionárias proletárias, teve de *polemizar* com Kautsky e de classificar como «revolução-cauchu» a revolução bastarda, evasiva e conciliadora relativa aos oportunistas que ela propôs ao Congresso socialista internacional de Paris, em 1900 [22]. Foram publicadas na Alemanha cartas de Kautsky que revelam exitações nada

menores antes de ele ter entrado em luta contra Bernstein. Coisa infinitamente mais grave ainda: até na sua polémica com os oportunistas, na sua maneira de colocar e de tratar o problema, nós verificamos presentemente, ao estudar a *história* da recente traição de Kautsky em relação ao marxismo, um desvio constante no sentido do oportunismo, precisamente quanto ao problema do Estado.

Tomemos a primeira obra importante de Kautsky contra o oportunismo, o seu livro *Bernstein e o programa social-democrata.* Kautsky refuta minuciosamente Bernstein. Mas eis o que aqui há de caracterstico. Nas suas *Precissas do Socialismo,* obra que o celebrizou à maneira de Erostrates, Bernstein acusa o marxismo de «blanquismo» (acusação retomada mil vezes, desde então, pelos oportunistas e pelos burgueses liberais da Rússia contra os representantes do marxismo revolucionário, os bolcheviques). Aí, Bernstein detém-se especialmente acerca da *Guerra Civil em França,* de Marx; e tenta, sem o conseguir de modo algum, como já vimos, identificar a maneira de ver de Marx sobre os ensinamentos da Comuna com a de Proudhon. O que chama sobretudo a atenção de Bernstein é a conclusão que Marx sublinhou no prefácio de 1872 ao *Manifesto Comunista,* em que diz: «A classe operária não deve contentar-se com apoderar-se da máquina do Estado completa e com a pôr a funcionar por sua própria conta».

Esta fórmula «agrada» de tal modo a Bernstein que ele repete-a, pelo menos, três vezes no seu livro, interpretando-a com um sentido inteiramente deformado, oportunista.

Como se viu, Marx quer dizer que a classe operária deve *destruir, demolir, fazer saltar (Sprengung,* explosão — a expressão é de Engels) toda a máquina estatual. Ora, segundo Berstein, Marx teria com estas palavras acautelada a classe operária *contra* um ardor demasiado revolucionário aquando da tomada do poder.

Seria difcil imaginar deformação mais grosseira, mais escandalosa, do pensamento de Marx.

E como procedeu Kautsky na sua refutação tão minuciosa desta «bernsteinada»?

Ele eximiu-se a analisar em toda a profundidade a deformação infligida, neste ponto, ao marxismo, pelos oportunistas. Reproduziu a passagem citada mais acima do prefácio de Engels à *Guerra Civil* de Marx, afirmando que, segundo Marx, a classe operária não pode *contestar-se* com tomar a máquina estatal *completa,* mas que, em geral, *pode* apropriar-se dela, e nada mais disse sobre o assunto. Que Bernstein tenha atribuido a Marx *justamente o contrário* do verdadeiro pensamento deste e que, desde 1852, Marx tenha apontado à revolução proletária a tarefa de «destruir» a máquina estatal — acerca de tudo isso Kautsky não diz uma palavra.

E daí resulta que o que distingue fundamentalmente o marxismo do oportunismo quanto ao problema das tarefas da revolução proletária e encontra escamoteado por Kautsky!

«Nós podemos com toda a tranquilidade, escreve Kaustky «*contra*» Bernstein; deixar ao futuro o cuidado de resolver o problema da ditadura do proletariado» (pág. 172 da edição alemã).

Isto não é uma polémica *contra* Bernstein; é, no fundo, uma capitulação perante o oportunismo; porque no momento, os oportunistas nada mais pedem que «deixar com inteira tranquilidade ao futuro» os problemas capitais relativos às tarefas da revolução proletária.

De 1852 a 1891, durante quarenta anos, Marx e Engels ensinaram ao proletariado que ele devia destruir a máquina do Estado. E Kautsyk, em 1899, perante a traição total ao marxismo por parte dos oportunistas acerca deste ponto, *escamoteia o problema* de saber se é necessário *destruir* esta máquina, substituindo-o pelo das formas concretas desta demolição, ele entrincheira-se atrás

da «incontestável» (e estéril) verdade filistina de não nos ser possvel conhecer antecipadamente essas formas concretas!

Um abismo separa Marx de Kautsky quanto à atitude de um e outro relativamente à tarefa do partido proletário, que é preparar a classe operária para a revolução.

Tomemos a obra de Kautsky a seguir, mais amadurecida, igualmente consagrada numa medida notável à refutação dos erros do oportunismo. É a sua brochura *A Revolução Social*. O autor encarou nela especialmente como objecto os problemas da «revolução proletária» e do «regime proletário». Ele carreia uma quantidade de ideias muito preciosas mas *omite* precisamente o problema do Estado. Nesta brochura, aparece sempre o problema da conquista do poder estatal, sem mais nada; o que significa que o autor escolheu uma fórmula que é uma concessão feita aos oportunistas, uma vez que ela *admite* a conquista do poder *sem* a destruição da máquina do Estado. Kautsky *ressuscita* em 1902 precisamente aquilo que, em 1872, Marx declarava «perimido» no programa do *Manifesto Comunista*».

A brochura consagra um captulo especial às «formas e às armas da revolução social». Aí se trata não só da greve política de massas como também da guerra civil e dos «instrumentos de dominação dum grande estado moderno, tais como a burocracia e o exército»; mas nem uma palavra se diz acerca dos ensinamentos que a Comuna já fornecera aos operários. Certamente não foi por acaso que Engels acautelava mais do que ninguém os socialistas alemães, contra a veneração «supersticiosa» do Estado.

Kautsky apresenta assim o problema: o proletariado vitorioso «realizará o programa democrático»; segue-se a exposição dos artigos deste programa. Quanto àquilo que 1871 trouxe de novo relativamente à substituição da democracia burguesa pela democracia proletária nem uma palavra; Kautsky refugia-se em banalidades de aparência «séria», como esta:

«É certo que não chegaremos ao poder nas condições do regime actual. A revolução, ela própria, pressupõe lutas de grande fôlego, duma grande profundidade, que tenham tido tempo para modificar a nossa estrutura política e social actual».

«É certo» seguramente, como é verdade também que os cavalos comem aveia e que o Volga se lança no mar Cáspio. E apenas é de lamentar que, com a ajuda duma frase oca e enfática acerca da luta «de uma grande profundidade», se *iluda* um problema vital para o proletariado revolucionário, que é o de saber *em que* consiste a «profundidade» da *sua* revolução relativamente ao Estado e à democracia, em contraste com as revoluções anteriores, não proletárias.

Iludindo este problema, Kautsky faz *na realidade* uma concessão ao oportunismo acerca deste ponto capital; declara-lhe uma guerra formidável *em palavras*, acentua a importância da «ideia de revolução» (mas o que pode valer esta «ideia» quando se tem medo de propagar entre os operários os ensinamentos concretos da revolução?), ou então diz: «O idealismo revolucionário antes do mais», ou proclama que hoje os operários britânicos não são «mais do que pequenos burgueses».

«Na sociedade socialista, escreve Kautsky, podem coexistir... as formas mais variadas de empresas: burocráticas (??), trade-unionistas, cooperativas, individuais... há, por exemplo, empresas que não podem dispensar uma organização burocrática (??), tal como os caminhos de ferro. Aqui, a organização democrática pode revestir o aspecto seguinte: os operários elegerão delegados que formarão uma espécie de Parlamento que tenha por missão estabelecer o regime do trabalho e fiscalizar o funcionamento do aparelho burocrático. Outras explorações podem ser fundadas sobre o princípio da cooperação,

(pp. 148 e 155 da tradução russa publicada em Genève, em 1903).

Esta fórmula é errada; ela marca um recuo em relação aos esclarecimentos que Marx e Engels davam em 1870 e 1880, inspirando-se nos ensinamentos da Comuna.

No que respeita a necessidade duma organização pretensamente «burocrática», os caminhos de ferro não se distinguem rigorosamente em nada de todas as empresas da grande indústria mecanizada em geral, não importa de que fábrica, de um grande armazém ou de uma grande exploração agrícola capitalista. Em todas estas empresas, a técnica prescreve uma disciplina absolutamente rigorosa, a maior pontualidade na realização da parte de trabalho atribuída a cada um, sob pena de paralisação de toda a empresa ou de deterioração dos maquinismos ou do produto fabricado. Em todas estas empresas, evidentemente, os operários «elegerão delegados que formarão *uma espécie de Parlamnto*».

Mas o ponto importante neste caso é que esta «espécie de Parlamento» *não será* um parlamento no sentido das instituições parlamentares burguesas. O ponto importante é que esta «espécie de Parlamento» *não* se contentará de *forma alguma* com «estabelecer o regime do trabalho e fiscalizar o funcionamento do aparelho burocrático», como idealiza Kautsky, cujo pensamento não ultrapassa o quadro do parlamentarismo burguês. É certo que na sociedade socialista uma «espécie de parlamento» composto por deputados operários «estabelecerá o regime do trabalho e fiscalizará o funcionamento» do «aparelho», *mas* esse aparelho *não será* «burocrático». Os operários, após terem conquistado o poder político, destruirão o velho aparelho burocrático, demoli-lo-ão até aos fundamentos, não deixarão dele pedra sobre pedra e substituí-lo-ão por um novo aparelho, abrangendo esses mesmos operários e empregados. A fim *de impedir* que estes se tornem burocratas, tomar-se-ão imediatamente medidas

minuciosamente estudadas por Marx e Engels: 1. — elegibilidade, mas também revogabilidade a todo o momento; 2. — um salário que não será superior ao de um operário; 3. — adopção imediata de medidas a fim de que *todos* desempenhem funções de controle e de fiscalização, a fim de que *todos* sejam durante algum tempo «burocratas» e que, por esse facto, *ninguém* se possa tornar «burocrata».

Kautsky não reflectiu de modo nenhum sobre o sentido destas palavras: «A Comuna não era um organismo parlamentar mas um corpo activo, simultâneamente executivo e legislativo».

Kautsky não compreendeu absolutamente nada da diferença entre o parlamentarismo burguês—que une a democracia *(não para o povo)* à burocracia *(contra o povo)* — e o democratismo proletário, o qual tomará imediatamente medidas para cortar a burocracia pela raiz e que será capaz de as aplicar até ao fim, até à destruição completa da burocracia, até ao estabelecimento completo de uma democracia para o povo.

Kautsky deu provas aqui, como em tantas outras vezes, de um «respeito supersticioso» em relação ao Estado, de uma «veneração supersticiosa» pela burocracia.

Passemos à última e melhor obra de Kautsky contra os oportunistas, à sua brochura *O Caminho do Poder* (parece que não foi editada em russo, porque ela apareceu em 1909, no auge da reacção na Rússia). Esta brochura marca um grande progresso, porque ela não trata nem do programa revolucionário em geral, como a brochura de 1899 dirigida contra Bernstein, nem das tarefas da revolução social independentemente da época do seu advento, como a brochura *A Revolução Social,* de 1902, mas sim das condições concretas que nos obrigam a reconhecer que a «era das revoluções» *começa.*

O autor fala explìcitamente do agravamento das contradições de classe em geral e do imperialismo, o qual desempenha a este respeito um papel particularmente importante. Após o «período revolucionário de 1789 a

1871» para a Europa ocidental, o ano de 1905 inaugura um período análogo para o Leste. A guerra mundial aproxima-se com uma rapidez formidável. «Não mais haverá para o proletariado o problema de uma revolução prematura». «Nós entramos no período revolucionário». «A era revolucionária começa».

Declarações perfeitamente claras. Esta brochura de Kautsky permite comparar o que a social-democracia alemã *prometia ser* antes da guerra imperialista com aquilo em que ela caiu (e Kautsky com ela) após a guerra ter eclodido. «A situação actual, escrevia Kautsky na brochura em análise, comporta um perigo; o de fàcilmente nos poderem tomar (a nós, social democratas-alemães) por mais moderados do que o que na realidade somos». Depressa se mostrou que o Partido social-democrata alemão era na realidade infinatamente mais moderado e mais oportunista do que o parecia!

Isto é tanto mais característico quanto é certo que, após ter proclamado tão categòricamente que a era das revoluções estava aberta, Kautsky, numa brochura todavia especialmente consagrada, como ele próprio diz, à análise do problema da «revolução *política*», deixa de novo completamente de parte a questão do Estado.

Todas estas tentativas para ladear a questão, todos estes silêncios e reticências tiveram como resultado inevitável a ligação completa ao oportunismo de que iremos falar a seguir.

A social-democracia alemã parecia proclamar pela boca de Kautsky: eu conservo as minhas concepções revolucionárias (1899); reconheço especialmente que a revolução social do proletariado é inevitável (1902); reconheço que uma nova era de revoluções está aberta (1909). Mas a partir do momento em que se coloca o problema das tarefas da revolução proletária relativamente ao Estado, faço um recuo em relação ao que Marx dizia já em 1852 (1912).

É assim que a questão se colocou de frente a quando da polémica de Kautsky com Pannekoek.

3. *Polémica de Kautsky com Pannekoek*

Pannekoek, adversário de Kautsky, era um dos representantes da tendência «radical da esquerda», que contava nas suas fileiras Rosa Luxemburgo, Karl Radek e outros ainda. Preconizando a táctica revolucionária, eles eram concordes em reconhecer que Kautsky adoptava uma posição «centrista», despida de princípios, e oscilava entre o marxismo e o oportunismo. A justeza desta apreciação foi plenamente demonstrada pela guerra, quando a tendência dita «do centro» (qualificada erradamente como marxista) ou «Kautskista», se revelou com toda a sua vergonhosa indigência.

No seu artigo «A acção de massas e a revolução» *(Neue Zeit,* 1912, XXX, 2), que trata, entre outros, do problema do Estado, Pannekoek definia a posição de Kautsky como um «radicalismo passivo», como uma «teoria da espera inactiva».

«Kautsky não quer ver o processus da revolução» (pág. 616). Colocando asim o problema, Pannekoek abordou o assunto que nos interessa: as tarefas da revolução proletária em relação ao Estado.

«A luta do proletariado, escrevia ele, não é apenas uma luta contra a burguesia *pelo* poder do Estado; é uma luta *contra* o poder do Estado... A revolução proletária consiste em destruir os instrumentos da força do Estado e eliminá-los *(Auflösung,* literalmente: dissolver) com os instrumentos da força do proletariado... A luta só termina quando for atingido o resultado final, no momento em que a organização do Estado esteja absolutamente destruída. A organização da maioria demonstra a sua superioridade destruindo a organização da minoria dominante» (pág. 548).

A fórmula com que Pannekoek revestiu o seu pensamento padece de graves defeitos. Apesar disso, a ideia é clara, e é interessante ver *como* Kautsky procurou refutá-la.

«Até aqui, escreve ele, a posição entre os social-democratas e os anarquistas consiste em que os primeiros queriam conquistar o poder do Estado e os segundos destruí-lo. Pannekoek quer uma e outra coisa» (pág. 724).

À exposição de Pannekoek falta clareza e precisão (sem considerarmos outros defeitos do seu artigo, que não se relacionam com o assunto tratado); mas Kautsky agarrou a questão de *princípio* levantada por Pannekoek e, *nesta questão fundamental de princípio,* abandona completamente as posições do marxismo para passar inteiramente para o oportunismo. A distinção que estabelece entre social-democratas e anarquistas é completamente errada; o marxismo é definitivamente desnaturado e aviltado.

Eis o que distingue os marxistas dos anarquistas: — 1.º — Os primeiros, propondo-se suprimir completamente o Estado, não julgam isso realizável senão depois da supressão das classes pela revolução socialista, como resultado da instauração do socialismo que conduz ao desaparecimento do Estado; os segundos pretendem a supressão completa do Estado, de um dia para o outro, sem compreender as condições que a tornam possível. 2.º — Os primeiros proclamam a necessidade de o proletariado, após ter conquistado o poder político, destruir completamente a velha máquina do Estado, substituindo-a por uma nova, que consiste na organização dos operários armados, segundo o modelo da Comuna; os segundos, pugnando afincadamente pela destruição da máquina do Estado, só muito confusamente concebem

aquilo por que o proletariado a substituirá e *como* ele usará do poder revolucionário; os anarquistas vão até ao ponto de rejeitar a utilização do poder do Estado por parte do proletariado revolucionário, até ao ponto de rejeitar a ditadura revolucionária. 3.º — Os primeiros querem que o proletariado se prepare para a revolução, utilizando o Estado moderno; os anarquistas são contra esta maneira de proceder.

Nesta discussão, é Pannekoek quem representa o marxismo contra Kautsky, porque Marx ensinou precisamente que o proletariado não se pode contentar com conquistar o poder político do Estado (no sentido de que o velho aparelho de Estado não deve passar apenas para outras mãos), mas que ele deve destruir, demolir aquele aparelho, e substituí-lo por um novo.

Kautsky troca o marxismo pelo oportunismo, porque escamoteia por completo precisamente esta destruição da máquina do Estado, o que é absolutamente inaceitável para os oportunistas e deixa assim a estes últimos uma escapatória que lhes permite interpretar a conquista do poder como uma simples aquisição da maioria.

A fim de dissimular esta deformação do marxismo, Kautsky age como bom glosador: trata-se duma «citação» do próprio Marx. Marx afirmava em 1850 a necessidade duma «centralização resoluta da força entre as mãos do Estado». E Kautsky logo se mostra triunfante: não quereria Pannekoek destruir o «centralismo»?

Simples malabarismo que lembra o de Bernstein ao identificar as maneiras de ver do marxismo e do proudhonismo acerca da federação julgada preferível ao centralismo.

A «citação» de Kautsky ocorre como cabelos na sopa. O centralismo é possível tanto com a velha máquina do Estado como com a nova. Se os operários unirem livremente as suas forças armadas, isso será centralismo; mas este assentará sobre a «destruição completa» do aparelho de Estado centralista, do exército permanente, da polícia, da burocacia. Kautsky age duma maneira

inteiramente desonesta, iludindo as considerações bem conhecidas de Marx e Engels acerca da Comuna, para ir desenterrar uma citação que nada tem a ver com a questão.

«...Quererá Pannekoek suprimir as funções públicas dos funcionários? — prossegue Kautsky. Mas nós não podemos dispensar os funcionários nem na organização do partido nem na organização dos sindicatos, sem falar nas administrações do Estado. O nosso programa reclama não a supressão dos funcionários do Estado, mas a sua eleição pelo povo...» «Trata-se, presentemente, entre nós, não de saber a forma que revestirá o aparelho administrativo no «Estado futuro», mas de saber se a nossa luta política destruirá *(auflöst,* literalmente: dissolverá) o poder do Estado, *antes de o termos conquistado* (sublinhado por Kautsky. Qual é o ministério com os seus funcionários que poderia ser destruído? Ele enumera os ministérios da Instrução pública, da Justiça, das Finanças, da Guerra). Não, nem um só dos ministérios actuais será suprimido pela nova política contra o Governo... Repito, para evitar mal entendidos: não se trata de saber que forma dará ao «Estado futuro» a social-democracia vitoriosa; trata-se de saber como a nossa oposição transformará o Estado actual» (pág. 275).

É uma verdadeira escamoteação. Pannekoek colocava o problema fundamental da *revolução*. O título do seu artigo e as passagens citadas afirmam-no claramente. Saltando para o problema da «oposição», Kautsky nada mais faz do que substituir o ponto de vista revolucionário pelo ponto de vista oportunista. O seu raciocínio reconduz-se a isto: presentemente, oposição; *após* a conquista do poder, pensaremos. *A revolução sumiu-se!* É precisamente o que reclamavam os oportunistas.

Não se trata nem de oposição, nem da luta política em geral, mas precisamente da *revolução.* A revolução consiste nisto: o proletariado *destrói* o «aparelho administativo» e o aparelho de Estado *completo* para o substituir por um novo, que é constituído pelos operários armados. Kautsky denota uma «veneração supersticiosa» pelos «ministérios»; mas por que razão não poderiam eles ser substituídos, por exemplo, por comissões de especialistas junto dos Sovietes soberanos e todo-poderosos de deputados operários e soldados?

O essencial não é saber se os «ministérios» subsistirão ou se serão substituídos por «comissões de especialistas» ou por outros organismos; isso não tem absolutamente nenhuma importância. O essencial é saber se a velha máquina de Estado (ligada à burguesia por milhares de liames e completamente imbuída de rotina e de conservantismo) será mantida ou se será *destruída* e substituída por uma *nova.* A revolução não deve conduzir a que a nova classe comande e governe com a ajuda da *velha* máquina de Estado, mas sim a que, após a ter *destruído,* ele comande e governe com a ajuda duma máquina *nova;* é esta ideia *fundamental* do marxismo que Kautsky escamoteia ou não compreendeu inteiramente.

A sua interrogação relativamente aos funcionários mostra com toda a evidência que ele não compreendeu nem os ensinamentos da Comuna nem a doutrina de Marx. «Nós não passamos sem funcionários nem na organização do partido, nem na dos sindicatos»...

Nós não passamos sem funcionários *em regime capitalista,* sob a *dominação da burguesia.* O proletariado é oprimido, as massas trabalhadoras são escravizadas pelo capitalismo. Em regime capitalista, a democracia é apertada, comprimida, truncada, mutilada pela ambiência que a escravatura assalariada, a necessidade e a miséria das massas criam. É por esta razão, e sòmente por esta razão, que nas nossas organizações políticas e sindicais os funcionários são comprimidos (ou, mais exactamente,

têm tendência para sê-lo) pela ambiência capitalista e manifestam uma tendência para se transformar em burocratas, isto é, em personagens privilegiadas, desligadas das massas e colocadas *acima* delas.

Nisto reside a *essência* do burocratismo. Enquanto os capitalistas não forem expropriados, enquanto a burguesia não for derrubada, é inevitável uma certa «burocratização» dos *próprios* funcionários do proletariado.

Kautsky diz isto em resumo: visto subsistirem funcionários públicos eleitos, haverá portanto também em regime socialista funcionários e uma burocracia! É isso precisamente que é falso. Precisamente com o exemplo da Comuna, Marx mostrou que os titulares das funções públicas, em regime socialista, deixam de ser «burocratas», deixam de ser «funcionários» *à medida* que, *sem falar* da sua elegibilidade, se estabelece *além disso* a sua revogabilidade a todo o momento, se reduz *além disso* o seu vencimento a um salário médio de operário, e que *além de tudo isso* se substituem os organismos parlamentares por corpos «activos», «simultâneamente executivos e legislativos».

No fundo, toda a argumentação de Kautsky contra Pannekoek, e sobretudo o argumento admirável de que nas organizações sindicais, como nas do partido, não se pode passar sem funcionários, atestam que Kautsky retoma os velhos «argumentos» de Bernstein contra o marxismo em geral. No seu livro de renegado, *As Premissas do Socialismo,* Bernstein entra em guerra contra a ideia de democracia «primitiva», contra o que ele qualifica como o «democratismo doutrinário»: mandatos imperativos, funcionários não retribuídos, representação central sem poderes, etc. A fim de provar a carência desta democracia «primitiva», Bernstein invoca a experiência das trade-unions inglesas, interpretada pelos esposos Webb. No decurso dos setenta anos do seu desenvolvimento, as *trade-unions,* que pretensamente teriam evoluído «em plena liberdade» (pág. 137 da edição alemã), ter-se-iam convencido da ineficácia da democracia

primitiva e tê-la-iam substituído pelo habitual parlamentarismo aliado ao burocratismo.

Na realidade, as *trade-unions* não evoluíram «em plena liberdade», *mas sim em plena escravatura capitalista,* na qual, com toda a certeza, «*não se poderiam evitar*» as concessões ao mal reinante, à violência, à mentira, à eliminação dos pobres da administração «superior». Em regime socialista, muitos aspectos da «democracia primitiva» reviverão necessàriamente, porque, pela primeira vez na história das sociedades civilizadas, a *massa* da população se elevará a uma participação *autónoma,* não apenas nos votos e eleições, *mas também na administração diária.* Em regime socialista, *toda a gente* governará na sua vez e depressa se habituará a que ninguém governe.

Com o seu genial espírito de análise e de crítica, Marx viu nas medidas práticas da Comuna esta *reviravolta* que os oportunistas tanto temem e não querem reconhecer por cobardia e por se recusarem a romper definitivamente com a burguesia; e que os anarquistas não querem ver, quer por se apressarem muito quer porque, em geral, eles não compreendem as condições em que se operam as grandes transformações sociais. «Não se deve mesmo sonhar em destruir a velha máquina do Estado: como poderíamos passar sem ministérios e sem funcionários?», discorre o oportunista imbuído de filistinismo e o qual, no fundo, longe de acreditar na revolução e no seu poder criador, tem um medo mortal dela (como têm medo dela os nossos mencheviques e os nossos socialistas-revolucionários).

«Deve-se pensar *ùnicamente* na destruição da velha máquina do Estado; é inútil aprofundar os ensinamentos *concretos* das revoluções proletárias anteriores e analisar *pelo que* e *como* substituir o que se destrói», discorre o anarquista (o melhor de entre os anarquistas, naturalmente, e não aquele que, na esteira de Kropotkine e consortes, vai a reboque da burguesia); é por isso que o anarquista acaba na táctica do *desespero* e não numa actividade revolucionária concreta, intrépida, inexorável,

mas que tome em conta ao mesmo tempo as condições práticas do movimento de massas.

Marx ensina-nos a evitar esses dois erros: ensina-nos a usar da maior audácia na destruição total da máquina do Estado; e ensina-nos por outro lado a colocar o problema duma maneira concreta: a Comuna pôde, em algumas semanas, *começar* a construir uma máquina de Estado *nova,* proletária, procedendo desta e daquela maneira, tomando as medidas rápidas com vista a assegurar uma maior democracia e a extirpar o burocratismo.

Aprendamos portanto com os *communards* a audácia revolucionária, esforcemo-nos para ver nas suas medidas práticas um *esboço* das medidas pràticamente urgentes e imediatamente realizáveis; é assim que conseguiremos, *seguindo este caminho,* destruir completamente o burocratismo.

O que garante a possibilidade desta destruição é que o socialismo reduzirá o dia de trabalho, elevará as *massas* a uma vida nova, colocará a *maior parte* da população em condições que permitam a *todos,* sem excepção, desempenhar as «funções públicas». E é isso que conduzirá à *extinção completa* de todo o Estado em geral.

«...O papel da greve de massas, continua Kaustsky, não pode ser nunca o de *destruir* o poder de Estado, mas apenas o de levar o governo a fazer concessões sobre uma dada questão ou de substituir um governo hostil ao proletariado por um governo que vá ao encontro *(entgegenkommende)* das necessidades do proletariado... Mas nunca e em nenhum caso, isso» (isto é, a vitória do proletariado sobre o governo hostil) «pode conduzir à *destruição* do poder de Estado; dela não pode resultar mais do que um certo *deslocamento (Verschiebung)* da relação das forças no *interior do poder de Estado...* o fim da nossa luta política é portanto, como no pas-

sado, a conquista do poder de Estado pela aquisição da maioria no parlamento e a transformação deste último em senhor da governação» (pp. 726, 727, 732).

Eis aqui bem patente o oportunismo mais puro e mais chão; é renunciar na prática à revolução, reconhecendo-a embora nas palavras. O pensamento de Kaustsky, não ultrapassando o dum «Governo que vá ao encontro das necessidades do proletariado», é um passo atrás para o filistinismo em relação a 1847, quando o *Manifesto Comunista* proclamava «a organização do proletariado em classe dominante».

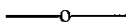
Kautsky ficará reduzido a realizar a «unidade», que ele acarinha, com os Scheidemann, os Plékanov, os Vandervelde, todos unânimes em lutar por um Governo «que vá ao encontro das necessidades do proletariado».

Quanto a nós, romperemos com os renegados do socialismo e lutaremos pela destruição de toda a velha máquina de Estado, a fim de que o proletariado armado *se torne* ele próprio o *governo*. São «duas grandes diferenças».

Kautsky ficará na agradável companhia dos Legien e dos David, dos Plékanov, dos Potressov, dos Tsérétéli e dos Tchernov que não reclamam coisa melhor que lutar por um «deslocamento da relação das forças no interior do poder de Estado», pela «aquisição da maioria no Parlamento e a transformação deste último em senhor absoluto da governação», fins dos mais nobres em que tudo pode ser aceite pelos oportunistas, em que nada sai do quadro da república burguesa parlamentar.

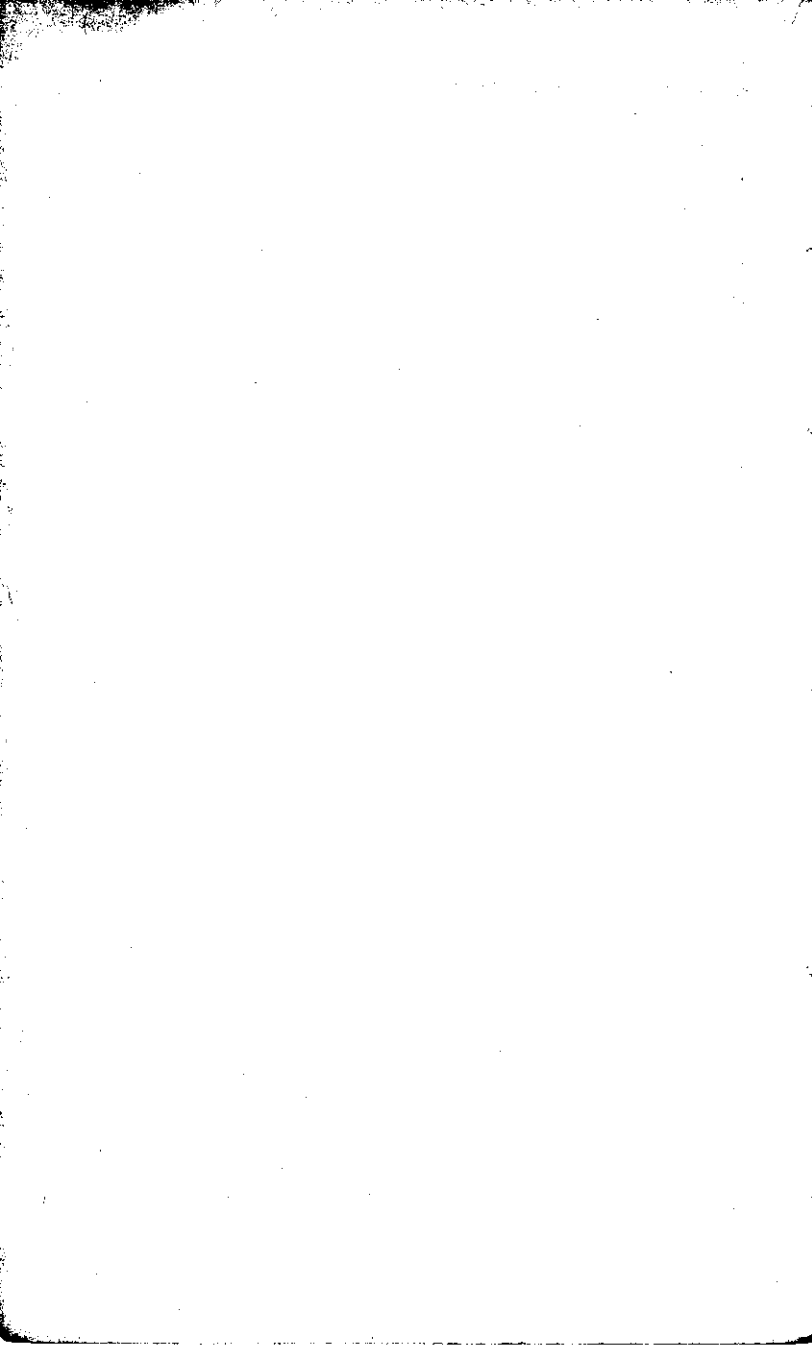
Quanto a nós romperemos com os oportunistas; e o proletariado consciente ficará inteiramente a nosso lado na luta, não para um «deslocamento da relação das forças» mas para o *derrubamento da burguesia*, para a *destruição* do parlamentarismo burguês, para uma república democrática do tipo da Comuna ou uma república dos Sovie-

tes dos deputados operários e soldados, para a ditadura revolucionária do proletariado.

—o—

O socialismo internacional abrange correntes que se situam mais à direita que a de Kautsky: os *Cadernos Socialistas Mensais* [23] na Alemanha (Legien, David, Kolbe e muitos outros, incluindo neles os escandinavos Stauning e Branting); os jauressistas e Vandervelde na França e na Bélgica; Turati, Trèves e os outros representantes da ala direita do partido italiano; os fabianos e os «independentes» (o «Independent Labour Party» que, na realidade, esteve sempre na dependência dos liberais) na Inglaterra [24], etc.... Todos estes senhores, que desempenham um papel considerável e com muita frequência preponderante na actividade parlamentar e nas publicações do partido, rejeitam abertamente a ditadura do proletariado e praticam um oportunismo sem disfarce. Para estes senhores, a «ditadura» do proletariado «contradiz» a democracia!! No fundo, nada de sério os diferencia dos democratas pequeno-burgueses.

Por conseguinte, estamos no direito de concluir que a II Internacional, na imensa maioria dos seus representantes oficiais, caiu inteiramente no oportunismo. A experiência da Comuna não foi apenas esquecida mas desnaturada. Longe de se inculcar nas massas operárias a convicção de que se aproxima o momento em que lhes é necessário agir e destruir a velha máquina de Estado, substituindo-a por uma nova e fazendo assim a sua dominação política a base da transformação socialista da sociedade — sugeria-se-lhes inteiramente o contrário, e a «conquista do poder» era apresentada de tal maneira que ficavam mil brechas abertas ao oportunismo.

A deformação e a conjura do silêncio em torno do problema da atitude da revolução proletária em relação ao Estado não podiam deixar de desempenhar um papel considerável no momento em que os Estados, apetre-

chados com um aparelho militar reforçado em consequência da competição imperialista, se tornaram monstros belicosos que exterminaram milhões de homens, a fim de decidir qual, a Inglaterra ou a Alemanha, o capital financeiro inglês ou o capital alemão reinará sobre o mundo *.

---

* O manuscrito contém a seguir:

«*Capítulo VII*

A EXPERIÊNCIA DAS REVOLUÇÕES RUSSAS DE 1905 E 1917

O assunto indicado no título deste capítulo é tão vasto que poderíamos consagrar-lhe alguns volumes. Na presente brochura, deveremos naturalmente limitar-nos às lições mais importantes da experiência adquirida, que concernem directamente as tarefas do proletariado em relação ao poder do Estado no decurso da revolução». (Acaba aqui o manuscrito. N. R.).

POSFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A presente brochura foi redigida em Agosto e Setembro de 1917. Eu já tinha terminado o plano do capítulo seguinte, o 7.º.
«A Experiência das Revoluções Russas de 1905 e 1917». Mas, além do título, não tive tempo para escrever uma única linha deste capítulo, «impedido» como fiquei pela crise política que assinalou a véspera da Revolução de Outubro de 1917. Não posso senão alegrar-me com tal «impedimento». Mas o segundo fascículo desta brochura (consagrado à *Experiência das Revoluções russas de 1905 e 1917)* deverá sem dúvida ficar para muito mais tarde. É mais agradável e mais útil fazer a «experiência duma revolução» que escrever sobre ela.

O Autor

Petrogrado,

30 de Novembro de 1917

NOTAS

1. *O Estado e a Revolução* foi escrito por Lenine na ilegalidade em Agosto-Setembro de 1917. Desde a segunda metade de 1916, Lenine mostrava a necessidade dum estudo teórico da questão do Estado. Foi também nesta época que ele redigiu uma nota intitulada *A Internacional dos Jovens* (ver: Obras, 4.ª edição russa, tomo 23, págs. 153-156), na qual criticava a posição anti-marxista de Bukarine acerca da questão do Estado e prometia escrever um artigo circunstanciado sobre a atitude do marxismo relativamente ao Estado. Numa carta a Kollontaï, datada de 17 de Fevereiro de 1917, Lenine informa-o já ter quase acabado de reunir a documentação necessária sobre esse assunto. Esses materiais, copiados com uma letra fina e apertada, figuram num caderno de capa azul intitulado *O Marxismo e o Estado*. Nele se encontram reunidas citações extraídas das obras de Marx e de Engels, bem como extractos de livros de Kautsky, Pannekoek e Bernstein, com observações críticas, conclusões e generalizações de Lenine.

O Estado e a Revolução devia conter sete capítulos; mas o capítulo 7.º: «A experiência das Revoluções russas de 1905 e 1917» nunca foi escrito; dele conserva-se apenas um plano minuciosamente elaborado (ver Colecção Lenine, XXI, 1933, pp. 25-26. No que respeita a publicação da sua obra, Lenine escreveu um bilhete dirigido ao editor que «se estivesse muito atrasado quanto ao capítulo sétimo, ou se este aumentasse desmesuradamente, seria necessário publicar os seis primeiros separadamente, como *fascículo primeiro*»...

A primeira página do manuscrito tem o pseudónimo «F. F. Ivanovski». Lenine pensava fazer publicar o seu livro com este pseudónimo, para evitar que o governo provisório o apreendesse. Como a obra apenas apareceu em 1918, tornou-se inútil recorrer a qualquer pseudónimo. Em 1919, foi publicada uma segunda edição do livro, que comporta, no capítulo segundo, uma parte nova: «Como Marx coloca a questão em 1852», acrescentada por Lenine.

2. *Os fabianos*, membros da «Associação fabiana», reformista e oportunista ao extremo, fundada na Inglaterra por um grupo de intelectuais burgueses (1884). A Associação fora baptizada com o nome do romano Fabius, cognominado Cunctactor (o Contemporizador), em virtude da sua táctica circunspecta que consistia em evitar os combates decisivos. A Associação Fabiana era, disse Lenine, a «expressão mais perfeita do oportunismo e da política operária liberal». Os fabianos desviavam o proletariado da luta de classes, prèga-

vam a passagem pacífica, gradual, do capitalismo para o socialismo por meio de reformas. Durante a guerra imperialista mundial (1914-1918), os fabianos situaram-se nas posições do social-chauvinismo. Para a caracterização dos fabianos, ver principalmente, nas Obras de Lenine: «Prefácio à tradução russa do livro: «Cartas de J. Becker, J. Dietzgen, F. Engels, K. Marx, etc., a F. A. Sorge e a outras personagens» (em *Marx-Engels-marxismo*, Edições em línguas estrangeiras, Moscovo, 1954, págs. 223-246; «O Pacifismo inglês e a Antipatia inglesa pela Teoria».

3. Ver F. Engels: *A Origem da família, da Propriedade privada e do Estado*, Edições Sociais, Paris, 1954, págs. 155-156.

4. Ver Engels: *Auti-Dühring*, Edições Sociais, Paris, 1956, pág. 319.

5. *O Programa de Gotha*, programa do partido operário socialista alemão. Foi adoptado em 1875 no Congresso de Gotha, a quando da unificação dos dois partidos socialistas alemães até aí separados: os eisenachianos e os lassalistas. Este programa era profundamente oportunista, porque acerca de todas as questões importantes os eisenachianos tinham feito concessões aos lassalistas e aceitado as fórmulas de Lassalle. Marx e Engels submeteram o programa de Gotha a uma crítica cerrada.

6. Ver K. Marx: *Miséria da Filosofia*, Edições Sociais, Paris, 1947, pág. 135.

7. Ver K. Marx e F. Engels: *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Sociais, Paris, 1957, págs. 25-34.

8. Ver K. Marx: *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, Edições Sociais, Paris, 1948, págs. 256-257.

9. *Die Neue Zeit* (Os Tempos Novos), revista da social--democracia alemã. Publicou-se em Stuttgart, de 1883 a 1923. Entre 1885 e 1895, a *Neue Zeit* publicou artigos de Engels que deu frequentes vezes directrizes à redacção da revista e a criticou severamente quando esta se afastava do marxismo. A partir da segunda metade dos anos 90, após a morte de Engels, a revista publicou sistemàticamente artigos revisionistas. No decurso da guerra imperialista mundial (1914-1918), adoptou uma posição centrista, Kautskista, e apoiou os sociais--chauvinistas.

10. Ver K. Marx e F. Engels : *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Sociais, Paris, 1947, pág. 4.

11. Ver K. Marx. *A Guerra Civil em França*, Edições Sociais, Paris, 1953, págs. 41-42.

12. *Diélo Naroda* (A Causa do Povo), **diário do partido socialista-revolucionário.** Apareceu em Petrogrado, de Março

de 1917 a Junho de 1918, mudando várias vezes de nome. O jornal reapareceu em Outubro de 1918, em Samara (três números), e em Março de 1919, em Moscovo (dez números). Foi então interdito por actividade contra-revolucionária.

13. Ver F. Engels: *A questão do alojamento*, Edições Sociais, Paris, 1957.

14. Trata-se de artigos de K. Marx: *O Indiferentismo político*, e de Engels: *A propósito da Autoridade* (ver: Marx e Engels, Obras, T. XV, 1935, págs. 88-95 e 134-137).

15. *O Programa de Erfurt*, programa da social-democracia alemã, foi adoptado em Outubro de 1891 no Congresso de Erfurt, em substituição do programa de Gotha, de 1875. Os erros do programa de Erfurt foram criticados por Engels na *Contribuição para a crítica do projecto de programa social-democrata de 1891* (ver: *Marx e Engels, Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt*, Edições Sociais, 1950).

16. *Pravda* (Verdade) diário legal bolchevique, que se publica em Petersburgo, e foi fundado pela iniciativa dos operários de Petersburgo em Abril de 1912.

O *Pravda* era um jornal operário de massas, editado graças aos fundos das colectas dos próprios operários. Um extenso círculo de correspondentes e de redactores operários formou-se em volta do jornal. Num ano, ele publicou mais de 11 000 «correspondências» de operários. O *Pravda* era editado numa média de 40 000 exemplares e houve meses em que a sua tiragem diária atingiu 60 000.

Lenine, que se encontrava no estrangeiro, dirigia o *Pravda*, escrevia quase todos os dias para a redacção, dava-lhe directrizes, reunia em torno do jornal as melhores forças literárias do partido. V. Molotov, G. Sverdlov, J. Staline, M. Kalinine tomavam parte activa no trabalho do jornal. Os colaboradores permanentes da redacção eram: M. Olminski, N. Poletaïev, K. Samoïlova, N. Baturine, A. Elizarova, K. Eremeïev; outros ainda, os deputados bolcheviques à 4.ª Duma do Estado, A. Badaev, G. Petrovski, M. Muranov, F. Samoïlov e N. Chagov, colaboraram activamente no *Pravda*.

O *Pravda* era constantemente alvo de perseguições policiais. No decurso do seu primeiro ano de existência, foi apreendido 41 vezes, e foram intentados 36 processos contra os seus redactores que somaram, no total, 47 meses e meio de prisão. Em dois anos e três meses, o *Pravda* foi interdito oito vezes pelo governo tzarista, tendo reaparecido sempre com um novo título: *Rabotchaïa Pravda* (A Verdade Operária), *Severnaïa Pravda*, (A Verdade do Norte), *Pravda Trouda* (A Verdade do Trabalho), *Za Pravdou* (Pela Verdade), *Proletarskaïa Pravda* (A Verdade Proletária), *Pout Pravdy* (O Caminho

da Verdade), *Rabotchi* (O Operário), *Troudovaïa Pravda* (A Verdade do Trabalho), Em 8 (21) de Julho de 1914, nas vésperas da primeira guerra mundial, o jornal foi interdito. A edição do *Pravda* sòmente foi retomada depois da Revolução de Fevereiro. A partir de 5 (18) de Março, começou a aparecer a título de órgão central do P.O.S.D.R. Em 5 (18) de Abril, no seu regresso do estrangeiro, Lenine entrou para a redacção e tomou conta da direcção do jornal. Em 5 (18) de Julho de 1917, a sede do *Pravda* foi saqueada por pupilos-oficiais e cossacos. No período de Julho a Outubro de 1917, o *Pravda*, exposto às perseguições do governo provisório, mudou várias vezes de nome e apareceu sob os títulos de *Listok Pravdy* (A Folha da Verdade), *Proletari* (O Proletário), *Rabotchi* (O Operário), *Rabochi Pout* (O Caminho Operário). A partir de 27 de Outubro (9 de Novembro), o jornal retomou o seu antigo nome.

17. — Trata-se do prefácio escrito por Engels para *A Guerra Civil* em França, de Marx. (Ver: K. Marx, *A Guerra Civil em França*, 1871, Ed. Sociais, Paris, 1953, p. 293).

18. — Ver K. Marx: *Crítica do Programa de Gotha*, Ed. Sociais, Paris, 1950, págs. 33-34.

19. — Os *Seminaristas*, que o escritor russo N. Pomialovski retratou no romance do mesmo nome.

20. — *O Congresso da I.ª Internacional de Haia* reuniu de 2 a 7 de Setembro de 1872. Marx e Engels assistiram a ele. Contava 65 delegados. Na ordem do dia figuravam especialmente os assuntos seguintes: os direitos do Conselho Geral; a actividade política do proletariado. Os trabalhos desenvolveram-se numa atmosfera de luta aguda contra os bakuninistas. O congresso decidiu ampliar os direitos do Conselho Geral. No que concerne a «actividade política do proletariado», declarou na sua resolução que o proletariado devia constituir o seu próprio partido político para assegurar o triunfo da revolução social e que a sua grande tarefa era a conquista do poder político. Neste congresso, Bakunine e Guillaume foram excluídos da Internacional como desorganizadores e fundadores dum novo partido, anti-proletário.

21. — *Zaria* (A Aurora), revista marxista política e científica, editada em 1901-1902, em Stuttgart, pela redacção do jornal *Iskra*. Apareceram dela 4 números, em três distribuições. *Zaria* publicou os seguintes artigos de Lenine: «Notas fortuitas», «Os fanfarrões do Zemstvo e os Anibais do liberalismo», os quatro primeiros capítulos de «A Questão Agrária e as «críticas» de Marx» (sob o título: «Os Srs. «críticos» na questão agrária»), «Horizontes interiores» e «O programa agrário da social-democracia russa».

22. — Trata-se do 5.º Congresso socialista mundial da II Internacional, que reuniu de 23 a 27 de Setembro de 1900, em Paris. Assistiram a ele 791 delegados. A delegação russa era composta de 23 membros. Acerca da questão fundamental — a conquista do poder político pelo proletariado — o congresso adoptou, por maioria, a resolução de que fala Lenine, resolução «conciliadora relativamente aos oportunistas», proposta por Kautsky. O congresso decidiu também criar um Bureau socialista internacional, do qual faziam parte representantes dos partidos socialistas de todos os países e cujo secretariado residiria em Bruxelas.

23. — *Sozialistische Monatshefte* (Cadernos Socialistas Mensais), revista, órgão principal dos oportunistas da social-democracia alemã e um dos órgãos do oportunismo internacional. No decurso da Guerra imperialista mundial (1914-1918), a revista adoptou uma posição social-chauvinista. Publicou-se em Berlim de 1897 a 1933.

24. — *O Independent Labour Party* (Partido Trabalhista Independente) foi fundado em 1893. À sua frente encontrava-se especialmente James Keir Hardie e Ramsay MacDonald. Preconizando a independência política em relação aos partidos burgueses, o I. L. P. era na realidade «independente do socialismo, mas dependente do liberalismo» (Lenine). No decurso da guerra imperialista mundial (1914-1918), o I. L. P. lançou primeiramente um manifesto contra a guerra (13 de Agosto de 1914). Em seguida, em Fevereiro de 1915, na Conferência dos socialistas dos países da Entente que se realizou em Londres, os independentes aderiram à resolução social-chauvinista adoptada nessa Conferência. Desde então, os chefes dos independentes, usando sempre um fraseado pacifista, tomaram uma posição social-chauvinista. Após a fundação da Internacional comunista em 1919, os dirigentes do I. L. P. decidiram, sob a pressão das massas do partido que tinham evoluído para a esquerda, afastar-se da II Internacional. Em 1921, os independentes aderiram à Internacional chamada 2 ½; após o que, tendo-se desagregado esta, se reintegraram na II Internacional.

BIOGRAFIA

O terceiro filho de uma família com seis filhos, Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido por Lenine, nasceu em 9 de Abril de 1870, na cidade de Simbirsk, actualmente Ulianovsk, junto ao Volga.

O pai era inspector do ensino primário. A mãe, filha de um médico da provincia, de ideias avançadas, chamado Blank. O irmão mais velho foi executado em 1887 por ter tomado parte no atentado falhado contra o Czar Alexandre III. Este acontecimento ia ser determinante na sua carreira. Lenine faz o curso secundário em Simbirsk, o qual termina brilhantemente em 1887. No mesmo ano, entra para a Universidade de Kazan a fim de estudar direito, mas é expulso dela, alguns meses mais tarde, por causa da sua atitude política. Tendo-lhe sido fixada residência na província, instala-se em Kokuchka, onde passa uma vida de estudo, antes de obter autorização para regressr a Kazan no Outubro de 1888.

Inicia então o estudo sistemático de Marx e liga-se ao círculo local de estudos marxistas.

A Universidade de Kazan continua, todavia, a ser-lhe interdita. No fim de arrastadas diligências, obtém autorização, não para frequentar a universidade, mas pelo menos para se apresentar aos exames de formatura da Faculdade de Direito de S. Petersburgo.

Num ano, prepara-se e faz as provas dos exames, em 1891, clasificando-se em primeiro lugar. Inscreve-se como estagiário de um advogado de Samara, onde vive na companhia das irmãs e da mãe.

A sua actividade concentra-se sobre o estudo do marxismo e a investigação da aplicação deste ao desenvolvimento económico e político da Rússia. Em 1894, troca Samara por S. Petersburgo, onde começa a sua obra de propaganda.

Deste período datam os primeiros escritos de Lenine, que circulam de mão em mão sob a forma de manuscritos. Trava na Imprensa uma luta teórica contra os falsificadores de Marx. Funda a «União de luta para a emancipação do trabalho», ilegal, que depressa se torna uma importante organização nos meios operários.

Em Dezembro de 1895, Lenine e os seus colaboradores mais próximos são presos. Passa o ano de 1896 na prisão e, em Fevereiro de 1897, é deportado, por um período de 3 anos, para Chuchenskoïé, na Sibéria oriental. Durante o exílio, acaba vários trabalhos, entre os quais a importante obra — *«O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia»*. Casa-se com Nadejda Konstantinovna Krupskaia, sua camarada na «União» de S. Petersburgo, que se viera reunir a ele no degredo.

Regressado do exílio, Lenine de novo corre perigo. A polícia, consciente da força que ele representa, resolve «suprimi-lo fisicamente». Em 16 de Julho de 1900 Lenine sai da Rússia por um período de cinco anos. Na Suíça, encontra-se com Plekanov. Funda um jornal revolucionário, o *Iskra* (A Centelha), cuja redacção é em Munique. Reside em Genève e em Londres.

O Segundo Congresso do partido social-democrata russo (fundado em Minsk, em 1898, por ocasião do Primeiro Congresso) realiza-se em Bruxelas em 1903. O programa de luta estabelecido por Lenine e Plekanov foi aceite, embora o Congresso tenha terminado com célebre cisão entre bolcheviques e mencheviques. Lenine tornou-se o chefe do grupo bolchevique, fulcro do futuro partido comunista da URSS.

A derrota do exército e da marinha na guerra russo-japonesa, em 1905, cria uma situação revolucionária. A execução de trabalhadores em 9 de Janeiro de 1905, a revolta da equipagem do couraçado *Potemkine* em Junho, as greves gerais de Outubro e a criação expontânea de *Sovietes* (concelhos) operários convencem Lenine de ter chegado o momento de agir.

Ele regressa a S. Petersburgo no começo de Novembro de 1905, a fim de preparar um levantamento armado das massas e de instaurar um governo democrático dos trabalhadores e camponeses para libertar o país do czarismo. Mas a revolução falha e é seguida de uma repressão terrível.

Perseguido, em fins de 1907 Lenine vê-se novamente obrigado a emigrar. Só regressará à Rússia em 1917.

Durante os anos que precedem a primeira guerra mundial, residindo em Genève ou em Paris, conduz a luta ideológica em várias frentes: contra os mencheviques, que desejavam a supressão do carácter clandestino do partido; contra os conciliadores, que procuravam adoptar uma posição intermediária entre os bolcheviques e os mencheviques; contra os anarquistas, que se julgavam em condições de abalar a inércia das massas pela prática do terrorismo; contra os bolcheviques extremistas que exigiam uma acção revolucionária imediata.

Em 1908, publica *Materialismo e Empíreo-Criticismo*, a sua obra filosófica mais importante, na qual se propõe demonstrar que os métodos do materialismo histórico de Marx e Engels são confirmados pelo desenvolvimento da ciência e do pensamento científico modernos.

Em 1912, quando os movimentos sociais se acentuam na Rússia, Lenine convoca uma conferência secreta do partido social-democrata para Praga. Esta conferência consuma a rotura entre bolcheviques e mencheviques. Os bolcheviques constituem-se como partido independente. No mesmo ano, aparece

em S. Petersburgo o primeiro número do *Pravda* dirigido por Lenine do estrangeiro.

Logo que eclode a primeira guerra mundial, Lenine encontra-se na Galícia. A polícia austríaca suspeita que ele seja um espião russo. É preso, mas obtém autorização de ir para a Suíça.

Começa uma nova fase da vida de Lenine. Em Novembro de 1914, ele denuncia o carácter imperialista da guerra. Acusa os chefes socialistas europeus de nacionalismo burguês. Promulga um programa para a criação duma nova Internacional. Em 1915 realiza-se a Conferência de Zimmerwald que termina com a votação de uma resolução prescrevendo à classe operária a tarefa de transformar, em todos os países, a guerra imperialista em guerra civil.

No começo de 1917, os acontecimentos precipitam-se na Rússia. Em 27 de Fevereiro de 1917, os operários aos quais se juntam os regimentos da guarnição de S. Petersburgo (transformada em Petrogrado desde 1914) revoltam-se contra o poder, ao mesmo tempo que a frente russa se afunda. Em 3 de Março, o czar Nicolau II abdica. Sucede-lhe um governo provisório de maioria menchevique.

Lenine procura entrar na Rússia. Na companhia de trinta emigrados, abandona a Suíça num vagão selado que transita através da Alemanha. Em 3 de Abril, chega à estação de Finlândia, em Petrogrado, onde a multidão lhe reserva uma recepção entusiástica.

Numa série de discursos, formula as famosas *Teses de Abril* nas quais acentua que o derrubamento do czarismo não representa mais do que a primeira etapa da revolução, sendo tarefa do proletariado a conquista do poder e a reconstrução da sociedade sobre uma base socialista. Estas *Teses* acarretam a oposição tanto dos mencheviques como dos bolcheviques que as consideram um «devaneio». Em Julho, Lenine é obrigado a fugir para a Finlândia.

Os bolcheviques restabelecem a situação em Petrogrado e em Moscovo. Em 8 de Outubro, ele regressa a Petrogrado a fim de mais uma vez dirigir o combate. A maioria bolchevique, acompanhada pela ala esquerda socialista, delega o poder nos Sovietes. Em 25 de Outubro, é criado um governo bolchevique. Lenine é colocado à sua cabeça. Faz votar o decreto sobre a terra que assegura o apoio dos camponeses aos bolcheviques.

Em 6 de Janeiro de 1918, é instituída a ditadura do proletariado como condição necessária para a abolição das classes. Em 3 de Março, a Rússia conclui a paz separada com a Alemanha,

garantida pelo tratado de Brest-Litovsk. O Governo dos Sovietes instala-se em Moscovo.

Durante o Verão de 1918, estala a guerra civil na Rússia. Ao ataque dos contra-revolucionários alia-se a intervenção tcheco-eslovaca e britânica. A fome alastra.

Lenine é incessante na direcção do Governo e do Partido. Fala às multidões, organiza as colheitas, mantém-se em comunicação directa com o Exército Vermelho. Acompanha a situação política internacional. Toma contacto com os engenheiros e economistas soviéticos. E arranja ainda tempo para conceder entrevistas aos revolucionários estrangeiros. Em 30 de Agosto, é vítima de um atentado. A sua constituição robusta permite-lhe restabelecer-se ràpidamente dos ferimentos. Em 22 de Outubro, fala novamente em público.

Em 2 de Março de 1919, realiza-se em Moscovo o primeiro Congresso da Internacional Comunista. Em Novembro do ano seguinte, acaba a guerra civil e a intervenção estrangeira. O facto de a revolução proletária não se ter seguido à guerra mundial nos outros países da Europa aumenta as dificuldades da instauração do socialismo da Rússia.

Lenine enuncia a sua doutrina do socialismo racional. Resume-a da seguinte maneira: «O Socialismo é o governo dos Sovietes mais a electrificação».

A partir de 1922, doente, não trabalha mais.

Lenine morre em 21 de Janeiro de 1924.

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio à Primeira Edição	5
Prefácio à Segunda Edição	6
Capítulo I	
A Sociedade de Classes e o Estado	7
Capítulo II	
As Experiências dos Anos 1848-1851	27
Capítulo III	
A Experiência da Comuna de Paris (1871) — Análise de Marx	41
Capítulo IV	
Explicações Complementares de Engels	65
Capítulo V	
As Bases Económicas da Extinção do Estado ...	95
Capítulo VI	
O Aviltamento do Marxismo pelos Oportunistas ...	117
Posfácio à Primeira Edição	139
Notas	140
Biografia	145

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

Produto de contradições inconciliáveis, o Estado não pode ser abolido senão pela revolução.

Entretanto qual é o seu papel no seio das democracias liberais?

Que transformações se podem verificar numa sociedade socialista?

Como e porquê se identifica na ditadura revolucionária do proletariado antes de enfraquecer e desaparecer com a realização da fase superior do comunismo?

Estas são as questões essenciais que aborda Lenine no «Estado e a Revolução» e às quais dá uma resposta clara, científica.

Publicado na velha revolução de Outubro este texto conserva uma actualidade candente no momento em que a polémica cede o passo à análise objectiva dos problemas do mundo moderno.